



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA -  
PPGAU

Jacqueline Maria Bastos

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO SOBRE  
A IMPLANTAÇÃO DO REUNI

Florianópolis  
2023

Jacqueline Maria Bastos

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO SOBRE  
A IMPLANTAÇÃO DO REUNI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Orientador(a): Prof. Rogério da Silva Nunes, Dr.

Florianópolis  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bastos, Jacqueline Maria  
A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA  
AVALIAÇÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO REUNI / Jacqueline Maria  
Bastos ; orientador, Rogério da Silva Nunes, 2023.  
184 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa  
de Pós-Graduação em Administração Universitária,  
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Avaliação . 3. Reuni.  
4. Expansão do ensino superior. 5. Políticas públicas. I.  
Nunes, Rogério da Silva. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universitária. III. Título.

Jacqueline Maria Bastos

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO  
SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO REUNI**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 06 de outubro de 2023,  
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Raphael Schlickmann, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGAU)

Prof.(a) Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues, Dr.(a)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/PPGEP)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi  
julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Administração Universitária atribuído  
pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Rogerio da Silva Nunes, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2023

Dedico esse trabalho ao meu pequeno e doce, Pedro.  
O motivo da minha força para continuar, e o dono do sorriso mais puro que já conheci.  
Ele, que pacientemente entendeu minhas ausências e me ensinou sobre o amor.  
“A vida me deu você de presente...”.

## AGRADECIMENTOS

É muito difícil alcançar objetivos sem contar com pessoas que almejem nosso sucesso e vibrem com nossas vitórias. Para essas pessoas, agradecer me parece pouco perante tudo aquilo que me foi dado, entretanto é mais do que necessário.

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Por me permitir chegar até aqui. Por me dar a força e a coragem que me guiaram por esse caminho de vivências inquietantes.

Aos meus pais, Bento e Maria do Carmo, por quais cultivo intenso e pleno amor. Aos meus irmãos, por nossas conversas nos almoços em família e pelo simples fato de existirem em minha vida. A minha irmã Simone que dedicou muitos dias da sua vida em detrimento da conclusão do meu trabalho. Por todo amor e cuidado que dedicou ao Pedro para que eu pudesse passar longos finais de semana me dedicando a conclusão desta pesquisa. Ao meu irmão Reginaldo e sua família: Camila e Antônio, pela presença, pelo amor e por dividirem a vida comigo. Família, obrigado por me apoiar e entender minha ausência em alguns momentos.

Ao Manoel, pelo amor desmedido e repleto de sentido. Marido que nunca deixou de ser amigo e companheiro de tantos sonhos. Ao pai dedicado que me deu o Pedro em meio a esse turbilhão, e que não poderia ter escolhido momento melhor. Obrigada pela dedicação, pelo amor e pela fundamental contribuição para conclusão dessa etapa. Este trabalho expressa substancialmente seu incondicionado apoio, incentivo e entusiasmo. Agradeço por construir ao meu lado nossa relação permeada de amor, companheirismo, sonhos, carinhos, choros e sorrisos, aflições, inquietações, aventuras, viagens... que alimentam nossa caminhada.

Ao Pedro Bastos Teixeira do Santos, um menino que me faz transbordar de amor, de afeto, de alegria e felicidade. Por mais que tentamos, não conseguimos traduzir e materializar o sentimento de tê-lo em nosso colo. Te amamos infinitamente filho.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Rogério da Silva Nunes, que “comprou” a minha ideia e me direcionou a conclusão desta pesquisa. Obrigada por seus ensinamentos, por sua grandiosa experiência, pela confiança, orientação e comprometimento com este estudo.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa: Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues, Kelmara Mendes Vieira e Raphael Schlickmann por indicarem possibilidades de avançar nas discussões.

Aos onze participantes desta pesquisa que aceitaram gentilmente participar das entrevistas, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições para a construção deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelo apoio institucional durante o mestrado.

Aos meus companheiros de turma nesta caminhada (Bloco do Juntos até a Defesa), pela parceria, pela troca de ideias e informações, pelas risadas e pelos momentos de descontração.

A todos aqueles que não foram lembrados nestas breves linhas, mas que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi de avaliar a política de expansão do Ensino Superior promovida a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades (Reuni) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Reuni, foi ação integrante de uma política pública do governo federal, que visou à criação de condições para ampliar o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, dado o baixo índice de estudantes em idade compatível. O programa foi considerado uma oportunidade histórica para as universidades federais planejarem sua própria expansão. A partir desta temática, o objeto de estudo foi definido dentro de um recorte temporal e delimitado aos cinco *campi* da UFSC, a fim de avaliar os impactos do Reuni na instituição dez anos após sua finalização, com foco nos resultados de ocupação das vagas previstas no projeto de expansão institucional. Trata-se de pesquisa qualitativa, um estudo de caso descritivo, com estratégia de investigação bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. Para a avaliação, foram analisados os relatórios anuais produzidos pela Comissão Permanente de Vestibular (Coperve) sobre o ingresso na UFSC, técnicas de pesquisa de análise documental, consulta a fontes bibliográficas e entrevistas semiestruturadas a atores diretamente envolvidos com o processo de adesão e implantação do Reuni na UFSC. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC), e assegurou a integridade dos participantes do estudo. Os dados coletados foram analisados e compreendidos através da aplicação das técnicas de análise de conteúdo. Por meio da análise dos documentos, em diálogo com as respostas dos entrevistados, foi possível identificar avanços importantes nas áreas de infraestrutura, com obras no campus sede e em alguns dos novos campi, e de pessoal, com a contratação de diversos novos servidores técnicos e docentes. Entretanto, a mesma análise deixou evidente que muitas das obras previstas no projeto não chegaram a ser executadas e que a ampliação do quadro de pessoal ficou aquém do esperado. Através dos dados estatísticos sobre a procura pelos cursos criados pelo Reuni na UFSC, foi possível perceber que os problemas relacionados a ocupação das vagas foram acentuados nos últimos anos, principalmente a partir do vestibular 2019. Por fim, foram apresentadas sugestões que buscam viabilizar a ampliação do acesso ao ensino superior na UFSC e, conseqüentemente, reduzir a ociosidade de vagas na instituição.

**Palavras-chave:** Avaliação; Expansão do ensino superior; Reuni; Acesso; Políticas públicas.



## ABSTRACT

The purpose of this study was to evaluate the higher education expansion policy promoted by the University Restructuring Plan Support Program (Reuni) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Reuni was an integral part of a public policy of the federal government that sought to create conditions for the increase of access and permanence in higher education, at the undergraduate level, given the low rate of students of the appropriate age. For the federal universities, the program was a historic opportunity for the planning of their expansion. Based on this theme, the object of this study was defined within a time frame and limited to the five campuses of UFSC, to evaluate the impact of Reuni on the institution ten years after its completion, with emphasis on the results of the enrollment of the university students as planned in the institutional expansion project. A bibliographic and documentary research strategy and semi-structured interviews were used for this qualitative and descriptive case study. For the analysis, the research techniques of document analysis, reference to bibliographic sources, and semi-structured interviews with those directly involved in the process of signing and implementing Reuni at UFSC were used, along with the annual reports of the Permanent Entrance Examination Commission (Coperve) on admissions to UFSC. The research was submitted to and approved by the Human Research Ethics Committee (CEPSH-UFSC), which ensured the integrity of the study participants. The data collected was analyzed and understood through the techniques of content analysis. The analysis of the documents, combined with the responses of the interviewees, revealed significant progress in the areas of infrastructure, with construction projects in the main campus and some of the new campuses, and human resources, with the hiring of several new technical and academic staff. However, the same analysis showed that many of the planned projects were not carried out and that the expansion of the staff was less than expected. Through statistical data on the courses created by Reuni at UFSC, it was possible to see that the problems related to filling vacancies have been accentuated in recent years, especially since the 2019 entrance exam. Finally, proposals have been made to make it possible to expand access to higher education at UFSC and, consequently, to reduce the number of vacancies at the institution.

**Keywords:** Evaluation; Expansion of higher education; Reuni; Access; Public policy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Organograma Parcial da Administração Central da UFSC.....	71
<b>Figura 2</b> - Fases da Análise de Conteúdo .....	78
<b>Figura 3</b> - Estrutura Organizacional da Administração da Universidade.....	84

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Dimensões e aspectos específicos do Reuni .....	56
<b>Quadro 2</b> - Síntese dos Procedimentos Metodológicos.....	65
<b>Quadro 3</b> - Técnicas e instrumentos de coleta de dados .....	72
<b>Quadro 4</b> - Documentos divulgados pela UFSC relacionados ao Reuni.....	74
<b>Quadro 5</b> - Estrutura dos tópicos e assuntos abordados nas entrevistas.....	75
<b>Quadro 6</b> - Coleta de dados por entrevista .....	77
<b>Quadro 7</b> - Perfil dos entrevistados .....	91
<b>Quadro 8</b> - Quadro de cursos <i>Projeto Reuni/UFSC</i> .....	114
<b>Quadro 9</b> - Cursos resultantes do Reuni na UFSC – situação em 2022 .....	140
<b>Quadro 10</b> - Síntese das Propostas .....	155

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais, por rede de ensino (1985 a 2002).....	40
<b>Tabela 2</b> - Matrículas em cursos graduação presenciais, por rede de ensino (1985-2002) .....	41
<b>Tabela 3</b> - Evolução no número de instituições de ensino superior por rede de ensino (1985-2002).....	42
<b>Tabela 4</b> - Matrículas em cursos graduação presenciais, por grandes regiões (1985-2002) ...	43
<b>Tabela 5</b> - Distribuição das bolsas ofertadas pelo ProUni por região (2005-2007).....	49
<b>Tabela 6</b> - Previsão de investimento para o Reuni (2008 a 2012) .....	58
<b>Tabela 7</b> - Número de vagas nos cursos de graduação em 2008 .....	59
<b>Tabela 8</b> - Número de cursos de graduação em 2008 .....	60
<b>Tabela 9</b> - Situação das obras em 2008 .....	60
<b>Tabela 10</b> - Campi e Municípios atendidos .....	61
<b>Tabela 11</b> - Vagas dos Vestibulares UFSC – 2007-2023 .....	86
<b>Tabela 12</b> - Cronograma de execução apresentado no Projeto Reuni/UFSC .....	105
<b>Tabela 13</b> - Novo cronograma de execução apresentado ao MEC .....	105
<b>Tabela 14</b> - Ocupação de Vagas Vestibulares UFSC – Cursos Reuni.....	141

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BI	Bacharelados Interdisciplinares
CEFETs	Centros Tecnológicos
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CF	Constituição Federal
COPERVE	Comissão Permanente do Vestibular
CUn	Conselho Universitário
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior
EaD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FURB	Universidade Regional de Blumenau
GT	Grupo de Trabalho
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAAD	Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Planos de Desenvolvimento Institucional
PINGEIFES	Plataforma Integrada para Gestão das IFES
PNE	Plano Nacional da Educação
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PRODEGESP	Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação e Educação Básica
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFFS	Universidade Federal da Fronteira da Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFs	Universidades Federais
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 OBJETIVOS.....	18
1.2 OBJETIVO GERAL.....	19
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
1.4 JUSTIFICATIVA.....	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	22
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>24</b>
2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1985-2006).....	24
<b>2.1.1 Políticas públicas de acesso ao ensino superior a partir da redemocratização (1985) .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a avaliação da educação superior .....</b>	<b>32</b>
<b>2.1.1.2 O Plano Nacional da Educação (PNE).....</b>	<b>34</b>
<b>2.1.2 Democratização do Ensino Superior: Políticas Públicas, Planos, Programas e Projetos de Expansão Universitária.....</b>	<b>37</b>
<b>2.1.2.1 O Programa de Expansão da Educação Superior Pública – 2003 .....</b>	<b>45</b>
<b>2.1.2.2 A reserva de vagas em Universidades Públicas Federais como política de acesso à educação superior - Projeto de Lei nº3.627 - 2004 .....</b>	<b>46</b>
<b>2.1.2.3 Expansão em outras dimensões: Programa Universidade para Todos (ProUni) – 2005 e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – 2006 .....</b>	<b>47</b>
2.2. O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) – 2007 .....	53
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>64</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	64
3.2 UNIVERSO E OS SUJEITOS DA PESQUISA .....	68
3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	71
3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	77
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	79
<b>4 O CONTEXTO HISTÓRICO E A ADESÃO AO PROGRAMA REUNI.....</b>	<b>80</b>
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E ORGANIZACIONAL DA INSTITUIÇÃO.....	80
4.2 O REUNI NA UFSC .....	84
4.3 O PROCESSO DE ADESÃO AO REUNI PELA UFSC .....	88
<b>4.3.1 Perfil dos entrevistados .....</b>	<b>89</b>
<b>4.3.2 Adesão ao Reuni .....</b>	<b>92</b>
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>104</b>

5.1 IMPLANTAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E AVALIAÇÕES DO REUNI NA UFSC.....	104
5.1.1 Implantação do Reuni .....	104
5.1.2 Interiorização .....	116
5.1.3 Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC.....	135
6 PROPOSTAS PARA REDUZIR A OCIOSIDADE DE VAGAS A PARTIR DO LEGADO DO REUNI.....	152
7 CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS .....	162
APÊNDICES.....	169
APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados .....	169
APÊNDICE B – Entrevista Grupo 1.....	171
APÊNDICE C – Entrevista Grupo 2 .....	172
APÊNDICE D – Entrevista Grupo 3 .....	174
APÊNDICE E – Entrevista Grupo 3.....	175
APÊNDICE F – Entrevista Grupo 3.....	176
APÊNDICE G – Entrevista Grupo 3 .....	177
APÊNDICE H – Entrevista Grupo 4 .....	178
APÊNDICE I – Entrevista Grupo 4.....	179
APÊNDICE J – Entrevista Grupo 4 .....	180
APÊNDICE K – Entrevista Grupo 4 .....	181
APÊNDICE L – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	182

## 1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil é composta por uma série de acontecimentos e fatos importantes e marcantes. Tais acontecimentos, resultaram em uma construção histórica de avanços, garantia de direitos, criação de políticas públicas e sociais, qualidade no ensino, direito a educação pública, gratuita e de qualidade, pesquisa, extensão, cultura e arte, que estão relacionadas diretamente com o contexto histórico social do Brasil, espelhando algumas expectativas da sociedade sobre as instituições escolares, assim como o inverso, as expectativas das escolas com a sociedade.

O Brasil, por obrigação legal, deve assegurar direitos e promover a educação, conforme consta na Constituição Federal de 1988 em seu art. 205, onde define:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Este preceito constitui-se como base de sustentação para a definição de políticas públicas de educação no país, nesse sentido, a implantação de tal obrigatoriedade não se limita a educação básica e deve ser reconhecida como o instrumento legal para promoção e garantia da educação em todos os níveis, inclusive no ensino superior.

É atribuído as universidades “a missão de formar atores culturais e sociais com capacidades de desenvolverem o raciocínio crítico-reflexivo e que venham a utilizar a educação e a vivência acadêmica como instrumentos de luta pela amplificação dos direitos humanos e sociais” (VICENTE et al., 2018, p.13). Assim, entende-se que a educação é um instrumento de transformação social, pois fornece benefícios, como habilidades, atitudes e valores, que serão absorvidos pelos indivíduos. Tais benefícios, interferem nas diversas dimensões da vida social e econômica de um país.

O crescimento da procura pelo ensino superior nas últimas décadas, considerou a necessidade de se pensar no aumento das políticas públicas de acesso ao ensino superior. A formulação de políticas públicas voltadas à ampliação e a democratização do acesso, contribuem para a redução das desigualdades de ordem econômica e social. Portanto, parte-se do pressuposto de que o aumento de políticas públicas voltadas a ampliação do acesso, a democratização e a permanência dos indivíduos nas universidades, possibilitam uma equidade



baseada em uma formação de qualidade, contribuindo assim, para a redução das desigualdades sociais.

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita. A elitização do acesso à educação superior passou a ser fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior (BRASIL, 2012, p. 9).

Para fazer frente a esse contexto, no Brasil, na década de 1990, já se travavam discussões entre a sociedade e o governo federal sobre melhorias na educação em todos os níveis, principalmente no nível superior. Nas últimas décadas o governo passou a implementar ações voltadas para o crescimento, diversificação das instituições e expansão do número de matrículas. A partir da década de 1990, diversas políticas educacionais de ensino superior foram colocadas em prática. Pode-se considerar que tais políticas aconteceram em dois momentos: no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com foco na expansão do ensino superior privado; e nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com ênfase nas instituições públicas, mas com investimento também na esfera privada” (VICENTE; DIAS; SANO, 2018, p.13).

A expansão das universidades e das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) coincidiu com um momento de aparente desenvolvimento econômico nacional na primeira década do século XXI, ou seja, o início dos anos 2000. As políticas educacionais visando a reconfiguração do ensino superior no Brasil com a ampliação do quantitativo e com o aumento considerável da oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), foi oportunizado por diversas políticas de acesso, tais como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); e as Políticas de Ações Afirmativas (cotas)<sup>1</sup>. Além do ingresso, algumas dessas ações buscam reduzir desigualdades sociais estabelecidas historicamente no país, como é o caso das políticas de ações afirmativas (DARIO; NUNES, 2017).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantado em 2007, além de ser responsável por importante ampliação na

---

<sup>1</sup> Cabe destacar, que nem todas as políticas citadas para a ampliação de vagas para o ensino superior brasileiro, são destinadas somente a instituições de ensino superior públicas.

oferta de cursos de graduação onde já estavam instaladas universidades federais, ele também foi fundamental para o processo de interiorização do acesso ao ensino superior público. O movimento de interiorização se materializou com abertura de cursos e vagas em locais fora das capitais e das regiões metropolitanas, através da criação e expansão de *campi* e da fundação de novas universidades federais<sup>2</sup>.

Em Santa Catarina, por exemplo, as transformações no ensino superior público receberam investimentos e expansão sem precedentes em sua história. Por meio de recursos advindos do Reuni, a partir de 2009 foram criados *campi* no estado de Santa Catarina nas cidades de Araranguá, Curitibanos e Joinville. Em 2013, iniciou-se o processo de implantação de um campus na cidade de Blumenau. Em outra direção, em 2009, foi fundada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), presente nos três estados do Sul do país e com a reitoria estabelecida em Chapecó-SC, tornando-se a segunda universidade federal do estado. Assim como em todo país, os Institutos Federais também ganharam destaque com um intenso processo de interiorização. Em território catarinense, os Institutos Federais Catarinense (IFC) e de Santa Catarina (IFSC) tornaram-se presentes nas mais diversas regiões do estado e passaram a oferecer, além do ensino médio integrado ou concomitante ao ensino técnico, diversos cursos de graduação e pós-graduação.

Seguindo a linha de pensamento sobre a democratização e ampliação do acesso ao ensino superior, entende-se como importante analisar se mesmo com o considerável aumento da quantidade de vagas em cursos de graduação e com a ampliação dos recursos e investimentos em diferentes políticas públicas voltadas para esse nível de ensino, o cenário da universidade pública ainda está marcado por barreiras, como o deslocamento até a universidade nas grandes cidades; as dificuldades do alto custo de moradia; do alto custo de vida em algumas das maiores cidades em que essas vagas foram implantadas; das desigualdades de oportunidades; e da ausência de amplas políticas voltadas a permanência.

Nesse sentido, outra importante diretriz do Reuni foi a ampliação de políticas de inclusão. As cotas adotadas pelas universidades, foram exemplos de políticas públicas de inclusão propostas pelo Reuni e foram convertidas em política pública nacional em 2012. Anteriormente à aprovação da lei das cotas, algumas instituições públicas já possuíam políticas ou programas próprios de ações afirmativas, estipulando uma reserva de vagas em seus processos de seleção, mas eram ações isoladas. Somente após a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, é que a utilização de cotas passou a ser compulsória em

---

<sup>2</sup> O processo de implantação do Reuni, assunto central da pesquisa, recebeu atenção especial no item 2.2. desta dissertação.

todas as instituições federais de ensino do país, com o objetivo educacional, de promover, o acesso à educação e ao conhecimento a grupos da sociedade que tinham acesso restrito a ele, objetivando a redução das desigualdades educacionais no país.

A ampliação das vagas no ensino superior público demanda efetiva articulação com adoção de políticas públicas que contribuam para o acesso e para permanência estudantil. Nesse sentido, o presente trabalho concentra as suas atenções na compreensão do processo de expansão do ensino superior, considerando seus avanços, limites e desafios. O aprofundamento na literatura sobre o tema de pesquisa, mobilizou questionamentos sobre quais foram as principais políticas públicas adotadas para ampliação do acesso ao ensino superior, tomando como referência as experiências de uma universidade pública federal existente em Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sendo assim, a principal pergunta de pesquisa é: **Como a partir da experiência do Projeto Reuni/UFSC pode-se obter subsídios para a proposição de alternativas e ações voltadas a redução da ociosidade de vagas?**

A pergunta de pesquisa proposta gerou outros questionamentos que a presente dissertação procurou responder, como: em que medida o Projeto Reuni/UFSC atendeu as expectativas e demandas relacionadas a expansão do ensino superior? Considerando que a interiorização foi uma das formas de expansão, quais as ações adotadas pela UFSC para sua efetivação? Quais foram os resultados alcançados em relação a abertura de novos cursos e a ampliação de vagas na UFSC?

Cabe destacar que nos últimos anos as universidades vêm enfrentando dificuldades no preenchimento de parte das novas vagas criadas (COPERVE, 2022). Afirma-se que, frequentemente, existe demanda para profissionais especializados, existem vagas, e mesmo assim, muitas dessas vagas não são efetivamente ocupadas. Surge aí portanto, outra pergunta importante: de que forma os novos cursos e vagas promovidos pelo Reuni, estiveram de fato articulados as demandas e as perspectivas regionais?

Para responder a esses questionamentos essa pesquisa propôs os seguintes objetivos.

## 1.1 OBJETIVOS

A pesquisa é composta pela definição do objetivo geral e dos objetivos específicos. Esta parte é de fundamental importância para a composição da estrutura, ideia e compreensão do trabalho.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar o resultado do processo de expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades (Reuni), e propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com o escopo de atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as condições de acesso ao ensino superior no Brasil no contexto de idealização e implantação do Reuni;
- b) Verificar os impactos do processo de expansão e interiorização do ensino superior;
- c) Avaliar os resultados da expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir dos dados de 2022, sobre a ocupação de vagas nos cursos criados pelo *Projeto Reuni/UFSC*;
- d) Propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas a partir do legado do Reuni na UFSC.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

A educação é primordial tanto para o efetivo exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades cotidianas, sendo também, elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada. Sabe-se que uma grande parcela dos cidadãos não consegue acesso a uma educação adequada, situação que precisa ser mudada para o exercício pleno da cidadania.

A educação superior contribui para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da sociedade como um todo, ao formar profissionais qualificados e capazes de satisfazer às necessidades de todos os setores de atividades humanas, e a disseminar o conhecimento por meio da sua difusão (LUCCHESI, 2005).

Mesmo sendo considerada de extrema relevância para o crescimento e desenvolvimento da sociedade, a educação superior é destinada majoritariamente ao perfil de “classe média” da sociedade, enquanto as classes populares ainda possuem grandes

dificuldades em acessar essas instituições. Com um sistema considerado elitista de seleção dos “melhores”, com vestibulares muito concorridos, mesmo com o avanço das políticas públicas de acesso, como as cotas nas IFES, o processo torna a seleção desleal devido às diferentes formações na educação básica.

O processo de expansão da oferta de vagas nas universidades públicas federais, mobilizado a partir de 2003, procurou reduzir as desigualdades ao oportunizar o acesso ao ensino superior público e gratuito a diversos grupos sociais tradicionalmente ausentes nas IFES. A interiorização das universidades federais, através de novas instituições ou mesmo da adoção de estruturas *multicampi*, surgiu como uma das principais estratégias para levar o ensino superior gratuito às regiões mais distantes dos grandes centros.

Através do Reuni, a ampliação da oferta de vagas com a criação de novos cursos, e a implantação das políticas de ações afirmativas (cotas), impactaram estruturalmente nas universidades federais já existentes e exigiram complexas readequações em diversos setores. A reconfiguração exigiu a construção ou locação de novas instalações de ensino, a ampliação ou criação de restaurantes universitários e de moradia estudantil, além de uma vasta estrutura voltada à assistência estudantil.

Após quase duas décadas do início desse processo, diferentemente do previsto, o aumento na oferta de vagas não garantiu a efetiva ocupação. Para além das dificuldades de permanência, mesmo com os programas de assistência, as razões da pequena procura por alguns cursos podem estar articuladas as reduzidas perspectivas de mercado de trabalho, aos turnos das aulas inviáveis aos estudantes trabalhadores ou mesmo ao desconhecimento sobre a gratuidade da graduação nas universidades federais.

Há uma parcela de pessoas da sociedade brasileira que sequer tenta as seleções para ingresso nas instituições públicas, respaldada no senso comum de que não é capaz ou de que não tem chances de concorrer com os estudantes de escolas privadas, e se autoexcluem. O desafio, portanto, é uma mudança de cultura, de modo que os jovens da educação básica, sobretudo do setor público, sejam informados de que é possível que eles construam uma trajetória educacional na educação superior, e que podem ser os primeiros de muitas famílias a conseguir esse nível de formação. E cabe às próprias instituições de educação superior, por meio da interlocução com a mídia, de projetos de extensão e de campanhas, atrair as pessoas para ocupar as vagas que estão à disposição ROSA; SANTOS, 2021, p. 518).

Através do cenário da educação, contextualizado aqui, é possível identificar que os percursos seguidos pelas universidades federais na implantação das novas políticas para o ensino superior público certamente contribuíram para inclusão de diversos grupos sociais até

então excluídos. Entretanto, o caminho para a efetiva ampliação do acesso ao ensino superior público no país, ainda parece estar muito distante do ideal.

O tema de pesquisa proposto aqui, possui relação com as atividades desenvolvidas pela pesquisadora em seu local de trabalho. Por ter acesso aos dados disponibilizados pela Comissão Permanente do Vestibular da UFSC (Coperve), a pesquisadora pode acompanhar a trajetória da expansão do acesso ensino superior através da criação de novas vagas e novos cursos, principalmente após a implantação do Reuni, a partir de 2007, a servidora se viu por vezes provocada a refletir sobre as razões para as dificuldades na ocupação de vagas nos novos cursos da instituição. Através disso, foi despertada a vontade de contribuir mais efetivamente na avaliação dos resultados da expansão, dez anos após o Reuni (2012), e propor alternativas e ações para ampliar o acesso ao ensino superior da UFSC e, conseqüentemente, reduzir a ociosidade de vagas na instituição.

Deve-se considerar que um dos objetivos do mestrado profissional é a capacitação de profissionais para o exercício de suas funções no intuito de atender demandas organizacionais e sociais. Cabe destacar que a Coperve é responsável pela organização e aplicação de diferentes processos seletivos para ingresso no ensino superior da UFSC, em especial pelo vestibular. Sendo assim, dado o universo de atuação da servidora na instituição, o estudo é viável, pois o objeto de pesquisa está diretamente relacionado com os processos de trabalho desenvolvidos no seu setor de atuação.

A opção pelo tema de pesquisa se justifica pela importância em avaliar a aplicação de investimentos públicos e a efetiva implantação de políticas sociais nas IFES, dez anos após a finalização do período destinado a implantação do programa Reuni. A avaliação do processo de expansão do ensino superior através da Universidade Federal de Santa Catarina, objetivo dessa pesquisa, requer identificar as iniciativas de reestruturação da instituição, mas também o reconhecimento dos possíveis equívocos responsáveis pela crescente sobra de vagas em diversos cursos de graduação presencial da instituição.

A avaliação da expansão das universidades públicas proposta por essa pesquisa, busca centrar suas reflexões nos impactos dessas políticas tanto na perspectiva dos estudantes, público-alvo das políticas públicas implantadas, quanto pela ótica das próprias instituições e da administração pública federal. Portanto, a escolha do problema de pesquisa justifica-se como instrumento de avaliação dos impactos das políticas propostas para expansão do ensino realizadas pelo Reuni, e suas condições dez anos após a finalização do processo de implantação nas universidades, para, a partir dele, propor novas alternativas e ações para

ampliar o acesso ao ensino superior da UFSC e, conseqüentemente, reduzir a ociosidade de vagas na instituição

O presente trabalho será desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) junto a linha de pesquisa “Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica”. A inserção na linha de pesquisa está articulada ao objetivo da pesquisa em avaliar as ações institucionais no processo de expansão do acesso ao ensino superior público no país com a implantação do Reuni.

### 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação está dividida em sete capítulos. Este primeiro é a introdução, que contextualiza a temática do estudo, dividida em seções que apresentam o problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a justificativa para escolha do tema e a apresentação da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo diz respeito à fundamentação teórica do estudo, dividido em duas seções. A primeira trata sobre o processo histórico de acesso ao ensino superior no Brasil (1985-2006). Nessa seção, o enfoque está em contextualizar e descrever sobre os programas voltados a expansão do ensino superior. A segunda seção apresenta a contextualização do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), tema central da pesquisa.

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Foram apresentadas a caracterização da pesquisa, o universo e sujeitos da pesquisa, técnicas e instrumentos da coleta de dados, técnicas e instrumentos de análise de dados e as limitações da pesquisa.

O quarto capítulo foi organizado seguindo uma sequência de informações coesas para que o leitor consiga compreender o fenômeno estudado. Primeiramente, foi elaborada uma síntese do contexto histórico e organizacional da instituição pesquisada. uma síntese do contexto histórico e organizacional da instituição pesquisada. Na seção seguinte, foram apresentados dados sobre o Reuni da Universidade Federal de Santa Catarina. Posteriormente, foi descrito o processo de adesão ao Reuni pela UFSC, envolvendo as duas primeiras categorias de análise propostas pela pesquisa: o perfil dos entrevistados e o processo de adesão ao Reuni. Nesse capítulo, a análise dos documentos produzidos pela UFSC, ocorre em diálogo com as respostas dos entrevistados em relação a cada conjunto de questões

O quinto capítulo dedicado à descrição, análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa, por meio de entrevistas com os Grupos 1, 2, 3 e 4, pelo acervo documental produzido pela UFSC sobre o Reuni, pelo conhecimento adquirido através dos pressupostos teóricos abordados na Fundamentação Teórica (Capítulo 2) e de acordo com o que foi explicitado nos procedimentos metodológicos (Capítulo 3). O Capítulo 5 se dedica também a apresentação e avaliação de outras três categorias de análise: a implantação do Reuni na UFSC, a interiorização e as avaliações dos impactos do Reuni na UFSC. Assim como no Capítulo 4, a análise dos documentos produzidos pela UFSC, ocorre em diálogo com as respostas dos entrevistados em relação a cada conjunto de questões.

O sexto capítulo é destinado as propostas da pesquisa, traz a proposição de alternativas para reduzir a ociosidade de vagas na UFSC a partir do legado do Reuni.

Por fim, o sétimo e último capítulo, traz as conclusões da pesquisa, contribuições teóricas e gerenciais e sugestões para realização de estudos futuros que possam vir a contribuir com a temática.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo é dedicado a apresentação dos referenciais teóricos para que se possa compreender a proposta desta pesquisa e os seus objetivos. A base teórica deste estudo será alicerçada nos seguintes assuntos: o processo histórico de acesso ao ensino superior no Brasil (1985-2006): Políticas de acesso ao ensino superior a partir da democratização (1985); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Avaliação da Educação Superior; o Plano Nacional da Educação (PNE). Em seguida, aborda-se como se deu o processo de Democratização do Ensino Superior, através das políticas públicas, planos, programas e projetos de expansão universitária; A reserva de vagas em Universidades Públicas Federais como política de acesso à educação superior - Projeto de Lei nº3.627 - 2004; e A Expansão em outras dimensões: Programa Universidade para Todos (PROUNI) - 2005 e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) - 2006. Por fim, para encerramento das demandas relacionadas aos referenciais teóricos, o último item de análise dessa seção se refere a contextualização do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), tema central da pesquisa.

### 2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1985-2006)

A universidade pública desempenha um papel democrático na sociedade, proporciona aos cidadãos oportunidades de participação em suas ações, mantém a transparência, desenvolve pesquisas que proporcionam resultados importantes para a sociedade e retribui os investimentos dos cidadãos, em forma de formação de indivíduos, desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão abertas à sociedade. O poder de mudança social, também é atribuído à universidade pública, podendo ser visto por meio de políticas públicas de ações afirmativas, que tem por objetivo contribuir para a popularização democrática do acesso e da permanência de estudantes no ensino superior (BASTOS, et al., 2021).

O acesso à educação superior no Brasil é historicamente limitado a membros pertencentes das classes A e B. “Tem um fenômeno muito antigo no acesso à universidade brasileira, que é o predomínio de uma classe média, classe média alta, branca, frequentadora de instituições particulares de educação básica e isso está sendo desmontado” (MARIA

ISABEL DE ALMEIDA, 2021)<sup>3</sup>. No decorrer da história do país, uma série de acontecimentos foram responsáveis pela construção da garantia de direitos, pelos avanços na criação de políticas públicas e sociais, pela melhoria da qualidade do ensino e pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Tendo a convicção da relação que a educação tem com a história social do país, e do seu papel preponderante na vida das pessoas, condicionando-as no âmbito social, político, econômico e cultural, é de fundamental importância conhecer a história da educação, pois é diante da importância que ela alcançou, que devemos lutar para que continue contribuindo de maneira significativa para diminuir as desigualdades sociais e a exclusão, cumprindo sua função político-pedagógica. É necessário garantir oportunidades iguais e uma vida digna a todos. Assim, para compreendermos melhor o contexto em que a educação brasileira está inserida, torna-se necessário entender sua situação histórica no Brasil (SOUZA; SANTOS, 2019).

Em cada período da sua história, a educação no Brasil apresenta realidades e contextos diferentes. Em muitos momentos, a educação destinada às classes populares, foi considerada como “uma educação domesticadora, elitista, reacionária, não raro em condições precárias, privando-as, assim de uma educação democrática, libertadora, transformadora e realmente de qualidade” (SOUZA; SANTOS, 2019, p. 01).

Por mais que as leis indicassem mudanças, a realidade pouco se alterava; a educação, com toda sua magnitude, se destinou a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes populares, contribuindo para formar “objetos”, quando deveria formar sujeitos da História (SOUZA; SANTOS, 2019, p. 01).

A contextualização histórica a seguir, demonstra a evolução das políticas voltadas a educação superior no Brasil a partir da redemocratização do país.

### **2.1.1 Políticas públicas de acesso ao ensino superior a partir da redemocratização (1985)**

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu um período de ditadura civil-militar, marcada pela ausência de direitos civis e pela repressão, onde a educação privada teve um aumento peculiar e a educação pública esteve cada vez mais desvalorizada.

---

<sup>3</sup> Contou em entrevista Maria Isabel de Almeida, professora associada do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação (FE) da USP. **Fonte da Notícia:** JORNAL DA USP. **Data da Publicação original:** 30/08/2021. **Publicado Originalmente em:** <https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>.

Se a educação antes do período ditatorial, com as supostas ideias de universalização e democratização, nunca conseguiu consolidá-las, nesse período distanciou-se cada vez mais desse ideal, pois se pautou pela repressão, pela privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com o ensino de qualidade, deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra para atender às necessidades do mercado e desmobilizou o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais. A educação passou a atender o regime vigente e de modo geral visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro; seres passivos diante de todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas (SOUZA; SANTOS, 2019, p. 3-4).

O processo de redemocratização do Brasil teve início cerca de 10 anos antes do fim do regime autoritário e envolveu uma série de medidas que ocorreram entre os anos 1975 e 1985. Contudo, é importante pontuar que esse processo foi composto por momentos de avanço e recuo dos militares. Afinal, eles desejavam garantir uma transição controlada, sem que os setores mais radicais da oposição chegassem ao poder. Nesse momento da história, era comum ver medidas de distensão convivendo com medidas de repressão. Apesar de representarem avanços no sentido de restaurar o sistema democrático, o retorno ao pluripartidarismo<sup>4</sup> e a Lei de Anistia<sup>5</sup> beneficiaram também os militares (PUCPR, 2022).

Em relação a educação, o fim da ditadura civil-militar brasileira, em 1985, deu início a um intenso processo de redemocratização e recuperação de direitos civis, nesse momento surge “a possibilidade de se delinear políticas públicas educacionais numa perspectiva cidadã, lançando um olhar, pela primeira vez na história do país, sobre os distintos contextos sociais, étnicos e culturais” (COPATTI; ANDREIS, 2020, p.71). O contexto político de formação da Nova República foi marcado pela ruptura com os vinte e um anos de regime autoritário através da defesa de princípios considerados fundamentais para o exercício da democracia e da cidadania. Com o processo de redemocratização brasileira durante os anos 1980, o Brasil passou por um movimento que culminou na Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como constituição cidadã, que tinha por finalidade garantir os direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos (PINHEIRO, 2014).

A Constituição contemplou aspectos concernentes à construção de uma sociedade democrática e deu maior visibilidade à perspectiva da cidadania. Foi através dela, que a educação foi finalmente reconhecida como um direito social. Na leitura do Artigo 206 da CF,

---

<sup>4</sup> Pluripartidarismo, também conhecido como sistema pluripartidário ou multipartidário, é um sistema político em qual três ou mais partidos políticos podem assumir o controle de um governo, de maneira independente, ou numa coalizão. Objetivo: Criação de novos partidos políticos. Realização de eleições periódicas. Devolução gradativa do poder à sociedade civil (PLURIPARTIDARISMO, 2021).

<sup>5</sup> LEI Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos, eleitorais ou aos que tiveram seus direitos políticos suspensos.

é possível constatar uma série de mudanças no que se refere a educação, dentre as principais, destaca-se o ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais, ensino fundamental obrigatório e gratuito, creches e pré-escolas com o dever de garantir atendimento às crianças de zero a seis anos e a valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1988).

A partir da década de 1990, o ensino superior sofreu um acentuado processo de deterioração, especialmente do ponto de vista orçamentário. O prolongado ajuste fiscal, que vinha ocorrendo desde a década anterior, resultou em uma redução dos investimentos públicos em educação em todos os níveis. Durante a maior parte da década de 1990, as universidades, especialmente as universidades públicas federais, foram contidas em seu desenvolvimento e expansão institucional. Houve redução do investimento público em serviços considerados não exclusivos do Estado, como educação, saúde e cultura – de acordo com o modelo de governo neoliberal (ALBERTO, 2019).

Entre os anos de 1995 e 1998, o país teve como Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira, sendo também em 1999 Ministro da Ciência e Tecnologia. O então Ministro, incentivou a participação do setor privado nesses setores, por meio de subsídios e financiamentos, promovendo assim, o fortalecimento do processo de privatização dos referidos serviços (ALBERTO, 2019).

Em janeiro de 1998 o Ministério da Educação implantou nacionalmente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criando uma sistemática de redistribuição dos recursos destinados a atender o ensino fundamental. Os recursos para o Fundef vinham das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação. O

Fundef vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Toda a educação básica, da creche ao ensino médio, passou a ser beneficiada com recursos federais, um compromisso da União com a educação básica, que se estendeu até 2020 (BRASIL, 2018).

A separação entre o público e o privado se reproduziu nas políticas educacionais, e fez emergir o caráter privatista que o Estado brasileiro havia adotado no campo da educação superior (ALBERTO, 2019). Segundo Gomes (2002), na década de 1990 se intensificou a necessidade da discussão em torno da relação entre Estado e educação superior, em especial, a educação em nível federal. Por um lado, o Estado aumenta a sua função na coordenação do sistema de ensino superior, e por outro lado, diminuiu os recursos destinados às instituições estatais, promovendo e defendendo a diversificação das fontes de financiamento do setor privado.

No final da década de 1990, o sistema educacional superior brasileiro, foi descrito como elitista em relação as possibilidades de acesso, composto por setores públicos e privados desempenhando papéis complementares, concentrado em poucas carreiras e pouco interiorizado. Considerar que as universidades públicas constituíam a elite do sistema é usar o termo em dois sentidos correntes. O primeiro é que elas atendem um grupo pequeno e seletivo de estudantes, e o segundo é que elas próprias representam o melhor do sistema federal de ensino superior, o que é demonstrado reiteradamente pelas avaliações oficiais desde a criação do Provão em 1995 (AGUIAR, 2013).

Conforme Gomes e Moraes:

(...) por longo período, o crescimento do sistema não constituiu preocupação efetiva das autoridades responsáveis pela formulação e implementação das políticas de educação superior. As taxas de crescimento foram, digamos, vegetativas e tão inexpressivas por tão longo período que a expansão do sistema basicamente foi condicionada pelo discurso dominante de que a universidade era privilégio e, como tal, sua relação com a esfera econômica era plenamente ajustada a promover os interesses das elites dominantes. (GOMES; MORAES, 2012, p. 186).

Nos anos de 1995 a 1998, tivemos o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conhecido como governo FHC. Quando assumiu a presidência, Fernando Henrique deu “continuidade à política econômica inaugurada na década de 1990, mantendo a abertura às exportações, o programa de privatizações de grandes empresas estatais, a criação das agências regulatórias, a mudança da legislação que rege o funcionalismo público e outras iniciativas, visando à inserção do país no contexto de uma economia globalizada” (VIEIRA,

2008, p. 171). A manutenção da estabilidade econômica veio com a consolidação do Plano Real, iniciado no Governo do presidente Itamar Franco, seu antecessor. O programa de transferência de renda, conhecido como Bolsa Escola, teve seu início nesse mesmo governo.

Fernando Henrique Cardoso foi presidente por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003). Em seus governos, importantes políticas voltadas para a educação foram iniciadas e colocadas em prática. De acordo com Vicente et. al. (2018), o foco da educação nos governos FHC voltava-se a expansão do ensino privado.

Sobre as ações voltadas a educação durante os governos de FHC, destacam-se medidas como: matricular todas as crianças em idade escolar; o programa Acorda Brasil, destinado a melhoria da qualidade do ensino fundamental; programas de incentivo ao ensino a distância; a reforma no segundo grau com a separação do ensino regular e o ensino profissionalizante; aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a aprovação e implementação do Fundef, com a finalidade de aumentar os investimentos no ensino fundamental para regiões mais carentes do Brasil; o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o objetivo de avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país para auxiliar o ministério na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino brasileiro; com o ENEM, o governo também buscou influenciar mudanças nos currículos de ensino médio (GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2022).

O governo FHC apresentou e implantou reformas para reestruturar a educação através de diversas medidas políticas, buscando ampliar e qualificar a educação, amparado pelo modelo de economia mundial dos anos 1990. Segundo Vieira (2008) o projeto político governamental de Fernando Cardoso, propunha ações para a erradicação do analfabetismo, e ampliação da qualidade da escola pública. Para isso, foram articuladas políticas educacionais, com os princípios de descentralização, privatização e qualidade.

Em relação ao ensino superior, foco maior dessa pesquisa, podemos citar dois importantes documentos construídos no governo FHC, onde explicitava suas propostas de governo. Um deles é intitulado de Mãos à Obra, Brasil (1994), o outro, Avança, Brasil (1998). Em suas propostas de 1994, Cardoso demonstrou que sua preocupação em relação às universidades públicas voltava-se principalmente para as federais e girava em torno de seus custos, afirmando que o ensino superior federal precisava ser efetivamente revisto, pois consumia cerca “70% a 80% de todas as verbas do Ministério da Educação”, mas atendia apenas a “22% dos jovens matriculados no ensino superior”. Os outros “13% estão em escolas

estaduais e o restante, cerca de 66%, paga pelos seus estudos em instituições privadas” (CARDOSO, 2008, p.50).

A política para o ensino superior deve promover uma revolução administrativa, que dê efetiva autonomia às universidades, mas que condicione o montante das verbas que recebem a uma avaliação de desempenho e, especialmente, ao número de alunos que efetivamente formam, às pesquisas que realizam e aos serviços que prestam. Um programa deste tipo deve prover recursos suficientes para que as escolas possam se adaptar às novas exigências, realizando uma correção gradual dos orçamentos atuais. Uma política como esta estimulará uma administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, hoje existente, para generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais. A racionalização dos gastos e o aumento da produtividade deverão se refletir em aumentos salariais. A longo prazo, a expansão do sistema público de ensino superior dependerá de novas formas de cooperação, que precisam ser estabelecidas, entre União, estados, municípios e as comunidades locais. (CARDOSO, 2008, p.50).

Em relação ao ensino superior particular, o documento destacava ser preciso uma política mais específica para essa forma de ensino, pois era o ensino particular que absorvia a maioria dos estudantes. Uma nova política educacional para o setor privado deveria incluir: completa reformulação do sistema de autorização para criação de estabelecimentos e cursos; fixação de critérios transparentes e objetivos para a distribuição de auxílio federal às instituições comunitárias, condicionando-a a um sistema de avaliação de qualidade; e reformulação do crédito educativo, condicionando-o a um sistema de avaliação da qualidade do ensino, incluindo as escolas particulares que queiram aderir a esse sistema, e avaliação da relação custo-benefício (CARDOSO, 2008).

Em seu plano de governo para o segundo mandato (1999 a 2003), o documento *Avança, Brasil* (1998), destacava as ações voltadas ao ensino superior, com um discurso voltado a diversificação do ensino superior, para que ele se adequasse as rápidas mudanças na expansão do conhecimento e nas transformações tecnológicas e, em consequência, na produção e distribuição de serviços.

Novas áreas de conhecimento estão sendo introduzidas, assim como se amplia o espaço dos conhecimentos inter e multidisciplinares, criando a necessidade de novos currículos e programas de ensino e de pesquisa. Além disso, especialmente nos países em desenvolvimento, as instituições de ensino superior representam a principal fonte de inovação e de geração de propostas para superar desafios do desenvolvimento social e econômico. No esforço de elevação do padrão tecnológico nacional, e de inclusão da grande parcela da população brasileira ainda mergulhada na pobreza e no atraso, cabe à universidade um papel da maior relevância. Passam necessariamente pela universidade o aumento dos níveis de qualidade do sistema educacional como um todo, a formação dos quadros superiores nas áreas estratégicas da saúde, informática, economia, administração pública e privada e ciências humanas, bem como dos diversos setores tecnológicos ligados à estrutura produtiva, da agricultura às telecomunicações. A integração da universidade com o sistema

produtivo é decisiva para a elevação dos padrões de competitividade da economia (CARDOSO, 2008, p. 62).

O documento *Avança Brasil* encerra o tema da educação superior, destacando as principais metas destinadas ao conjunto do sistema de ensino superior:

- Ampliar em trinta por cento a matrícula no ensino superior, alcançando 2,7 milhões de alunos no ano 2002;
- Reorganizar e ampliar o programa de crédito educativo, combinando critérios de renda e desempenho escolar;
- Estimular cursos à distância e tecnologias de ensino capazes de ampliar o contingente de alunos, sem prejuízo da qualidade do aprendizado;
- Tornar flexível a estrutura curricular e diversificar as possibilidades de certificação de competências e habilidades;
- Aperfeiçoar o sistema de avaliação da graduação, consolidando o Exame Nacional de Cursos (“provão”) e ampliando os indicadores de qualidade. Estimular as instituições a adotar procedimentos de autoavaliação;
- Implementar o processo de credenciamento das instituições de ensino, com base nos resultados dos processos de avaliação;
- Executar o Plano Nacional de Pós-Graduação, concentrando os esforços nos doutorados acadêmicos e nos mestrados profissionais;
- Estabelecer um plano de apoio a cursos de extensão a fim de promover o desenvolvimento regional;
- Ampliar em quarenta por cento a matrícula nos cursos de graduação das instituições federais de ensino superior, alcançando 560 mil alunos no ano 2002, mediante a ampliação de vagas de acesso;
- Definir e implementar a autonomia universitária plena, englobando os aspectos administrativos e financeiros;
- Promover a melhoria da qualificação do corpo docente e definir as normas gerais para a carreira, estimulando a titulação, a dedicação à instituição e a avaliação do trabalho acadêmico, bem como as atividades de docência e a experiência profissional, além da produção científica;
- Promover a melhoria dos cursos de graduação, mediante investimentos em laboratórios, equipamentos e bibliotecas (CARDOSO, 2008).

Em relação ao sistema público federal, o documento destaca que:



Especial atenção será dada ao aprimoramento do sistema público federal de ensino superior, que deverá assumir papel crescentemente estratégico no sistema universitário brasileiro, destacando-se pela excelência acadêmica, produtividade científica, formação de docentes e pesquisadores em nível de pós-graduação e oferta de serviços de extensão à comunidade. Será preciso aumentar a produtividade em todas essas áreas e ampliar o número de vagas e de alunos, sobretudo nos cursos noturnos. A melhoria da qualidade do ensino superior está fortemente associada à expansão e diversificação dos programas de pós-graduação e ao fortalecimento das ações de fomento à pesquisa científica e tecnológica. Isto exige rever e ampliar as ações de apoio e incentivo à pós-graduação e à pesquisa, em estreita colaboração com o sistema de ciência e tecnologia. De um lado, essas reformas requerem a redefinição da carreira docente e a garantia de recursos para a manutenção dos *campi* universitários e investimentos em equipamentos e laboratórios; de outro lado, colocam para a universidade o compromisso de uma gestão eficiente dos recursos públicos ao seu alcance (CARDOSO, 2008, p. 63).

A expansão do ensino superior brasileiro enfrentava inúmeros problemas, por esse motivo, era necessário promover sua renovação. Em seu plano para segundo mandato, Fernando Henrique reconheceu a importância da expansão de vagas públicas e apresentou metas para essa ampliação. Mas essa renovação esbarrava nas políticas de retenção de recursos impostas pela equipe econômica, em resposta às diretrizes internacionais de ajuste fiscal. Os líderes do governo indicavam três medidas a serem tomadas pelas universidades: a racionalização no uso das verbas; a captação de recursos externos junto a órgãos públicos ou privados, bem como pela cobrança de taxas dos estudantes; o emprego de novas tecnologias em processos de ensino à distância, inclusive na graduação. O ensino a distância permitiu ao governo economizar, pois não havia necessidade de ampliação física das universidades, nem a contratação de novos professores (MICHELOTTO, 2003).

#### **2.1.1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a avaliação da educação superior**

Uma nova reforma na educação brasileira foi impulsionada sob a influência de organismos internacionais, em especial ao Banco Mundial. Foi então que em 1996 através da Lei nº 9.394, foi sancionada a mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, e trazendo diversas mudanças às leis anteriores. A educação passou a ser considerada bem público, de direito de todos e como dever do Estado. Na nova LDB, a educação infantil (creches e pré-escola) foi incluída como primeira etapa da educação básica. A formação adequada dos profissionais da educação básica também foi priorizada com um capítulo específico para tratar do assunto. “A Carta Magna e a nova LDB dão suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade seja

realmente consubstanciado, assegurando a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade” (SOUZA; SANTOS, 2019, p. 4).

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, sancionada há mais de 20 anos, teve importância crucial nas transformações ocorridas na educação desde então. Servindo à Educação como a Constituição serve para o conjunto da legislação brasileira, a LDB abriu espaço para consolidar medidas que ampliaram o acesso e melhoraram o financiamento do ensino no Brasil. A lei introduziu mecanismos de avaliação do ensino, que hoje se materializam em iniciativas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Censo Escolar (SOARES; BERNARDO, 2016).

A LDB trouxe grandes avanços em relação a educação superior brasileira, consolidando como pilar essencial a necessidade de processos de avaliação. Precisamente sobre a avaliação, a LDB traz em seu art. 9º as incumbências da União, delimitando também as normas gerais para os cursos de graduação e pós-graduação:

- V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino (BRASIL, 1996).

Políticas, ações e estudos com diferentes objetivos, constituíram e fortaleceram a avaliação de ensino superior, tornando-a objeto de destaque. Ao mesmo tempo que a avaliação estabeleceu no setor educacional “uma nova racionalidade do sistema de ensino superior, tendo em vista uma expansão mais acelerada do número de estudantes, cursos e instituições”, ela também incentivou “o surgimento de núcleos de estudos na área de avaliação em universidades e centros de pesquisa, formação e capacitação de recursos humanos na área e a produção de pesquisa aplicada para subsidiar a chamada qualidade educacional” (OLIVEIRA et al., 2006, p. 74).

A avaliação da educação superior ganhou ainda maior importância no país com a criação da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004) por meio da instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem por finalidade:

(...) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e

social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.” (BRASIL, 2004).

De acordo com Oliveira et al., (2006), o SINAES busca meios de se pensar e implementar um sistema de avaliação emancipador e regulatório. É emancipador, no sentido de promover o desenvolvimento das universidades, e regulatório considerando o papel do Estado em controlar a expansão do ensino superior, primando pela qualidade. Além disso, tem como foco central a universidade como um todo, uma vez que os cursos oferecidos e os alunos não seriam mais avaliados isoladamente, mas em função de todo contexto e totalidade institucional. Portanto, a avaliação de instituições de ensino superior deve estar integrada com as funções e finalidades de ensino, pesquisa e vinculação com a sociedade, avaliando não somente o desempenho estudantil, mas formação humana e construção de conhecimentos de cada instituição em todos os âmbitos.

Assim como a Constituição, a LDB foi sendo atualizada e passou a incluir temas que foram ganhando importância na sociedade, refletindo em uma série de outras leis que, posteriormente, foram planejadas no sentido de manter e ampliar o caráter democrático e cidadão que passou a compor, mesmo que tardiamente, os desdobramentos das políticas educacionais do país. Para se manter viva e ativa, a LDB precisou ultrapassar barreiras governamentais e contou com o reforço de mecanismos como o Plano Nacional de Educação (PNE) (SOARES; BERNARDO, 2016).

### **2.1.1.2 O Plano Nacional da Educação (PNE)**

Nesse contexto de avanços educacionais se destaca a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação, em colaboração de Estados, Distrito Federal e Municípios. É então, que no ano de 2001, foi regulamentado o Plano Nacional da Educação, aprovado por meio da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estabeleceu os objetivos da educação superior. O surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceu à medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhava, ou seja, muito antes do PNE do ano de 2001. A educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País. A preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades e as várias reformas

educacionais, ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional (BRASIL, 2001).

Para chegar na forma que se apresenta, o PNE passou por diversas iniciativas e modificações. Na Constituição de 1934 o art. 150 declarava ser competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País". Atribuía também, em seu art. 152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, "organizado na forma da lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais" (BRASIL, 1934).

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 37, incorporaram a ideia de um Plano Nacional de Educação que deveria ser fixado por lei. A ideia prosperou e nunca mais foi inteiramente abandonada.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. [...]. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. A ideia de uma lei ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a se concretizar. Com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade. Por outro lado, a Lei nº 9.394, de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", determina nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação (BRASIL, 2001).

Em fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional uma mensagem relativa ao projeto de lei que instituiu o Plano Nacional de Educação, pedindo o início de sua tramitação na Câmara dos Deputados. Na Exposição de Motivos destaca o Ministro da Educação a concepção do Plano, que teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional que instituiu o FUNDEB. (BRASIL, 2001).

Como princípio geral, o PNE instituído em janeiro de 2001, destacou que:

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo. A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais (BRASIL, 2001).

O Plano Nacional da Educação “estabeleceu, para cada nível educacional, diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas. Nas diretrizes específicas para a educação superior e para regulação de seu sistema, destaca-se a ênfase dada aos processos de avaliação” (SILVA et. al., 2011, p. 3). Demonstrou também, a necessidade de “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001). A criação da Constituição de 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, demonstraram avanços no caminho de um entendimento da educação como um direito social.

A preocupação com o aumento de vagas na educação superior, também foi destacada no PNE, pois com o crescimento acelerado do número de egressos da educação média, considerou-se necessária uma expansão de vagas para ensino superior. “Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação” (BRASIL, 2001). Nesse sentido, reconhece a importância da contribuição do setor privado, “que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 2001).

Para lidar com a necessidade da expansão das universidades públicas, o PNE destacou a importância de garantir a boa qualidade do ensino para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes. Nessa direção, destaca como necessário melhorar a qualidade do ensino, “bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições, uma vez que realizam mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais - em sintonia com o papel constitucional a elas reservado” [...]. Para garantir a expansão é necessário “assegurar, portanto, que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total” (BRASIL, 2001).

Ficou estabelecido que o PNE deve ser elaborado a cada dez anos, traçando diretrizes e metas para a educação em nosso país no período estabelecido, com o intuito de que estas metas sejam cumpridas até o fim desse prazo. Atualmente está em vigor o Plano Nacional da Educação que compreende o período de 2014 – 2024. O atual PNE<sup>66</sup> definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação, estabelecendo 20 metas para garantir acesso à educação de qualidade no Brasil até 2024, apresentando 254 estratégias para assegurar que os objetivos sejam cumpridos em todos os níveis da educação.

### **2.1.2 Democratização do Ensino Superior: Políticas Públicas, Planos, Programas e Projetos de Expansão Universitária**

Com o término do governo de FHC e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva iniciado em 2003, as políticas públicas voltadas à educação brasileira foram direcionadas para uma nova perspectiva. Os governos Lula (de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010) tinha como bandeira a defesa de uma pauta popular e com um “Plano de Governo para a educação superior, gerando grandes e ambiciosas expectativas na sociedade de que esta - educação superior - sofresse um importante processo de transformação” (ALBERTO, 2019 p. 4). Em contraposição ao governo antecessor, os dois mandatos de Lula apresentaram traços de priorização das políticas sociais, dos processos de integração regional e do papel do Estado como provedor do crescimento econômico e da distribuição de renda (ALBERTO, 2019).

As políticas federais de educação e de proteção social avançaram no início do século XXI abrangendo uma série de iniciativas que visavam sobretudo, ampliar o acesso dos jovens ao ensino superior. Inicialmente, as ações do governo foram direcionadas à iniciativa privada, com políticas públicas voltadas à educação, procuraram mesclar estratégias que davam sequência a propostas já adotadas no período FHC, exemplo disso foi a criação do ProUni em 2005, e a continuidade do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em relação as propostas para o ensino superior público, logo em seguida, ganharam destaque dois programas voltados para essa área: o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (ALBERTO, 2019).

Tratando propriamente sobre o ensino superior público, os governos Lula (2003-2010), buscaram promover a expansão dos investimentos nas instituições federais de ensino

---

<sup>66</sup> O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf).

superior, através do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, em 2003; do Projeto de Lei nº3.627 que propõe a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e minorias étnicas nas Universidades Federais, em 2004; da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. Ao lado do PDE, as políticas educacionais propostas também levaram a aprovação do “Decreto Lei nº 6.094 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, em 2007. (ALBERTO, 2019, p.4).

O governo Lula apresentou em seu Programa de Governo, um documento intitulado de: Uma escola do Tamanho do Brasil. Nesse programa, “defendeu uma conjuntura em que a educação, especialmente a superior, fosse central para o desenvolvimento do país” (ALBERTO, 2019, p. 4). Assim, as políticas educacionais foram intensificadas, caminhando em direção a democratização do acesso às universidades brasileiras e a permanência dos alunos nessas instituições.

A educação superior é reconhecida por seu valor na formação acadêmica e ética de recursos humanos, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e no desenvolvimento cultural, econômico e social. As fortes demandas populares por acesso à educação superior situam-na hoje no horizonte dos direitos sociais básicos. As universidades públicas e os institutos de pesquisa - na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural - devem ser valorizados e integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando sua importância na recuperação da capacidade de produção própria de ciência e tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.4).

O documento enfatizava a educação como base do desenvolvimento econômico, sinalizando que as universidades públicas, em especial as federais, deveriam ser elevadas a protagonistas do processo de reestruturação da educação superior, protagonismo esse, diferente do governo anterior, que direcionava os investimentos educacionais para o setor privado.

A importância do papel da educação superior contrasta com o quadro que se apresenta hoje no país, resultado das políticas de muitas décadas para esta área, mas que se agravou sob muitos aspectos nos dois últimos mandatos presidenciais. O total de estudantes matriculados na educação superior no Brasil (7,7% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos) continua sendo um dos menores da América Latina. Desses estudantes, 1/3 está matriculado em instituições públicas e 2/3 em instituições privadas. O aumento no número total de instituições nos últimos oito anos foi de 38%, mas o setor privado cresceu 51%. O número de universidades federais (IFES) permaneceu estável no período, enquanto o das privadas cresceu 44%. Concluindo: as instituições de ensino superior (IES) privadas, que em 1994 correspondiam a 74% do total, em 2000 já correspondiam a 85%. No mesmo período, o aumento total das matrículas foi de 62%, mas o do setor privado foi de 86%, e o do setor público de apenas 28%. A matrícula nas universidades cresceu 74% no total, mas 121% no

setor privado e apenas 36% no setor público [...] nosso governo vai empenhar-se para ampliar as vagas e matrículas na educação superior, em especial pública. Estimulará a qualidade do ensino, que também decorre da multiplicação dos investimentos no setor público, do respeito ao princípio da associação entre ensino, pesquisa e extensão e da permanente avaliação das IES públicas e privadas para a melhoria da gestão institucional e da qualidade acadêmica, com cumprimento de sua missão pública no âmbito local, regional ou nacional (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 26 e 27).

O governo estabeleceu uma série compromissos considerados básicos para a educação, como o reconhecimento do papel da universidade, em especial ao setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país; a expansão da oferta de vagas no ensino superior, com destaque para o setor público e em cursos noturnos; a ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e a criação de bolsas universitárias. Prometeu defender o artigo 206 da CF, sobre a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino público e do artigo 207, promovendo às universidades autonomia universitária e ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002).

Embasados nesses compromissos, no programa de governo – Uma escola do tamanho do Brasil – a educação superior foi tratada em 25 propostas, dentre as quais se definia como meta para o setor público, um aumento de 40% no total de vagas ofertadas no ensino universitário, sendo previsto para tanto, a criação de estabelecimentos públicos de educação superior.

Ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior, em taxas compatíveis com o estabelecido no PNE (Prover até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos) ; Ampliar a oferta de ensino público universitário, de modo a projetar, no médio prazo, uma proporção de no mínimo 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (Meta referenciada em dispositivo do PNE aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo presidente da República); [...] Estabelecer e implantar medidas que visem diminuir a desigualdade de oferta de cursos e vagas de graduação e pós-graduação em termos regionais e de interiorização; [...] Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública; [...] Implantar de forma progressiva uma rede universitária nacional de ensino superior à distância, com exigente padrão de qualidade; [...] Criar um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima, para beneficiar 180 mil estudantes carentes que estudem em cursos de qualidade comprovada e que, em contrapartida, realizem trabalho social comunitário (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 29-32).

A lógica que orientou a expansão do ensino superior brasileiro durante as últimas décadas, não se deu através do resultado de um planejamento educacional por parte de



organismos governamentais, ou seja, teve sua orientação “conduzida, em grande medida, pela lógica da demanda e da oferta, em cuja dinâmica o setor privado ocupa um papel relevante no sentido de suprir a demanda por um ensino de massa” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 103). Em virtude do baixo investimento no sistema público de ensino superior, entre o início da redemocratização do país (1985) e o final do governo FHC, em 2002, a campanha da Coligação Lula Presidente, apresentou diversas propostas que visavam a expansão e o fortalecimento do ensino superior público e de qualidade. Nesse momento, o sistema brasileiro de educação superior, se apresentava da seguinte forma.

A Tabela 1 apresenta dados sobre as vagas ofertadas no ensino superior por instituições públicas e privadas, entre 1985 e 2002.

**Tabela 1** - Vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais, por rede de ensino (1985 a 2002)

	1985	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
<b>Público</b>	141.274	149.793	155.009	171.048	177.453	183.513	214.241	245.632	295.354
Federal	67.307	68.370	70.881	80.411	85.017	84.197	95.460	120.486	124.196
Estadual	41.055	52.480	55.232	56.292	58.501	63.603	73.204	96.179	132.270
Municipal	32.912	28.943	28.896	34.345	33.935	35.713	45.577	28.967	38.888
<b>Privado</b>	289.208	313.946	347.775	363.799	397.042	450.723	589.678	970.655	1.477.733
<b>Total de Vagas</b>	<b>430.482</b>	<b>463.739</b>	<b>502.784</b>	<b>534.847</b>	<b>574.495</b>	<b>634.236</b>	<b>803.919</b>	<b>1.216.287</b>	<b>1.773.087</b>

Fonte: Adaptado de MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Percebe-se que, enquanto as vagas ofertadas nas instituições públicas pouco mais que dobraram entre os 1985 e 2002, o setor privado mais que quintuplicou a oferta no mesmo intervalo. Em 1985, as instituições privadas representavam pouco mais da metade das vagas ofertadas, já em 2002, o mesmo setor oferecia mais de 83% delas.

O avanço ocorreu principalmente entre 1998 e 2002, período do segundo governo de FHC. Entre 1998 e 2002, a oferta de vagas nas instituições privadas aumentou de 589.678 vagas para 1.477.733 vagas. No mesmo intervalo, as instituições públicas passaram de 214.241 vagas em 1998 para 295.354 vagas ofertadas em 2002, um aumento de 27,4%.

Assim, a representatividade das vagas ofertadas nas instituições públicas de ensino, sofreram importante redução ao longo do período estudado, passando de 32,8% das vagas em 1985 para apenas 16,6% das vagas ofertadas em 2002. Entre as instituições públicas, em 1985 as vagas federais representavam 47,6%, as estaduais 29% e as municipais 23,4%. Já em 2002, as federais representavam 42% das vagas públicas ofertadas, enquanto as estaduais já

ocupavam 44,7% e as municipais apenas 12,3%. Portanto, a análise do período estudado foi marcada tanto pela redução do percentual de vagas públicas ofertadas quanto pela superação das vagas estaduais em relação as vagas federais.

O cenário das matrículas em cursos de graduação presenciais entre 1985 e 2002 foi o assunto abordado na Tabela 2.

**Tabela 2 - Matrículas em cursos graduação presenciais, por rede de ensino (1985-2002)**

	1985	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
<b>Público</b>	556.680	585.351	578.625	629.662	690.450	735.427	804.729	887.026	1.051.655
Federal	326.522	317.831	308.867	325.884	363.543	388.987	408.640	482.750	531.634
Estadual	146.816	190.736	194.417	210.133	231.936	243.101	274.934	332.104	415.569
Municipal	83.342	76.784	75.341	93.645	94.971	103.339	121.155	72.172	104.452
<b>Privado</b>	810.929	918.209	961.455	906.126	970.584	1.133.002	1.321.229	1.807.219	2.428.258
<b>Total de Vagas</b>	<b>1.367.609</b>	<b>1.503.560</b>	<b>1.540.080</b>	<b>1.535.788</b>	<b>1.661.034</b>	<b>1.868.429</b>	<b>2.125.958</b>	<b>2.694.245</b>	<b>3.479.913</b>

**Fonte:** Adaptado de MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Assim como foi observado na Tabela 2, o intervalo estudado foi marcado pela ampliação do papel das instituições privadas de formação em nível superior de ensino. Em 1985, as matrículas em instituições públicas representavam 40,7% enquanto as instituições privadas eram responsáveis por 59,3%. Apesar de uma mudança menos expressiva do que na tabela anterior sobre a oferta de vagas, o intervalo estudado demonstra considerável crescimento da representatividade das instituições privadas e a consequente redução do percentual de matrículas em instituições públicas. Em 2002, eram 1.051.655 matriculados em instituições públicas (30,2%), enquanto nas instituições privadas eram 2.428.258 (69,8%).

Entre os matriculados em instituições públicas, em 1985, as federais representavam 58,6%, as estaduais 26,4% e as municipais 15%. Dezessete anos depois, em 2002, o percentual de matriculados nas federais teve uma queda para 50,6% e as estaduais um crescimento para 39,5% dos matriculados. Portanto, apesar da diferença entre os setores público e privado não ser tão grande quando na oferta de vagas, os dados referentes aos matriculados reforçam a ideia da priorização dos investimentos no setor privado em relação ao público, assim como o crescimento de importância das vagas nas instituições estaduais em comparação as instituições federais.

Os dados apresentados na Tabela 3 referem-se à evolução no número de instituições de ensino superior entre 1985 e 2002.

**Tabela 3** - Evolução no número de instituições de ensino superior por rede de ensino (1985-2002)

	1985	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
<b>Público</b>	233	233	222	227	218	211	209	176	195
Federal	53	54	55	57	57	57	57	61	73
Estadual	75	87	83	82	73	74	74	61	65
Municipal	105	92	84	88	88	80	78	54	57
<b>Privado</b>	626	638	696	666	633	711	764	1.004	1.442
<b>Total de Instituições</b>	<b>859</b>	<b>871</b>	<b>918</b>	<b>893</b>	<b>851</b>	<b>922</b>	<b>973</b>	<b>1.180</b>	<b>1.637</b>

Fonte: Adaptado de MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Mais uma vez, é possível perceber o aumento significativo do percentual de instituições privadas em comparação as instituições públicas. Em 1985, as instituições privadas eram 72,8%, enquanto as públicas eram 27,2%.

Em 2002, o cenário tornou-se ainda mais favorável ao ensino privado, que saltou para 88% das instituições, enquanto as públicas passaram a representar apenas 12%. Assim como observou-se na Tabela 3, o período referente ao segundo governo FHC marcou o maior salto na oferta de instituições privadas de ensino superior, passando de 764 unidades em 1998 para 1.442 unidades em 2002.

Entre as instituições públicas, é possível identificar uma redução no número de unidades, passando das 233 em 1985 para 195 em 2002 e um pequeno aumento no número de instituições federais entre 1998 para 2002, passando de 57 para 73.

O crescimento está parcialmente relacionado a aprovação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional em Nível Tecnológico, em 2002, e a implantação de cursos superiores nos Centros Tecnológicos (CEFETs) para formação de tecnólogos em diversas áreas. Além disso, entre 2000 e 2002 foram criadas a Universidade Federal de Tocantins (2000), a Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (2002), a Universidade Federal de Itajubá (2002), a Universidade Federal de Campina Grande (2002), a Universidade Federal Rural do Amazonas (2002), a Universidade Federal de São João Del-Rei (2002) e a Universidade federal de Campina Grande (2002), sendo que as duas primeiras foram de fato novas instituições e as quatro últimas foram resultado da transformação de antigas instituições federais de ensino em universidades federais.

As diferenças demográficas e socioeconômicas entre as regiões do Brasil também podem ser percebidas na distribuição das vagas ocupadas na graduação presencial. A Tabela 4

apresenta os dados de matriculados nas cinco regiões do país nos anos de 1990, 1994, 1998 e 2002.

**Tabela 4 - Matrículas em cursos graduação presenciais, por grandes regiões (1985-2002)**

	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>
Norte	44.306	64.254	85.077	190.111
Nordeste	247.064	264.396	310.159	542.409
Sudeste	869.560	916.131	1.148.004	1.746.277
Sul	286.350	304.852	419.133	677.655
Centro-oeste	92.800	111.401	163.585	323.461
<b>Brasil</b>	<b>1.540.080</b>	<b>1.661.034</b>	<b>2.125.958</b>	<b>3.479.913</b>

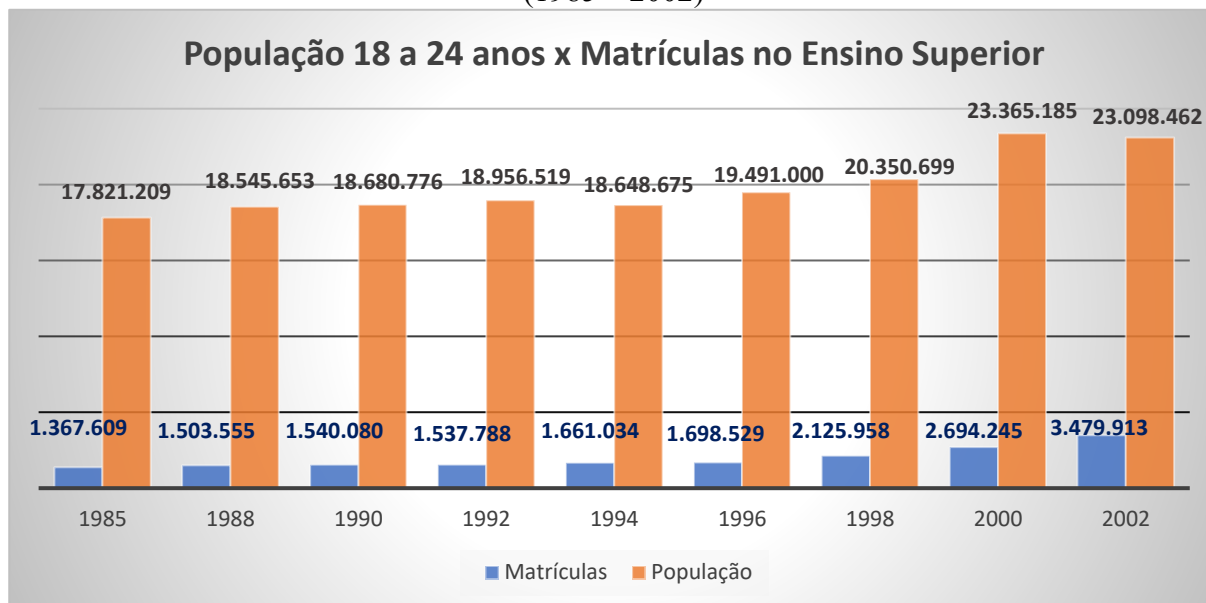
**Fonte:** Adaptado de MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Em 1990, a região sudeste concentrava mais da metade dos matriculados, com 56,4%, enquanto a região sul somava 18,6%, a região nordeste 16%, a região centro-oeste 6% e a região norte apenas 2,9%.

Em 2002, apesar de uma pequena queda, a região sudeste continuava muito na frente das demais, com 50,1%, a região sul saltou para 19,5%, a região nordeste tinha 15,5%, a região centro-oeste 9,3% e a região norte teve um pequeno aumento para 5,5% das instituições. Mesmo com algumas pequenas mudanças durante o cenário analisado, percebe-se que as distorções populacionais e, principalmente de concentração de renda estiveram claramente refletidas na distribuição regional da ocupação de vagas no ensino superior no Brasil.

O Gráfico 1 apresenta dados referentes aos estudantes em idades entre 18 e 24 anos, matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação no Brasil, e os compara a população nacional do mesmo intervalo de idade, nos mesmos anos.

**Gráfico 1 - População de 18 a 24 anos no Brasil x Matrículas no Ensino Superior (1985 – 2002)**



**Fonte:** Adaptado de MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior.

Em 1985, apenas 7,6% da população brasileira entre 18 e 24 estava matriculada em cursos de graduação ou pós-graduação. Em 1994, os dados indicam um pequeno crescimento para 8,9%. Já em 1998, o gráfico aponta que os matriculados já representavam 11,53%. Ao longo do período analisado, 1985 a 2002, é possível identificar um salto de 7,6% para 15,06% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados nas instituições de ensino superior. Apesar da relevância do aumento apontado, o mesmo gráfico confirma que quase 85% dos jovens analisados não tinham acesso ao ensino superior, fosse ele público ou privado.

Os cenários apresentados pela Tabela 3 e pelo Gráfico 1, demonstram uma tendência favorável as instituições privadas em relação às instituições públicas, principalmente a partir do último governo FHC (1999-2002). Além disso, as distorções regionais e a grande parcela de jovens de 18 a 24 anos fora das universidades também subsidiaram, em 2002, a construção das propostas de governo do então candidato Luís Inácio Lula da Silva. A cartilha de intenções do governo Lula, na prática, foi parcialmente concretizada a partir de políticas e programas, como os ciclos de expansão das universidades federais (UFs).

Nesse sentido, o presente estudo irá examinar a seguir, o movimento recente de expansão da educação superior, no Brasil, de 2003 a 2012, a partir da abordagem de dois ciclos de expansão das universidades federais. O primeiro ciclo compreende os anos de 2003 a 2006 – período anterior ao Reuni. O Segundo ciclo de expansão se refere ao período de 2007 a 2012, onde se insere o Reuni, no qual o foco foi a expansão e reestruturação. Para

tanto, serão apresentados as principais propostas e os principais programas, considerados importantes nesse processo de expansão.

### 2.1.2.1 O Programa de Expansão da Educação Superior Pública – 2003

Para ampliar as vagas nas Instituições de Ensino Superior, e manter a defesa de que a educação, especialmente a superior, é central para o desenvolvimento do país, o governo materializou essa ampliação de vagas através de programas de expansão: a) quantitativa, incidindo diretamente sobre a oferta de vagas; b) geográfica, com a fixação de universidades e de *campi* em espaços fora das regiões metropolitanas; e c) de acesso, impulsionada sobretudo pelas políticas de Ações Afirmativas. “A preocupação com a interiorização e com a abertura de vagas em locais fora das capitais e das regiões metropolitanas fomentou, além da criação e da expansão de *campi*, a educação a distância, defendida como meio de expandir e de interiorizar a oferta de cursos no país” (VICENTE et al., 2018, p. 16).

Em 2003, uma das medidas desse governo foi instituir o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI<sup>7</sup>. O grupo foi encarregado de “analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” (Brasil, 2003).

O GTI desenvolveu um relatório intitulado de: “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma” (BRASIL, 2003). Nele apontou as seguintes necessidades:

O documento aponta para a necessidade de: expansão de vagas nas universidades públicas, federais, estaduais e municipais, sem comprometer a qualidade do ensino; propiciar o sonho de concluir o ensino superior a jovens sem possibilidades de ingresso nas universidades públicas e sem recursos para pagar instituições particulares; ampliação do quadro docente e de servidores técnicos administrativos em educação; implementação da educação à distância; financiamento universitário e intensificação da autonomia universitária. (BRASIL, 2003). A partir do relatório apresentado, propôs um plano emergencial para reforma da educação superior no Brasil (ALBERTO, 2019, p. 7).

O relatório do Grupo de trabalho contribuiu para que um plano de ação, englobando a reestruturação, a expansão e a democratização das IFES, fosse edificado.

---

<sup>7</sup> O GTI foi composto por 12 membros dos seguintes órgãos: Ministério da Educação, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda.

O Programa de Expansão do Ensino Superior subsidiou algumas das políticas públicas e programas de reestruturação da educação superior, ora com tendência de continuidade do governo anterior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2005 e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em 2010, ora com avanços na expansão de vagas públicas, como a implantação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007.

### **2.1.2.2 A reserva de vagas em Universidades Públicas Federais como política de acesso à educação superior - Projeto de Lei nº3.627 - 2004**

Os movimentos dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, na década de 70, incentivaram o ingresso de mais alunos negros nas universidades. O movimento teve como resultado a criação de bolsas de estudos para esses estudantes, já que nos Estados Unidos o ensino superior não é gratuito, e serviu de referência para que o sistema de cotas fosse implantado no Brasil.

As primeiras iniciativas de reserva de vagas em universidades públicas aconteceram por volta do ano 2000, com a aprovação da Lei nº 3.524, que introduziu modificações nos critérios de acesso às universidades estaduais fluminenses e reservou 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas. Em 2001, a Lei nº 3.708, destinava 40% de vagas para candidatos autodeclarados negros e pardos do estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2018).

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição pública federal a aprovar a política afirmativa em 2003. A reserva de vagas para cotistas raciais começou a ser adotada no vestibular do ano seguinte. Também em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), foi a primeira instituição de ensino estadual a adotar as políticas afirmativas. No vestibular daquele ano, parte das vagas foram destinadas a estudantes da rede pública e autodeclarados negros e pardos (TANCREDI, 2023).

No ano de 2004, um grande avanço em relação as políticas de ações afirmativas, visando o ingresso no ensino superior, foi a publicação do Projeto de Lei nº3.627, que *“Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior”* (BRASIL, 2004a). O Projeto previa que as instituições públicas federais de educação superior deveriam reservar, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino

médio em escolas públicas. Essas vagas deveriam ser preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população do estado onde estivesse instalada a instituição. As instituições teriam o prazo de duzentos e quarenta dias para se adaptarem a Lei, e o Poder Executivo, no prazo de dez anos, a obrigação de fazer a revisão do sistema especial para o acesso de estudantes negros, pardos, indígenas e oriundos de escolas públicas, nas instituições de educação superior (BRASIL, 2004a).

As iniciativas de reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior, demonstraram o processo de direcionamento e atenção do governo para ampliar o acesso das camadas mais desfavorecidas da população (egressos das escolas públicas, negros e índios) ao ensino superior, demonstrando também a elaboração do desenho que vinha sendo construído para atuar no problema. O Reuni, através da expansão da oferta de vagas, foi um dos grandes responsáveis pela considerável ampliação do alcance as universidades federais ao público-alvo das políticas de ações afirmativas.

As medidas expansionistas trouxeram à tona a problemática de acesso dos segmentos excluídos ao ensino superior, e especialmente favoreceu a criação de instituições de ensino superior privadas e a interiorização da oferta de vagas, porém, não alcançou a todos, pois egressos de escola pública, os de menor renda, negros e índios continuavam excluídos desse processo de ampliação. Diversas iniciativas políticas e sociais promoveram um forte debate em torno do acesso à universidade, promovendo a inserção dessa temática na agenda pública. O caminho percorrido foi longo, com intensos anos de debates, de negociações entre vários segmentos e atores até a promulgação da Lei 12.711, de 2012 que determinou a reserva nas instituições federais para egressos das escolas públicas de ensino médio, privilegiando, entre eles, os de menor renda, negros e índios.

### **2.1.2.3 Expansão em outras dimensões: Programa Universidade para Todos (ProUni) – 2005 e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – 2006**

Apesar dos avanços em relação as políticas de ações afirmativas, identificados a partir de 2012, com efetivação da Lei de Cotas, os índices registrados no *Censo da Educação Superior 2010*, ainda não apontava tais mudanças. O resumo técnico publicado pelo MEC apresentou um comparativo de dados entre os anos de 2001, governo FHC e 2010, governo Lula, demonstrando dados sobre a educação superior, no qual, respectivamente aponta que o total de IES passou de “1.391 para 2.378, mas com diminuição do setor público, 13% para



11,7% e o aumento do privado de 86,8% para 88,3%”; Do total de IES no país - compreendendo as universidades públicas e privadas – houve diminuição, “passando de 11,7% para 8%”, o que demonstra predominância de outros tipos de IES não universitárias”; Demonstra também que “o número de matrículas de graduação passou de 3.036.113 para 6.379.299, e deste total, em 2010, o setor privado correspondia a 74,2%, distante de uma inversão no cenário de privatização que dominava o sistema de educação superior no Brasil” (SILVA; MARTINS, 2014, p.4).

Os dados acima demonstram que embora o discurso governamental do presidente Lula enfatizasse o investimento no setor público, sobretudo, por meio da ampliação de UFs, há que se notar que nesse momento, essa política de expansão foi contraditória aos seus propósitos, pois não houve diminuição do setor privado.

Devido a Reforma da Educação Superior não ser aprovada de imediato, “o Governo buscou novas medidas e estratégias para o problema do acesso à educação superior” (ALBERTO, 2019, p. 7). Dentre as principais medidas, relacionadas diretamente à democratização do acesso, pode-se destacar: o ProUni e UAB.

O Programa Universidade para Todos foi um dos pilares da expansão da educação superior na rede privada. O ProUni foi criado em 2004 pela Lei nº 11.096, é um programa do Governo Federal desenvolvido por Fernando Haddad, Ministro da Educação na época, com a finalidade a conceder bolsas de estudos integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. Até 2013, o ProUni permitiu o acesso ao ensino superior a 1,2 milhão de jovens, sendo que 1.116 IES particulares participam atualmente do programa, com uma média equivalente a uma bolsa para cada 10,7 alunos pagantes, o que é significativo, pois 74% das matrículas do ensino superior brasileiro estão nas faculdades particulares, correspondendo a 5,2 milhões de alunos (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, 2022).

De acordo com a regulamentação do programa, podem participar os estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior e que atendam a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou escola da rede privada, na condição de bolsista integral;
- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral;
- ser pessoa com deficiência;

- ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2005).

A Tabela 5 demonstra a evolução das bolsas concedidas pelo ProUni em seus três primeiros anos de implantação.

**Tabela 5 - Distribuição das bolsas ofertadas pelo ProUni por região (2005-2007)**

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2005	5.773	18.282	59.365	19.521	9.334	112.275
2006	7.221	18.084	69.084	30.343	13.450	138.688
2007	6.223	19.572	80.635	36.083	15.145	163.854

**Fonte:** MEC. ProUni. Dados e Estatísticas, 2008.

Os números apresentados indicam um crescimento progressivo na concessão das bolsas no país, passando dos 31% no intervalo de dois anos (2005-2007). Mais uma vez, as distorções ficam evidentes ao se comparar a distribuição de bolsas em cada região do país. Nos três anos analisados, o Sudeste concentrou cerca de 50% das bolsas. No sentido inverso, região Norte concentrava apenas 3,8% das bolsas ofertadas. Mesmo considerando as evidentes diferenças populacionais e de concentração de renda entre as regiões do país, a Tabela 5 evidencia a necessidade de ampliação dos investimentos para fora dos grandes centros nacionais.

O discurso de democratização do acesso ao ensino superior do governo, em relação ao ProUni, recebeu muitas críticas por representar o aprofundamento da privatização do ensino superior, tanto na época da sua criação como no decorrer do seu processo de implantação. As críticas se baseavam no fato de que “na troca do investimento público pela compra de vagas privadas, o governo está privilegiando, mais uma vez, as regiões mais ricas do país, pois nelas estão concentradas as universidades particulares”. (JULI-RP, [2008?], p.1).

Entre as críticas endereçadas a essa ação de governo, consiste no argumento de que os recursos que o governo deixa de arrecadar com a isenção fiscal poderiam estar sendo utilizados na ampliação da oferta de vagas pelas instituições de ensino públicas. Portanto, para alguns críticos do Prouni, o Estado estaria comprando vagas, já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. Por sua vez, os dirigentes do MEC argumentam que o grau de evasão fiscal no ensino superior privado tem sido tão elevado, que o que se deixaria de arrecadar seria irrisório, quando comparado ao benefício da ampliação do acesso à educação superior (CORBUCCI, 2007, p. 26).

A crítica alertou um aspecto importante da implantação desse programa, pois destacou que em estados do Norte e do Nordeste, há poucas instituições particulares e, com isso, poucas vagas podem ser aproveitadas pelo ProUni. Assim, permitiu-se levantar a hipótese de que o governo poderia se valer dos cursos à distância para preencher esses espaços.

Seguindo a premissa da expansão da educação superior no Brasil, em 2006 foi instituído pelo Decreto 5.800, o sistema UAB para "*o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País*" (BRASIL, 2006). Fomenta a modalidade de ensino a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

São objetivos do sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. O sistema propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas viabilizando mecanismos alternativos a implantação e execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada (BRASIL, 2006).

O referido Decreto, estabeleceu que as instituições de ensino são as responsáveis por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião, em articulação com os polos de apoio presencial de cada região atendida. Feita a articulação entre as instituições públicas de ensino e os polos de apoio presencial, o Sistema UAB assegurou o fomento de determinadas ações de modo a assegurar o bom funcionamento dos cursos.

O objetivo do sistema UAB está na promoção da educação na modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, além de ampliar o acesso à educação superior pública levando tais cursos às diferentes regiões do país. Isso significa que o Sistema Universidade Aberta do Brasil não propôs a criação de novas instituições de ensino, mas sim, a articulação das já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos.

A expansão do ensino à distância através da UAB pode ser entendida como umas das estratégias de diversificação das modalidades de graduação previstas no Decreto que institui o Reuni no Brasil. A criação da UAB, potencializada pelo Reuni, pode ser entendida como “um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades” (LENUZZA, 2020, p.16).

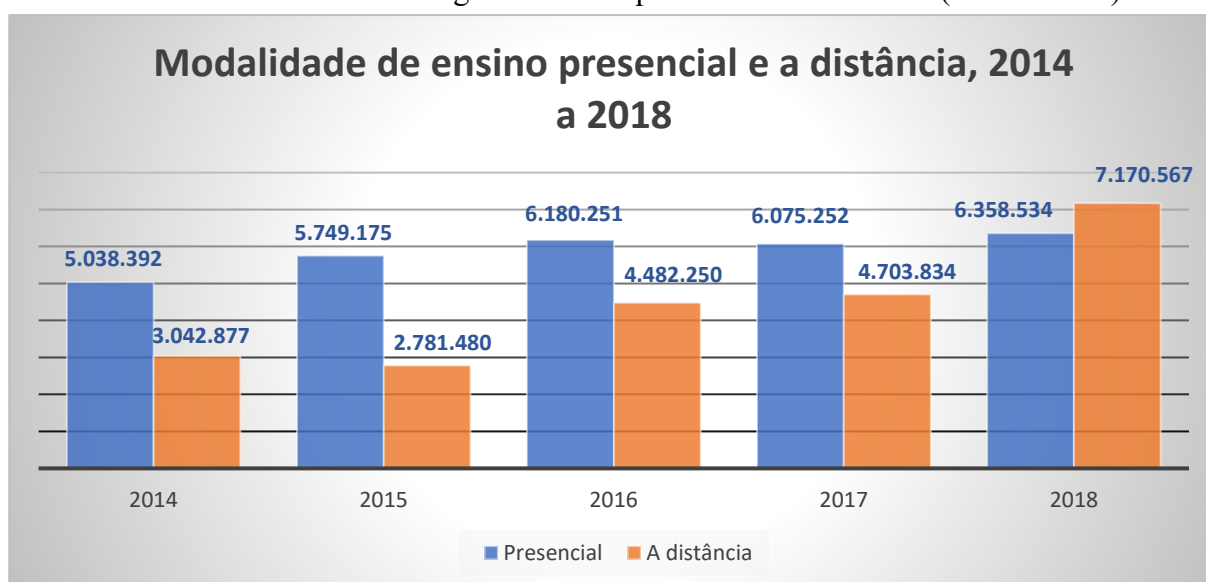
A Educação a Distância vem crescendo expressivamente nos últimos tempos. De acordo com o Censo da Educação Superior, realizado em 2018, há no país 3.177 cursos superiores a distância. Pelo mesmo Censo, entre 2008 e 2018, o número de ingressos variou positivamente em 10,6% nos cursos de graduação presencial e triplicou (196,6%) nos cursos a distância [...] o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem se consolidado como o maior programa público na oferta de cursos de licenciatura e de educação continuada na modalidade a distância [...] fomenta cursos de aperfeiçoamento, bacharelado, especialização, extensão, formação pedagógica, licenciatura, sequencial e tecnólogo nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), sendo responsável por quase a totalidade da oferta pública de programas e cursos superiores na modalidade a distância (MD) (LENUZZA, 2020, p.16).

Dados do *Censo da Educação Superior de 2018* em relação a expansão do ensino superior, tanto no que se refere a quantidade de vagas como a quantidade de regiões que o sistema UAB atingiu, demonstram um incremento acelerado das ofertas de matrículas em Ensino a Distância (EaD) no Brasil. De acordo com o estudo, há no país um total de “37.962 cursos de graduação e 45 cursos sequenciais são oferecidos em 2.537 IES no Brasil”. Desse total de cursos superiores, aproximadamente 10% são oferecidos na modalidade a distância. O

censo apresenta que entre os anos de 2008 e 2018, as matrículas de cursos de graduação nessa modalidade aumentaram 182,5%, enquanto na modalidade presencial, o crescimento foi apenas de 25,9% no mesmo período. Assim, pode-se afirmar que há aproximadamente dois milhões de estudantes matriculados na modalidade EaD, o que representa 24,3% do total de matrículas em graduação do país (BRASIL, 2019).

No ano de 2018 pela primeira vez, a oferta de vagas em cursos à distância superou o número de oferta dos cursos presenciais. O Gráfico 2, apresenta os dados das ofertas de vagas nas duas modalidades, presencial e a distância, desde o ano de 2014, comparando a oferta de vagas nas modalidades presencial e a distância entre os anos de 2014 e 2018.

**Gráfico 02** – Ofertas de vagas no ensino presencial e a distância (2014 – 2018)



**Fonte:** Censo - INEP (BRASIL, 2019).

O período analisado indica um crescimento significativo da oferta das vagas na modalidade à distância, possivelmente impulsionado pelo sistema UAB. Enquanto em 2014, a modalidade à distância representava 37,6% das vagas ofertadas, quatro anos depois a mesma modalidade superava a modalidade presencial e já concentrava 53% das vagas disponíveis.

O número de vagas de graduação e pós-graduação na modalidade de ensino à distância aumentou significativamente, dados mais recentes - 2021 - continuam demonstrando o crescimento das vagas. O número de vagas em cursos de graduação em ensino à distância cresceu de 2020 a 2021, enquanto a oferta na modalidade presencial, no mesmo período, teve uma queda, segundo dados do *Censo da Educação Superior 2021*. O censo mostra que as vagas em cursos de graduação EAD tiveram aumento de 23,8%. Em comparação, as vagas oferecidas presencialmente caíram 2,8%. Em relação às matrículas, havia 8.986.554 alunos no ensino

superior em 2021. Desse total, os estudantes de graduação EaD representavam 41,4%, ou seja, cerca de 3,7 milhões dos estudantes (BRASIL, 2022).

Não restam dúvidas que a oferta de vagas na graduação a distância, incluindo o sistema UAB, cumpre um papel inegavelmente relevante no cenário da educação brasileira, contribuindo para fortalecer, ampliar, diversificar e democratizar o acesso ao sistema de ensino superior, oferecendo cursos de formação a distância para a educação do país. Entretanto, um alto índice de continuidade e conclusão dos cursos pelos estudantes é um parâmetro essencial para garantir um bom desempenho dos cursos.

## 2.2. O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI) – 2007

O Segundo ciclo de expansão da educação superior, como mencionado anteriormente, se refere ao período de 2007 a 2012, período em que se insere o Reuni, no qual o foco foi expansão e reestruturação. Para tanto, serão apresentados as principais propostas e os principais programas, considerados importantes no processo de expansão.

Em 2007, o Ministério da Educação criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)<sup>8</sup>, se constituindo como um plano que integrou um conjunto de programas que envolveram as etapas, os níveis e as modalidades da educação escolar brasileira, com a perspectiva de alcançar uma organicidade no sistema nacional de educação. Visava, como um dos seus principais objetivos, “reverter o quadro educacional brasileiro atendendo às demandas da educação superior” (SILVA et al., 2011, p. 4). Constituído por mais de 40 programas, o PDE se apresentava em quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização, seguindo os seguintes princípios:

(a) garantia de qualidade – a expansão não é só de maneira quantitativa, mas deve ser feita com qualidade; (b) promoção de inclusão social pela educação - vários jovens têm seus talentos desperdiçados quando são sistematicamente excluídos por meio de um filtro de natureza socio-econômica; (c) distribuição territorial - ensino de qualidade acessível a todas as regiões do País; e, (d) desenvolvimento econômico e social – transformar a educação superior em peça fundamental na produção científica e tecnológica, elemento primordial da integração e da formação de uma nação.

Assim, essas premissas levaram à criação de novos programas, além de programas já existentes. O PDE os uniu para atender a demanda da expansão da Educação Superior no Brasil ([www.mec.gov.br/pde](http://www.mec.gov.br/pde)). Foram estabelecidas políticas públicas para atender o acesso e a permanência das camadas menos favorecidas, através dos

---

<sup>8</sup>A criação do PDE se deu na vigência do Plano Nacional de Educação (2001-2011).

programas de inclusão social nas Universidades Privadas e Públicas Brasileiras (SILVA et al., 2011, p. 4).

O Reuni é um dos programas de inclusão social mencionados, e foi criado para atender o acesso e a permanência nas universidades públicas. A seguir, serão abordadas detalhadamente as considerações a cerca desse programa.

O período anterior a implantação do Reuni foi marcado por uma alta concorrência em grande parte dos cursos das universidades públicas, uma grande procura e uma oferta reduzida, mais do que isso, apesar de algumas possibilidades de acesso a diversos cursos, a ausência de políticas efetivas de permanência dos estudantes nas universidades públicas inibia a entrada deles, mesmo nos cursos não tão concorridos.

De acordo com o documento que trata das diretrizes gerais do programa Reuni:

Os desafios do novo século exigem uma urgente, profunda e ampla reestruturação da educação superior que signifique, no contexto democrático atual, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, visando a elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade. O país encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais (BRASIL, 2007a, p.9).

Seguindo a premissa de se pensar nos desafios enfrentados pelo acesso à educação superior pública brasileira, “nos últimos anos, o governo federal realizou um importante movimento de recuperação do orçamento das universidades federais e deu início a um vigoroso processo de expansão”, para isso, implantou “49 novas unidades acadêmicas distribuídas por todo o território nacional, e a criação de dez novas universidades” (BRASIL, 2007a, p. 9).

Em termos orçamentários:

Considerando-se os recursos do Tesouro na dotação inicial de 2007, houve um aumento global de 31,5% em termos reais quando comparados à execução orçamentária de 2002. Nesse período, o investimento nas universidades aumentou 905%, o custeio teve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal (descontada a inflação e excluídas as despesas com pagamento de inativos e precatórios). Com a contratação de mais de 9.000 professores de terceiro grau, 14.000 técnicos administrativos e a abertura de 30.000 novas vagas em cursos de graduação, o Ministério da Educação reafirma seu compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade (BRASIL, 2007a, p.9).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tinha como um dos seus objetivos, dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Com esse programa, o governo aderiu a diversas medidas para fomentar o crescimento e fortalecer o ensino superior público, em sintonia com as ações e diretrizes presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado na mesma data, pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2007).

Art.1º - Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

O objetivo do Reuni consistia em:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007a).

De acordo com o Decreto, a meta global do Reuni se baseou na elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais, por professor. O prazo para o cumprimento dessas metas foi de cinco anos a contar do início de cada plano. Cabe destacar, que o Reuni não sugere a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, defendendo o pressuposto de respeitar a autonomia universitária e a diversidade das instituições. “Os projetos apresentados pelas universidades poderão iniciar-se no conjunto de suas unidades acadêmicas, em algumas delas e/ou em novas unidades a serem criadas, desde que, ao final do período de cinco anos, a meta estabelecida seja alcançada” (BRASIL, 2007a).

O Art. 2º do Decreto 6.096 estabelece as diretrizes do programa:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação;
- IV - diversificação das modalidades de graduação;



V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

As seis diretrizes estabelecidas pelo Reuni, compreendem um conjunto de ações específicas que as IFES precisaram contemplar durante a elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), atualizados a cada cinco anos. As dimensões propostas pelo Reuni permitem perceber sua abrangência e complexidade.

O Quadro 1 sintetiza as diretrizes estabelecidas pelo Reuni:

**Quadro 1 - Dimensões e aspectos específicos do Reuni**

<b>Dimensões</b>	<b>Aspectos específicos (Diretrizes do Artigo 2º do Decreto nº 6.096/2007)</b>
I Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
	2. Redução das taxas de evasão; e
	3. Ocupação de vagas ociosas.
II Reestruturação Acadêmico Curricular	4. Revisão da estrutura acadêmica, buscando a constante elevação da qualidade;
	5. Reorganização dos cursos de graduação;
	6. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada.
	7. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
III Renovação Pedagógica da Educação Superior	8. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
	9. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
	10. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
IV Mobilidade Intra e Inter-Institucional	11. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.
	12. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.
V Compromisso Social da Instituição	13. Políticas de inclusão;
	14. Programas de assistência estudantil; e
VI Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	15. Políticas de extensão universitária.
	16. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Fonte: SILVA; MARTINS (2014, p.7).

Através da síntese das diretrizes do Reuni apresentadas no Quadro 1, é possível perceber as iniciativas para a ampliação das vagas e elevação da qualidade da educação

nacional. Ao lado da ampliação do acesso, está o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento qualificado de recursos humanos já existentes nas universidades federais; O redesenho curricular dos cursos valorizando a flexibilização e interdisciplinaridade; A diversificação das modalidades de graduação articuladas com a pós-graduação. A qualidade desejada para o ensino superior público, tende a se concretizar com a adesão das instituições as diretrizes do programa.

No que diz respeito a mobilidade estudantil:

Emerge como um importante objetivo a ser alcançado pelas instituições participantes do REUNI não só pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas fundamentalmente por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente (BRASIL, 2007a).

As políticas de inclusão e assistência, propostas pelo Reuni, objetivam a “igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis [...] medida diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência” (BRASIL, 2007a, p.6). Essas medidas têm o intuito de dar oportunidades iguais a todos os estudantes, buscando favorecer a fixação e a permanência dos alunos e estabelecer uma relação entre a universidade e a comunidade.

Nesse sentido, “os planos de reestruturação apresentados pelas universidades federais, e aprovados pelo Ministério da Educação, terão sua exequibilidade financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008”, se firmando “mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre o MEC e as universidades participantes” (BRASIL, 2007a, p. 6).

Os projetos apresentados ao REUNI serão avaliados em função da consistência entre as suas proposições e as exigências do decreto que instituiu o Programa, bem como quanto à exequibilidade dessas proposições. Este documento, expondo os principais pontos do REUNI, busca esclarecer e orientar as universidades federais que desejem participar do programa, uma vez que a sua implementação está fundamentada no princípio da adesão (BRASIL, 2007a, p. 6).

Em 2007, ano de criação do Reuni, 53 universidades federais em funcionamento no país aderiram ao Programa<sup>9</sup>. As universidades submeteram seus respectivos planos de reestruturação e estimativa orçamentaria para avaliação e aprovação do MEC. Existiam, neste ano, 54 instituições federais, sendo que uma delas, a Universidade Federal do ABC

---

<sup>9</sup> Primeira chamada: 29/10/2007 para implantação do programa no 1º semestre de 2008, da qual participaram 21 universidades; Segunda chamada: 17/12/2007 para implantação do programa no 2º semestre de 2008, da qual participaram 11 universidades.

(UFABC), não participou do programa pois, havia sido criada em 2005, já adotando as inovações preconizadas pelo Reuni (BRASIL, 2009).

A adesão da totalidade das universidades existentes no ano de criação do REUNI atesta o forte interesse despertado pelo Programa que preconiza, em seu conceito fundador, a idéia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública (BRASIL, 2009, p. 5).

As universidades federais que aderiram ao Reuni receberam recursos financeiros do MEC para o cumprimento de seus respectivos planos de reestruturação. O primeiro ano de implantação do Reuni contou com investimento de 480 milhões de reais. Os recursos visavam à construção e melhorias da infraestrutura, compra de bens e serviços e despesas de custeio e pessoal relacionados ao plano de reestruturação. “É importante salientar que R\$ 250 milhões dos valores destinados a investimentos foram repassados ainda em 2007 às universidades que aderiram à primeira chamada, de forma a promover a execução orçamentária relativa às obras” (BRASIL, 2009, p. 12-13).

Os recursos de investimento e custeio previstos para o Reuni, considerando a hipótese da participação de todas as universidades, está apresentado na Tabela 6, sendo que o total de investimentos projetados para o período de 2008 a 2011 foi de 2 bilhões de reais.

**Tabela 6 - Previsão de investimento para o Reuni (2008 a 2012)**  
(valores em milhares de reais)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	
Custeio/Pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
<b>Total</b>	<b>480.000</b>	<b>1.131.918</b>	<b>1.568.938</b>	<b>2.048.939</b>	<b>1.970.205</b>

Fonte: BRASIL (2007a, p.13).

De acordo com a previsão de recursos apresentadas na Tabela 6, pode-se identificar que o programa Reuni injetou um considerável investimento no orçamento das universidades públicas que aderiram ao programa. “Este montante de recursos financeiros ao mesmo tempo que proporcionou oportunidades e benefícios as universidades públicas trouxe consigo uma forte carga de trabalho aos gestores das instituições (PERARDT; JACQUES, 2012, p. 6). Em relação aos valores orçamentários pactuados com as universidades federais, o MEC disponibilizou 99% do total previsto para o exercício de 2008, ultrapassando o montante pactuado.

Em relação a expansão da oferta de vagas dos cursos de graduação proposta pelo Reuni, o Relatório do Primeiro Ano do Reuni - 2008, elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES), da Secretaria de Ensino Superior (SESu) e do MEC, considerando 2007 como ano referencial, quando o número de vagas em cursos presenciais totalizava 132.451, os projetos institucionais pactuaram um aumento para 146.762, representando um aumento de 11% (BRASIL, 2009). Em 2008 a meta foi superada, e as universidades ofertaram um total de 147.277 vagas, ou seja, um aumento considerável de 14.826 novas vagas, como pode ser observado na Tabela 7:

**Tabela 7 - Número de vagas nos cursos de graduação em 2008**

IFES	Projetadas			Executadas			Diferenças		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
<b>Total</b>	108.553	38.209	<b>146.762</b>	109.690	37.587	<b>147.277</b>	1.137	-622	<b>515</b>

Fonte: BRASIL (2009, p. 6).

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 7, o Relatório do Primeiro Ano do Reuni traz a reflexão de que:

(...) o sucesso do programa não pode ser medido apenas na abertura de novos cursos e vagas. É fundamental o acompanhamento do preenchimento dessas vagas. Além da criação das novas vagas, as universidades federais propuseram em seus planos de reestruturação várias ações para o preenchimento de vagas ociosas, oriundas da evasão (BRASIL, 2009, p. 6).

No que diz respeito a expansão das matrículas, “o primeiro ano do programa também demonstrou crescimento das matrículas projetadas<sup>10</sup> em cursos de graduação”. Segundo o Relatório do Primeiro Ano do Reuni, “a previsão inicial era de um aumento de 10% em relação a 2007 (que totalizava 645.638 matrículas projetadas). Essa meta foi superada, e ao final de 2008, as matrículas projetadas chegavam a um total de 715.185” (BRASIL, 2009, p.6).

Outro ponto de análise baseado no que esta pesquisa se propôs avaliar sobre o Reuni, é o acompanhamento da execução do número de cursos presenciais de graduação no conjunto das universidades federais nos períodos diurno e noturnos, no primeiro ano do programa.

<sup>10</sup> A Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT) é a projeção total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração mínima padrão e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento” (BRASIL, 2009, p. 6 e 7).

A Tabela 8 apresenta o acompanhamento da execução do número de cursos presenciais de graduação nas universidades federais no primeiro ano do Reuni nos períodos diurnos e noturnos.

**Tabela 8** - Número de cursos de graduação em 2008

Projetadas			Executadas			Diferenças		
Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
1.827	725	<b>2.552</b>	1.814	692	<b>2.506</b>	-13	-33	-46

Fonte: BRASIL (2009, p. 6).

No ano de “2007 o número de cursos de graduação presencial totalizava 2.326. Os projetos institucionais pactuaram um aumento para 2.552, resultando num incremento de 9,7%” (BRASIL, 2009, p. 6). Com a criação de 2.506 novos cursos de graduação projetados, percentual de aumento chega a 98%.

Outra proposta do Reuni tratava da ampliação e readequação da infraestrutura física das universidades federais. A Tabela 9 demonstra registros da situação das obras em 2008.

**Tabela 9** - Situação das obras em 2008

Obras do REUNI – Exercício 2008				
Em Elaboração de Projetos	Em Licitação	Em Execução	Concluída	Total
77	127	103	20	327

Fonte: BRASIL (2009, p. 9).

De acordo com o Tabela 9, ao final do ano de 2008 havia registros de 327 obras em andamento relativas à ampliação e readequação da infraestrutura física das universidades federais no país. No primeiro ano de implantação do programa, as universidades não pouparam esforços para a elaboração e execução de projetos e obras, isso se deve ao fato do recurso financeiro que as UFs receberam do Reuni para executar essa ampliação física. A concentração das obras na situação “em elaboração de projetos” e em “licitação” compreendem um total de 204 de 327 obras, ou seja, 62,4%.

Assim, torna-se importante ressaltar que:

(...) esse volume de 327 obras somam-se as 1.984 obras já empreendidas no Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais (2003-2008), empreendimentos que, em grande medida, encontram-se já em funcionamento. Espera-se, também, que com a maturação dos projetos em fase inicial do Programa Reuni em 2008, a quantidade de obras em execução e implementadas nas instituições federais de educação superior seja ampliada nos próximos exercícios (BRASIL, 2008, p.9).

O Relatório de Primeiro Ano do Reuni, traz dados sobre a assistência ao ensino, uma das dimensões do programa. Com o intuito de elevar a qualidade do ensino superior público, o Reuni instituiu bolsas de assistência ao ensino, nas modalidades de mestrado e doutorado, proporcionando aos estudantes condições para dar seguimento ao curso, evitando a evasão.

O pagamento das bolsas iniciou em 2008, os valores pactuados inicialmente eram R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) para bolsas de mestrado e R\$ 1.394,00 (um mil, trezentos e noventa e quatro reais) para bolsas de doutorado. Estes valores foram reajustados no mês de junho para R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) respectivamente. O pacto de concessão de bolsas previsto para o ano era de 1.060, entre bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas ao final do ano, foram disponibilizadas 941 bolsas, ou seja, 119 bolsas a menos que o previsto (11%). O sistema de monitoramento do programa, realizado pelo ministério da educação, permite que as universidades ajustem mensalmente as alterações necessárias (BRASIL, 2009, p. 11).

Por fim, como último objeto de análise, apresenta-se os dados referentes a expansão e interiorização das instituições federais de educação superior. A Tabela 10 demonstra o total de municípios atendidos com a criação de novos *campi* e unidades de ensino.

**Tabela 10 - Campi e Municípios atendidos**

<b>TOTALIZAÇÃO DE CAMPI</b>	
Número de <i>Campi</i> Sede	59
Número de <i>Campi</i> Não-Sede	171
<b>Total de <i>campi</i></b>	<b>230</b>
Número de Unidades na Sede	35
Número de Unidades Fora de Sede	17
<b>Total de unidades</b>	<b>52</b>
<b>Total (<i>campi</i> + unidades)</b>	<b>282</b>

<b>TOTALIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS</b>	
Municípios atendidos por um campus	218
Municípios atendidos por mais de um campus	6
Municípios atendidos somente por unidade (exceções)	11
<b>Número de Municípios</b>	<b>235</b>

<b>EXISTÊNCIA</b>	
Novo	104
Pré-existente	151
Previsto	27
<b>Total</b>	<b>282</b>

Fonte: BRASIL (2009, p. 10).

Desde 2003, quando as políticas de expansão tiveram início, foram criados 104 novos *campi*, que somados aos 151 já existentes, possibilitaram a representação da universidade federal em 235 municípios brasileiros. Portanto, foi através das políticas propostas pelo Reuni, que uma a interiorização do acesso ao ensino superior público se materializou com a abertura de cursos e vagas em locais fora das capitais e das regiões metropolitanas.

O processo de acompanhamento e avaliação da execução das metas propostas pelas universidades integrantes do Reuni, é realizado por meio da Plataforma Integrada para Gestão das IFES (PINGEIFES), que tem por objetivo coletar as informações sobre a vida acadêmica das instituições federais de ensino superior. Seus dados são utilizados na distribuição de recursos das IFES, a partir de critérios estabelecidos com os órgãos de representação das universidades. É utilizada na gestão das IFES por parte de seus dirigentes e por parte da SESu/MEC. Mais especificamente, a Plataforma permite a consulta, análise e coleta de dados por todos envolvidos no Sistema de Educação Superior Federal. De um modo geral, concentra os dados para acompanhamento da evolução das IFES, permitindo o estudo aprofundado de especificidades encontradas no Sistema, melhorando o nível de informação que a SESu, as IFES e a sociedade têm atualmente sobre o Sistema de Educação Superior Brasileiro (BRASIL, 2007a).

Seus dados são utilizados na distribuição dos recursos orçamentários das IFES, a partir de critérios acordados com os órgãos de representação das universidades. Com o horizonte fixado pelas metas relativas à abertura de novas vagas, às taxas de conclusão dos cursos e ao aumento gradativo da relação entre o número de alunos e professor estabelecidas nos projetos de cada universidade aderente, o PingIFES oferecerá o instrumental necessário para o desenvolvimento do processo de acompanhamento, em especial por ter, entre suas características, a oferta de uma maior agilidade na coleta das informações, com a eliminação de duplicidade de registros (BRASIL, 2007a, p.19).

O processo de verificação das informações está atrelado a extensa gama de dados coletados por diversos órgãos (INEP, CAPES), inserindo-se também no sistema de avaliação do SINAES. Essa integração, permite obter resultados de diferentes dimensões de avaliação, podendo medir a avaliação de cursos de graduação, do exame nacional de desempenho dos estudantes e a avaliação institucional, tornando possível ter uma maior aproximação com as mudanças ocorridas a partir do Reuni. Assim, recomenda-se que para ter um atendimento gradual das metas globais, é recomendável “compatibilizar as etapas de cada projeto ao cronograma dos ciclos avaliativos do SINAES, efetuando-se uma primeira etapa de acompanhamento de resultados junto ao final do atual ciclo avaliativo” (BRASIL, 2007a, p. 19).

É importante, ainda, indicar que, em face da importância atribuída à avaliação por pares, haverá, em cada uma das universidades que participar do programa, uma dimensão específica de acompanhamento, composta pelo envio de analistas “in loco”, cuja análise deverá estar especialmente focada nos aspectos previstos no REUNI e consolidados na proposta da universidade. Para tanto, serão considerados ao longo da implementação do programa, os desenvolvimentos efetivos das ações de modernização da estrutura curriculares, aliadas ao desempenho docente e discente, a evolução das avaliações da CAPES, a evolução da produção científica do quadro docente e a participação do quadro docente da pós-graduação em atividades da graduação (BRASIL, 2007a, p. 20).

Por fim, no que se refere a avaliação das medidas de inclusão social, destaca-se, que sua forma de avaliação se dá através da evolução do perfil social e econômico dos estudantes ingressantes nas instituições e participantes das políticas implementadas no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, relacionadas ao sucesso ou fracasso nos índices de evasão (BRASIL, 2007a).

A participação no Reuni foi voluntária, e se apresentou como uma oportunidade para as universidades federais aprimorarem a qualidade e a quantidade da sua oferta de vagas. O programa oportunizou a inovação no cenário da educação superior, permitindo novos mecanismos de seleção de estudantes, novas articulações curriculares e novos percursos formativos. As universidades tiveram preservada sua autonomia institucional para propor cursos novos, para flexibilizar seus currículos, adaptando-os a cada realidade local (BRASIL, 2007a).

Com o desafio de garantir eficiência na alocação de recursos humanos, orçamentários, infra estruturais, de reestruturação física e acadêmica das instituições, o Reuni se demonstrou fundamental para a ampliação do acesso, assegurando a qualidade da educação pública, se tornando possível através envolvimento e compromisso social das universidades para atender as metas do Plano Nacional da Educação, aumentando as vagas no ensino superior público e elevando o número de matrículas e cursos (BRASIL, 2007a).



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa são detalhados neste capítulo. A metodologia é a ciência que estuda os métodos utilizados no processo de conhecimento e consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no âmbito das implicações de suas utilizações. Uma pesquisa, tem como objetivo fundamental descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 2008).

Para Severino (2000, p. 18):

(...) a metodologia é [...] um instrumental extremamente útil e seguro para a gestão de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta. [...] São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.

Dessa forma, para melhor compreensão do estudo, a metodologia foi dividida nas seguintes seções: caracterização da pesquisa, universo e sujeitos da pesquisa, técnicas e instrumentos da coleta de dados, técnicas e instrumentos de análise de dados e as limitações da pesquisa.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Gil (2010, p. 25), “a tendência à classificação é uma característica da racionalidade humana. Ela possibilita melhor organização dos fatos e conseqüentemente o seu entendimento”. Portanto, uma correta classificação da pesquisa proporciona a obtenção de resultados mais satisfatórios, com a utilização maximizada de recursos e de tempo, uma vez que é conferida uma maior racionalidade às etapas da pesquisa. Faz-se necessária, desta forma, a correta caracterização da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos que orientam a presente pesquisa são sumarizados no Quadro 2:

**Quadro 2 - Síntese dos Procedimentos Metodológicos**

<b>Procedimentos Metodológicos</b>		
<b>Caracterização da Pesquisa</b>	<b>Método de Raciocínio</b>	Dedutivo
	<b>Natureza</b>	Pesquisa Aplicada
	<b>Forma de Abordagem</b>	Qualitativa
	<b>Objetivo da Pesquisa</b>	Descritiva
	<b>Procedimentos de Investigação</b>	Bibliográfica, documental e estudo de caso.
<b>Técnica e Instrumentos de Coleta de Dados</b>	Documentos, entrevistas semiestruturadas e fontes bibliográficas	
<b>Técnica e Instrumentos de Análise de Dados</b>	Análise de conteúdo.	
<b>Limitações da Pesquisa</b>	Ambiente físico da UFSC em seus cinco <i>campi</i> ; Recorte temporal de 2007 a 2022.	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

A pesquisa adotou o método de raciocínio dedutivo, que “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal”, (GIL, 2008, p. 9), ou seja, em virtude de sua lógica.

Quanto à natureza deste estudo, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, já que se pretende gerar conhecimentos para aplicação prática na instituição, dirigidos à solução de problemas específicos, submergindo verdades e interesses locais. A pesquisa aplicada, segundo Gil (2008, p.27) “depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento”, tendo como característica fundamental o interesse na aplicação do conhecimento, na sua utilização e consequências práticas dos conhecimentos. A pesquisa aplicada elabora diagnósticos, identifica problemas e busca soluções (GIL, 2008). Segundo Vergara (2013), a pesquisa aplicada leva em consideração a necessidade de resolver problemas concretos com finalidade prática. Portanto, a presente pesquisa se identifica como aplicada, pois tem a finalidade prática de propor alternativas e ações para ampliar o acesso ao ensino superior da UFSC e reduzir a ociosidade de vagas na instituição.

No que diz respeito a abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Minayo (2009), defende que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, trabalha como o universo de significados, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O estudo qualitativo possui a necessidade de

interpretação dos dados encontrados. Segundo Creswell (2010), envolve questões e procedimentos que elevam dados específicos e coletados no ambiente do participante. A análise desses dados é construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pela pesquisadora acerca do que significam os dados. Nesta pesquisa, a escolha pela abordagem qualitativa se justifica pelo objetivo geral, que tem como finalidade avaliar o resultado do processo de expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades (Reuni), e propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas.

Uma pesquisa tem como objetivo ou intenção, esclarecer aquilo que o pesquisador pretende desenvolver, desde os caminhos teóricos até os resultados a serem alcançados. Dessa forma, o percurso investigativo torna-se mais fácil. Nesse sentido, quanto aos objetivos da pesquisa, ela é classificada como descritiva, pois visa identificar, verificar, avaliar, expor e descrever características, percepções, expectativas e propor sugestões, alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas na UFSC. As pesquisas descritivas são habitualmente realizadas pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Elas pretendem “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”, estabelecendo relações entre variáveis, o que envolve técnicas de coleta de dados padronizados, como questionários e técnicas de observação, exigindo do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, como por exemplo a população, a amostra, os objetivos do estudo, as hipóteses/pressupostos e as questões de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). Na maioria dos casos pode assumir a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Quanto aos procedimentos de investigação esta pesquisa pode ser considerada bibliográfica, documental e estudo de caso, possibilitando a investigação de elementos que viabilizam a compreensão do fenômeno pesquisado.

A revisão bibliográfica e a pesquisa documental estiveram presentes em todas as etapas do trabalho. No intuito de compreender a pergunta de pesquisa: como a partir da experiência do *Projeto Reuni/UFSC* pode-se obter subsídios para a proposição de alternativas e ações voltadas a redução da ociosidade de vagas? Foi realizada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica e documental para o estudo e aprofundamento das informações pertinentes ao fenômeno investigado. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado e publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, utilizando fundamentalmente contribuições de diversos autores sobre determinado assunto (GIL, 2008), no caso da presente pesquisa, a consulta bibliográfica foi necessária para fazer um regate do processo histórico de acesso ao ensino superior no Brasil, como também para

obter maiores informações e conhecimento sobre o processo de adesão e implantação Reuni nas universidades brasileiras, com destaque para a UFSC.

A pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica, a diferença está na natureza das fontes, ou seja, a pesquisa bibliográfica utiliza fundamentalmente as contribuições de diversos autores sobre determinado assunto (GIL, 2008), já a pesquisa documental, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p.55). No caso da presente pesquisa, os documentos que receberam tratamento para atingir os objetivos do estudo, foram as atas dos órgãos representativos da UFSC, documentos produzidos diretamente sobre o Reuni, documentos produzidos pela gestão da UFSC no período de implantação e acompanhamento do Reuni na UFSC e os relatórios anuais da Coperve.

Godoy (1995, p. 21-22), complementa a ideia de se incluir o estudo de documentos enquanto possibilidade de pesquisa qualitativa:

A abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. [...] os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial.

Como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. [...]

A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios).

Finalmente, trata-se de um estudo de caso, “que se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (GODOY, 1995, p. 25).

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. Adotando um enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas. Mesmo que inicie o trabalho a partir de algum esquema teórico, deverá se manter alerta aos novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do trabalho (GODOY, 1995, p. 25).

Yin (2001, p. 32) define o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente

quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos. O objetivo é buscar um detalhamento aprofundado do assunto, portanto, para realizar esse tipo de estudo, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de diferentes fontes de informação, tendo como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Pode ser definido como um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas diversas relações internas e em suas fixações culturais, quer essa unidade seja uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação. No caso da presente pesquisa, o estudo de caso avaliou o resultado do processo de expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir da implantação do Reuni.

O universo e os sujeitos da pesquisa serão apresentados a seguir.

### 3.2 UNIVERSO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Quando se necessita levantar informações sobre um ou mais aspectos de um grupo numeroso, na maioria das vezes é impossível fazer um levantamento de todo o universo, devido ao tempo, recursos financeiros, humanos etc. Então, deve-se decidir se a pesquisa se fará sobre todo o universo ou sobre uma amostra representativa ou significativa. O universo a ser pesquisado depende do assunto a ser investigado e dos objetivos.

O universo ou população é o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características que serão objeto do estudo, enquanto a amostra, seria um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam características com algum critério de representatividade desse universo ou população (GIL, 2008). A população dessa pesquisa é a Universidade Federal de Santa Catarina. Com a finalidade de atingir os objetivos do estudo, os sujeitos são servidores gestores dos setores da instituição, que participaram de uma, duas ou de todas as etapas referentes ao processo da expansão universitária, responsáveis ou envolvidos nas atividades relacionadas ao tema.

O sujeito de pesquisa, é o ente objeto da investigação, a unidade funcional daquilo que será pesquisado. Normalmente o termo é utilizado para se reportar às pessoas pesquisadas, mas ele é mais amplo: o sujeito (ou unidade observacional/experimental) pode ser uma pessoa, um animal, um metro quadrado de cana-de-açúcar, uma empresa, um tipo de peça utilizado na fabricação de automóveis etc. “Os termos mais corretos seriam *unidade observacional* (quando se trata de uma pesquisa descritiva) e *unidade experimental* (quando a

pesquisa for do tipo experimental, porém o termo sujeito já se encontra consagrado pelo uso” (APPOLINÁRIO, 2012, p. 64). Evidentemente, nem todas as pesquisas possuem sujeitos desse tipo: trabalhos descritivos documentais, não possuem sujeitos – sendo chamados de trabalhos de revisão bibliográfica, pois se “restringem a apresentar um apanhado geral das ideias acerca de determinado tema, em um dado momento” (APPOLINÁRIO, 2012, p. 80-81).

Para Minayo (2009, p. 63):

Os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador, suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e metodológico, suas interações, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os colegas de trabalho.

Para este estudo, foram selecionados como potenciais sujeitos da pesquisa servidores gestores da instituição, lotados nos quatro *campi* da UFSC nos setores da instituição, que participaram do processo da expansão universitária através do Reuni, responsáveis ou envolvidos nas atividades relacionadas ao tema.

Os sujeitos da pesquisa foram divididos em quatro grupos:

- **Grupo 1** - Coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela Comissão Acadêmica da UFSC no contexto de organização, implantação, acompanhamento e avaliação das ações do Reuni na instituição e Pró-reitora de Ensino e Graduação (antiga PREG);
- **Grupo 2** - Dois ex-reitores envolvidos no processo de adesão e implantação do Reuni na UFSC;
- **Grupo 3** - Gestores dos quatro *campi* da UFSC (Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau) criados a partir do Reuni; e
- **Grupo 4** - Gestores vinculados aos seguintes setores administrativos da UFSC: Pró-reitoria de Graduação e Educação Básica (PROGRAD), Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP); Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e a Pró-reitoria de Administração (PROAD) da UFSC.

Em relação ao Grupo 1, o objetivo da entrevista é compreender os principais debates e encaminhamentos relacionados à adesão, ao acompanhamento e a avaliação do Reuni na UFSC na época em que foi proposto.

O Grupo 2, é formado por dois ex-reitores<sup>11</sup> diretamente envolvidos com o processo de adesão e implantação do Reuni na UFSC. A escolha desse grupo, justifica-se para a percepção dos papéis decisórios e posicionamentos desses gestores nos encaminhamentos de todo processo do Reuni na instituição.

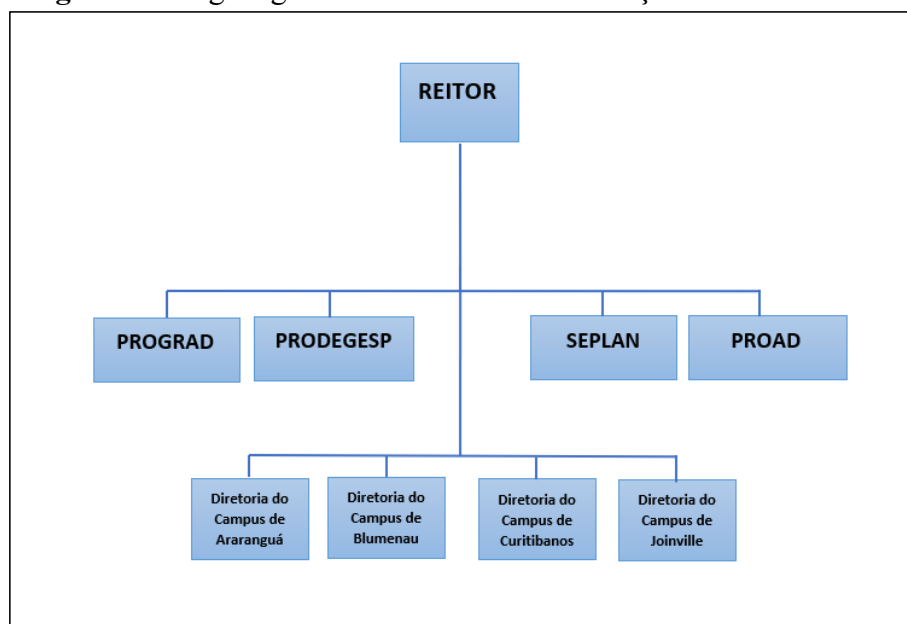
Já o Grupo 3, formado pelos gestores dos quatro *campi* da UFSC resultantes do Reuni, o interesse está relacionando a percepção das estratégias adotadas no processo de interiorização da UFSC, assim como, na implantação dos novos cursos de graduação em cada campus.

O quarto e último grupo de entrevistados é formado pelos gestores de setores administrativos ligados a execução das demandas resultantes da adesão da UFSC ao programa Reuni. A Pró-reitoria de Graduação e Educação Básica (PROGRAD) é o setor responsável pelos assuntos relacionados a abertura de novos cursos de graduação e teve um papel fundamental na articulação das demandas do Reuni (UFSC, 2023). Já a Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) tem como responsabilidade os processos relacionados a contratação do quadro dos servidores docentes e técnicos da instituição (UFSC, 2023a). A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) promove e coordena os processos de planejamento e avaliação, orçamento e financeiro, assim como, tem como responsabilidade a captação e aplicação dos recursos para sistematizar melhorias contínuas na instituição (UFSC, 2023b). Por fim, a Pró-reitoria de Administração (PROAD) coordena e acompanha a execução de ações relativas à política de administração da universidade. Além disso, propõe e acompanha a execução da política de gestão da Universidade em atividades de execução de rotinas administrativas atreladas aos processos da gestão patrimonial, serviços de compras e licitações, pactuação de contratos administrativos, concessões e convênios, abertura de processos, recebimento e expedição de correspondências, prestação de serviços gráficos etc., objetivando viabilizar a adequada consecução das atividades finalísticas da instituição.

Como forma de representar os sujeitos da referida pesquisa, a Figura 1 apresenta o organograma parcial da administração central da UFSC, destacando-se os setores diretamente relacionados ao objeto desta pesquisa:

---

<sup>11</sup> Os períodos correspondentes às gestões 2012 a 2022, mesmo fazendo parte do período de análise de dados da pesquisa, não foram contemplados, pois a pesquisa concentra as suas atenções em levantar informações referentes ao período de adesão e implantação do programa Reuni (2008-2012).

**Figura 1** – Organograma Parcial da Administração Central da UFSC

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Os procedimentos técnicos e os instrumentos para a coleta de dados utilizados serão apresentados a seguir.

### 3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Existem diversas formas de coletar dados de pesquisa, e isso ocorre porque há inúmeras possibilidades quanto aos próprios instrumentos de pesquisa. De maneira geral, podemos definir o termo "instrumento de pesquisa" como um procedimento, método ou dispositivo (aparelho) que tenha por finalidade extrair informações de uma determinada realidade, fenômeno ou sujeito de pesquisa. A coleta de dados consiste no “conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.52). Visando responder ao problema desta pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: fontes bibliográficas, análise documental e entrevistas semiestruturadas (ver APÊNDICES).

O Quadro 3 mostra o desdobramento dos objetivos específicos e os instrumentos de coleta de dados que serão utilizados para atingir esses objetivos da pesquisa.



**Quadro 3 - Técnicas e instrumentos de coleta de dados**

Objetivos específicos	Técnicas e instrumentos de coleta de dados
a) Identificar as condições de acesso ao ensino superior no Brasil no contexto de idealização e implantação do Reuni.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa Bibliográfica (material já publicado e disponível para consulta sobre o Reuni no Brasil);</li> <li>• Pesquisa Documental (relatórios e documentos publicados sobre a implantação e avaliação do Reuni).</li> </ul>
b) Verificar os impactos do processo de expansão e interiorização do ensino superior.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa Documental (relatórios e documentos publicados sobre a implantação e avaliação do Reuni);</li> <li>• Pesquisa Documental (relatórios e documentos produzidos pela UFSC);</li> <li>• Entrevistas semiestruturadas com gestores participantes do processo de adesão, implantação e avaliação do Reuni na UFSC.</li> </ul>
c) Avaliar os resultados da expansão do acesso ao ensino superior na UFSC a partir dos dados de 2022, sobre a ocupação de vagas nos cursos criados pelo <i>Projeto Reuni/UFSC</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa Documental (relatórios e documentos publicados sobre a implantação e avaliação do Reuni);</li> <li>• Pesquisa Documental (relatórios e documentos produzidos pela UFSC);</li> <li>• Entrevistas semiestruturadas com gestores participantes do processo de adesão, implantação e avaliação do Reuni na UFSC.</li> </ul>
d) Propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas a partir do legado do Reuni na UFSC.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa Documental (relatórios e documentos produzidos pela UFSC).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para atender aos três primeiros objetivos específicos da pesquisa de identificar as condições de acesso ao ensino superior no Brasil no contexto de idealização e implantação do Reuni; de verificar os impactos do processo de expansão e interiorização do ensino superior; e de avaliar os resultados da expansão do acesso ao ensino superior na UFSC a partir dos dados de 2022, sobre a ocupação de vagas nos cursos criados pelo *Projeto Reuni/UFSC*, os instrumentos para coleta de dados foram obtidos através de fontes bibliográficas a material já publicado e disponível para consulta sobre o Reuni no Brasil. Esse tipo de dados pode ser chamado de dados secundários, pois são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e até mesmo analisados, com outros objetivos que não são da pesquisa em questão, e que estão catalogados à disposição dos interessados, cabendo então ao pesquisador analisá-los de acordo com o seu problema de pesquisa. Além disso, os dados secundários permitem ao pesquisador chegar a pessoas e lugares que provavelmente não conseguiria alcançar. As fontes básicas de dados secundários são: a própria empresa, governos, grandes institutos e

organizações, instituições não governamentais e serviços padronizados de informações de marketing. Dessa maneira, os dados secundários permitem fazer pesquisas e análises com maior variedade de fontes e amostras.

Segundo Vergara (2013), a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado, é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. Em suma, toda pesquisa, deve ter o apoio e o embasamento na pesquisa bibliográfica, para que não se desperdice tempo com um problema que já foi solucionado e possa chegar a conclusões inovadoras.

Outro instrumento de coleta de dados foi a pesquisa documental, realizada através da consulta e análise de material disponível sobre o fenômeno pesquisado. O referido material são relatórios produzidos pela UFSC e pelo MEC sobre a implantação e a avaliação do Reuni na instituição.

A primeira parte da pesquisa documental foi realizada no site da UFSC e nos Relatórios Anuais de Gestão da UFSC. Como resultado dessa análise foi uma síntese do contexto histórico e organizacional da instituição pesquisada, trazendo informações sobre a estrutura e funcionamento da UFSC, pois entendeu-se ser fundamental para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Posteriormente, a pesquisa concentrou suas atenções em demonstrar de que forma o Reuni se inseriu nas ações pertinentes à gestão da UFSC, no que diz respeito as dinâmicas de trabalho, as políticas e a cultura organizacional para realização das demandas referentes a inserção do Reuni na universidade.

Para Gil (2008, p. 147 e 150) a pesquisa documental pode ser definida como:

Há dados que, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta. Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Assim, a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais. [...] Além dos registros estatísticos, também podem ser úteis para a pesquisa social os registros escritos fornecidos por instituições governamentais. Dentre esses dados estão: projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de Reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartórios etc. Também podem ser úteis dados obtidos em arquivos de instituições não governamentais, como: atas de sindicatos, relatórios de associações comerciais e industriais, deliberações de igrejas, discursos proferidos em convenções partidárias etc.

Portanto, o acervo documental produzido pela UFSC sobre o Reuni, assim como os documentos produzidos pela gestão no período de implantação e acompanhamento das ações do programa na instituição, compôs o grupo de fontes para obtenção de dados da pesquisa. Dessa forma, para o desenvolvimento das ações da pesquisa e para obtenção de dados, foram selecionados os seguintes documentos:

**Quadro 4 - Documentos divulgados pela UFSC relacionados ao Reuni**

<b>Documentos produzidos pela UFSC</b>
a) Atas do Conselho Universitário no período de aprovação e implantação do Reuni na UFSC - 2007
b) Projeto Reuni UFSC Encaminhado ao MEC – Jul/2008
c) Balanço do Programa 2008-2009 realizado pela UFSC – Set/2009
d) Balanço do Programa 2010-2011 realizado pela UFSC – Nov/2011
e) Relatórios de Gestão no período de implantação do Reuni na UFSC
f) Relatórios anuais produzidos pela Comissão Permanente de Vestibular (Coperve) da UFSC (2008-2022)
<b>Documentos produzidos pelo MEC</b>
g) Acompanhamento da Implantação do Programa da UFSC pelo MEC (Avaliação MEC) – Fev/2011

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Em relação aos documentos selecionados para análise, é possível separá-los em quatro grupos: atas dos órgãos representativos da UFSC; documentos produzidos diretamente sobre o Reuni; documentos produzidos pela gestão da UFSC no período de implantação e acompanhamento do Reuni na UFSC; e os relatórios anuais da Coperve para avaliação da ocupação de vagas na instituição.

No que se refere as atas do Conselho Universitário, a pesquisa concentrou as suas atenções nos debates em torno da adesão da UFSC ao Reuni e aos encaminhamentos deliberados pelo Conselho Universitário (CUUn). Já o segundo grupo, são documentos produzidos diretamente sobre o Reuni, desde o projeto de implantação do Reuni, até relatórios de avaliação dos primeiros anos do programa na UFSC. O terceiro grupo de documentos, são relatórios produzidos pelos setores da UFSC responsáveis pelo acompanhamento das ações anuais previstas e desenvolvidas pela instituição, sendo considerados para análise, os dados disponíveis dos setores relacionados diretamente aos objetivos da pesquisa. No quarto e último grupo, se encontram relatórios anuais produzidos pela Coperve, com a importância para a pesquisa no sentido de avaliação do histórico de ocupação de vagas nos cursos de graduação presenciais criados a partir do *Projeto Reuni/UFSC*.

O terceiro instrumento de coleta de dados foi a entrevista. Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, e que por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos, considerando que o desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtido graças à sua aplicação (GIL, 2008).

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.195).

Para descrever de que forma se deu a atuação dos sujeitos e setores envolvidos no processo de expansão de vagas na UFSC através do Reuni, assim como, para atender ao segundo e terceiro objetivo específico da pesquisa, foi utilizado como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, compreendendo um conjunto de perguntas básicas e derivadas. O objetivo das perguntas é analisar as possibilidades e limites do fenômeno, sendo que a partir dos questionamentos básicos e com a obtenção das respostas, surgem perguntas derivadas que aprofundam a temática pesquisada.

Assim, as entrevistas tiveram um roteiro previamente estabelecido, mas também houve espaço para a elucidação de elementos que surgiram de forma imprevista ou de informações espontâneas dadas pelo entrevistado, permitindo assim, que fossem abordados novos assuntos advindos das questões principais. O desenvolvimento do roteiro da entrevista foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e nas categorias definidas para análise.

O roteiro de entrevistas, localizado no Apêndice A – Instrumento de coleta de dados, é composto de 31 questões estruturadas de acordo com o que consta no Quadro 5:

**Quadro 5** - Estrutura dos tópicos e assuntos abordados nas entrevistas

<b>Assuntos Abordados</b>	<b>Questões</b>
Perfil dos entrevistados	1 a 4
Adesão ao Reuni	5 a 12
Implantação do Reuni	13 a 17
Interiorização	18 a 26
Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC	27 a 31

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta, em observância aos protocolos da ética em pesquisas, foi disponibilizado aos sujeitos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Apêndice L - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

onde os sujeitos foram devidamente informados e esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa, os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação, garantindo a liberdade de retirar-se do estudo em qualquer hora ou momento. Como o instrumento de coleta de dados teve a sua aplicação em seres humanos, vide Apêndice A, a presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC), conforme o parecer nº 6.163.927, assegurando os interesses dos 11 participantes do estudo em sua integridade e dignidade, contribuindo assim para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

As entrevistas foram direcionadas aos gestores da UFSC envolvidos no processo de adesão e implantação do Reuni na universidade, e foram realizadas durante o primeiro semestre de 2023, no intervalo de 20 dias, e tiveram duração de 17 minutos a 1 hora cada. As entrevistas foram gravadas, mediante autorização prévia do entrevistado, no intuito de facilitar, posteriormente, a análise dos dados. Os entrevistados foram contactados por e-mail e ligação telefônica. No convite para participação, os entrevistados foram informados sobre as intenções da entrevista, sobre o tema da pesquisa, a importância da sua participação e que para sua organização pessoal a entrevista poderia ser realizada presencialmente ou de forma *online*. Todos os selecionados para participarem da pesquisa se prontificaram a responder aos questionamentos e foram muito solícitos. Do total de 11 entrevistados, apenas dois deles preferiram realizar a entrevista de forma presencial.

Nesse sentido, após a definição dos sujeitos da pesquisa, do instrumento de coleta de dados e da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a coleta de informações através das entrevistas semiestruturadas foi iniciada.

O Quadro 6 apresenta dados a respeito dos entrevistados e uma síntese do processo de coleta de dados.

**Quadro 6** - Coleta de dados por entrevista

<b>Entrevistado</b>	<b>Forma de Contato</b>	<b>Forma de Entrevista</b>	<b>Duração da Entrevista</b>
E1	E-mail	<i>Online</i>	39 minutos
E2	Telefone	<i>Online</i>	48 minutos
E3	E-mail	<i>Online</i>	45 minutos
E4	Telefone	Presencial	17 minutos
E5	E-mail	Presencial	1 hora
E6	E-mail	<i>Online</i>	35 minutos
E7	Telefone	<i>Online</i>	16 minutos
E8	E-mail	<i>Online</i>	25 minutos
E9	Telefone	<i>Online</i>	49 minutos
E10	E-mail	<i>Online</i>	1 hora
E11	E-mail	<i>Online</i>	33 minutos

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Após o encerramento da coleta de informações, iniciou-se a fase de transcrição, atribuindo códigos de identificação aos sujeitos entrevistados, garantindo seu anonimato e sigilo. Portanto, durante a análise dos dados, quando houver a transcrição das respostas, os entrevistados serão identificados por meio dos códigos E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11. Os códigos foram atribuídos de forma aleatória.

Para os procedimentos de transcrição, foi necessário recorrer a gravação das entrevistas para analisar com cautela e atenção, no intuito de garantir que o material coletado tenha aspecto fidedigno e autenticidade às falas dos entrevistados. Na sequência, após organizadas as falas, iniciou-se o estudo aprofundado da análise do conteúdo, buscando compreender as informações obtidas com base nos objetivos da pesquisa, com o pressuposto teórico e percorrendo à orientação do caminho teórico metodológico.

Para atender ao quarto objetivo específico de propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas a partir do legado do Reuni na UFSC, foram correlacionados os resultados e análises obtidos no 03 (três) primeiros objetivos específicos.

Tendo coletado todos os dados necessários para a realização do estudo, parte-se para a etapa de análise, com a descrição da técnica utilizada.

### 3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. Dessa forma, a presente pesquisa analisou os dados de forma qualitativa, buscando levantar as percepções dos sujeitos de pesquisa, para assim,

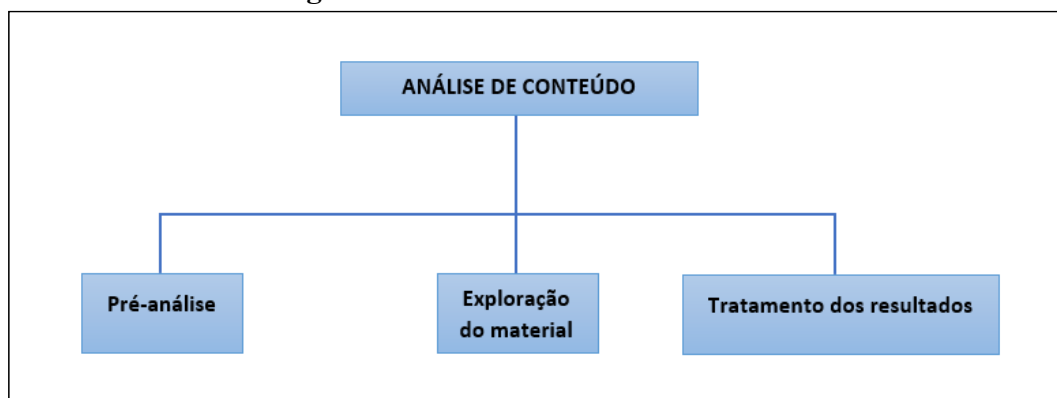
analisar os dados que descrevem e ilustram a realidade, mas que não podem ser quantificados. Considerando os fatores de análise dispostos no Quadro 2, optou-se pela análise de conteúdo. A análise de conteúdo serve para analisar, por exemplo, documentos como entrevistas, diários de campo ou vídeos.

Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens [...] Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação (p. 47-48).

Segundo a perspectiva de Bardin (2011), a análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

**Figura 2 - Fases da Análise de Conteúdo**



**Fonte:** Adaptado de Bardin (2011).

A primeira fase, a pré-análise, pode ser identificada como a fase de organização, e nela se estabelece o esquema de trabalho, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Segundo Bardin (2011), envolve a leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material. Após a coleta de dados, a pré-análise se constituiu na organização dos dados obtidos através dos instrumentos de coleta.

A segunda fase, exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, adotando procedimentos de codificação, de recorte, de contagem, escolha de categorias,

classificação, agregação etc. Na presente pesquisa, essa fase se deu através da análise aprofundada das entrevistas, para classificação das respostas, de acordo com as categorias de análise.

Por fim, na terceira fase, o tratamento dos resultados, apoiado nos resultados brutos, o pesquisador procurara torná-los significativos e válidos. Esta interpretação dá sentido ao que se encontra por trás dos dados imediatamente obtidos. Nesta pesquisa, o tratamento dos resultados obtidos, assim como, sua interpretação, foi desenvolvido a partir das reflexões provocadas por sua coleta, correlacionados com a teoria apresentada no estudo e com as percepções da pesquisadora (BARDIN, 2011).

A seguir, serão apresentadas as principais limitações na realização deste estudo.

### 3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa é compreendida como um estudo de caso, seu universo ou população está limitado ao ambiente físico da UFSC, mais precisamente em Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville, cidades onde a Universidade Federal de Santa Catarina possui campus. O estudo apresentou limitações importantes quanto aos seus sujeitos e amostra. Os sujeitos definidos para este estudo, são os servidores gestores dos setores da instituição, que participaram do processo da expansão universitária, responsáveis ou envolvidos nas atividades relacionadas ao tema. O critério para a limitação da amostra se refere ao seu tamanho, pois não se limitou as estruturas físicas da UFSC apenas na cidade de Florianópolis, mas se estendeu aos quatro *campi* da instituição, pois estes têm grande importância nos objetivos da pesquisa, que inclui a análise do processo de interiorização da UFSC. Definir o tamanho da amostra é importante para se considerar que os resultados encontrados são apenas para análise da população em questão.

O recorte temporal deste trabalho está compreendido no período entre a adesão da UFSC ao Reuni em 2007, e as condições da universidade em 2022, último ano definido para coleta de dados.



## 4 O CONTEXTO HISTÓRICO E A ADESÃO AO PROGRAMA REUNI

Este capítulo foi organizado de modo a seguir uma sequência de informações coesas para que o leitor consiga compreender o fenômeno estudado. Primeiramente, foi elaborada uma síntese do contexto histórico e organizacional da instituição pesquisada. Na seção seguinte, foram apresentados dados sobre o Reuni da Universidade Federal de Santa Catarina. Posteriormente, foi descrito o processo de adesão ao Reuni pela UFSC, envolvendo as duas primeiras categorias de análise propostas pela pesquisa: o perfil dos entrevistados e o processo de adesão ao Reuni.

### 4.1 CONTEXTO HISTÓRICO E ORGANIZACIONAL DA INSTITUIÇÃO

A UFSC foi criada com o nome de Universidade de Santa Catarina, em dezembro de 1960, no último ano do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que governou ancorado em um plano de metas que priorizava os setores energético, industrial, educacional, transporte e de alimentação. Seu primeiro Reitor, o Professor João David Ferreira Lima, foi escolhido da lista tríplice e tomou posse em 25/10/1961. A universidade contava inicialmente com sete faculdades isoladas, entre elas, as faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito e Ciências Econômicas que “tinham suas raízes no Instituto Politécnico, fundado em 1917 com apoio do governo estadual, e na Academia de Comércio, uma instituição privada subsidiada pelo governo estadual, que absorveu o Instituto nos anos 1930”<sup>12</sup>.

Durante as discussões que levaram à criação do Curso de Direito nos anos 1930, já se mencionava o interesse em criar uma universidade no Estado. De fato, buscava-se acompanhar um movimento que ocorria no País. Foi nesse período que se criaram a Universidade de São Paulo e a Universidade de Porto Alegre, hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e consolidou-se a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uma onda de criação de universidades públicas também ocorreu em 1960, em cidades médias. Em dezembro daquele ano, ao final do governo de Juscelino Kubitschek, foram criadas as atuais universidades federais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Goiás, de Juiz de Fora, Fluminense, de Santa Catarina e de Santa Maria, isso sem mencionar faculdades e institutos isolados que foram federalizados (UFSC, 2010, p.14).

A sequência histórica de criação das faculdades fundadoras é a seguinte:

---

<sup>12</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://pdi.paginas.ufsc.br/files/2014/10/PDI-2010-2014-Com-Capa-e-Indice.pdf>. Acesso em: 23 de jun. de 2023.

1) Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada em 1932 e federalizada pela Lei n.º 3.038, de 19/12/56; 2) Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, fundada em 1943 e reconhecida pelo Decreto n.º 37.994, de 28/09/55; 3) Faculdade de Farmácia de Santa Catarina, desdobrada, em 1960, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, esta criada em 1946 e reconhecida pelo Decreto n.º 30.234, de 04/12/51; 4) Faculdade de Odontologia de Santa Catarina, também desdobrada da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina; 5) Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em 1951 e reconhecida pelos decretos n.º 46.266, de 26/06/59 e n.º 47.672, de 19/01/60; 6) Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada, autorizada pelo Decreto n.º 45.063, de 19/12/58; 7) Faculdade de Medicina de Santa Catarina, autorizada pelo Decreto n.º 47.531, de 29/12/59; 8) Escola de Engenharia Industrial, nas modalidades de Química, Mecânica e Metalurgia, autorizadas pela própria lei que criou a Universidade (UFSC, 2010, p. 14-15).

A UFSC teve como fundamento legal para sua criação a Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960. A referida Lei garantiu também, que a UFSC iniciasse sua caminhada com autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar. Intermediado pela Lei n. 2.664, de 20 de janeiro de 1961, o governo do Estado de Santa Catarina doou à União os terrenos do bairro da Trindade com cerca de um milhão de metros quadrados, para incorporação à Universidade<sup>13</sup>.

O governo Kubitschek é conhecido por ter, entre outras coisas, aumentado o ritmo do crescimento econômico brasileiro, com base no estímulo à indústria automobilística e na construção da nova capital do País, Brasília, inaugurada em abril de 1960. O Estado de Santa Catarina acompanhava o País e passava por boa fase de crescimento econômico, consolidando setores industriais como o da cerâmica no sul do Estado, o de papel, papelão e pasta mecânica, principalmente no Vale do Itajaí e no planalto lageano, e o de metalmecânica no norte do Estado.<sup>4</sup> O ambiente econômico era, portanto, bastante propício a demandas de expansão do ensino superior (UFSC, 2010, p. 15).

O projeto inicial, em Santa Catarina, era o de uma universidade estadual, o que foi realizado cinco anos após a criação da UFSC, por meio da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), hoje denominada Universidade do Estado de Santa Catarina. A história das duas universidades pioneiras do Estado esteve, portanto, interligada desde o início. Nesse conjunto, até o ano de 2010, a UFSC foi a única universidade federal no Estado, até a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), uma universidade regional que engloba o oeste dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. “Assim como outras universidades patrocinadas pela União, a Universidade de Santa Catarina recebeu a denominação de universidade federal pela Lei n.º 4.759, de 20/08/65” (UFSC, 2010, p. 15).

<sup>13</sup>A história completa sobre a criação da UFSC está disponível no livro lançado em comemoração aos 50 anos da instituição, intitulado de: UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios. O livro foi lançado no ano de 2010 e está disponível em: [https://agecom.paginas.ufsc.br/files/2010/12/Livro\\_UFSC50Anos\\_2010\\_web.pdf](https://agecom.paginas.ufsc.br/files/2010/12/Livro_UFSC50Anos_2010_web.pdf).

Em 1969, com a reforma universitária, as faculdades foram extintas e deram lugar às unidades universitárias, assim, a Universidade assumiu uma nova estrutura didática e administrativa, com a denominação de centros, os quais agregam os departamentos.

Atualmente, a UFSC é uma instituição de ensino superior e de pesquisa, *multicampi*, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, e é regida por seu Estatuto e por seu Regimento Geral. Segundo o art. 3º do estatuto, a UFSC tem por missão:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida<sup>14</sup>.

A Universidade Federal de Santa Catarina está estruturada em Administração Superior e em unidades universitárias, subunidades universitárias e órgãos suplementares. A administração superior é composta de:

I - Órgãos deliberativos centrais: Conselho Universitário, Câmara de Graduação, Câmara de Pós-Graduação, Câmara de Pesquisa, Câmara de Extensão e Conselho de Curadores.

II - Órgãos Executivos Centrais: Reitoria; Vice-Reitoria; Pró-reitorias e Secretarias.

A Reitoria é o órgão executivo máximo da Administração Superior, e a ela estão vinculadas: (a) Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE); (b) Pró-Reitoria de Graduação e Educação Básica (PROGRAD); (c) Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG); (d) Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); (e) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQ); (f) Pró-Reitoria de Administração (PROAD); (g) Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidades (PROAFE); (h) Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP); (i) Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SeCArte); (j) Secretaria de Relações Internacionais (SINTER); (k) Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI); (l) Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN); (m) Secretaria de Segurança Institucional (SSI); (n) Secretaria de Comunicação (SECOM); (o) Secretaria de Educação a Distância (SEAD); e (p) Prefeitura Universitária (PU).

---

<sup>14</sup> Estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 03 de novembro de 1978 Resolução nº 065/78, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, através da portaria nº 56 de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer do nº 779/CFE/81). Disponível em: [https://ufsc2.paginas.ufsc.br/files/2010/10/estatuto\\_ufsc\\_2004.pdf](https://ufsc2.paginas.ufsc.br/files/2010/10/estatuto_ufsc_2004.pdf).

Já em nível de órgãos suplementares, compõem a estrutura da UFSC: (a) Biblioteca Universitária (BU); (b) Biotério Central (BIC); (c) Editora Universitária (EdUFSC); (d) Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago (HU); (e) Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE); e (f) Restaurante Universitário (RU) (UFSC, 2023).

Em nível de unidades universitárias (centros de ensino) e subunidades (departamentos), a Universidade atua em cinco regiões do estado, executando atividades de ensino, pesquisa e extensão em cinco *campi*, situados nos municípios de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville e Florianópolis (Campus-sede). A distribuição dos centros de ensino por cidade é a seguinte:

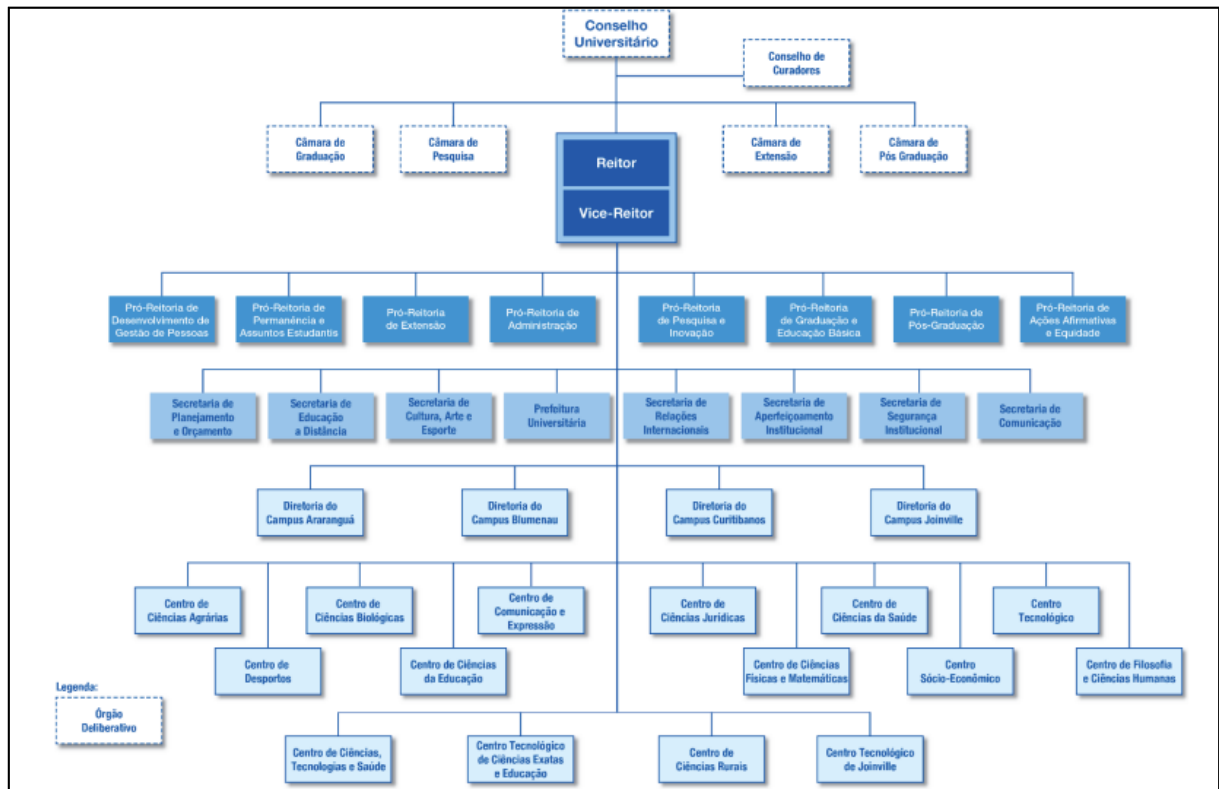
- a) Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde (CTS) - Campus de Araranguá;
- b) Centro Tecnológico de Ciências Exatas e Educação (CTE) - Campus de Blumenau;
- c) Centro de Ciências Rurais (CCR) - Campus de Curitibanos;
- d) Centro de Ciências Agrárias (CCA) - Campus de Florianópolis;
- e) Centro de Ciências Biológicas (CCB) - Campus de Florianópolis;
- f) Centro de Comunicação e Expressão (CCE) - Campus de Florianópolis;
- g) Centro de Ciências da Saúde (CCS) - Campus de Florianópolis;
- h) Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) - Campus de Florianópolis;
- i) Centro de Desportos (CDS) - Campus de Florianópolis;
- j) Centro de Ciências da Educação (CED) - Campus de Florianópolis;
- k) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) - Campus de Florianópolis;
- l) Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) - Campus de Florianópolis;
- m) Centro Socioeconômico (CSE) - Campus de Florianópolis;
- n) Centro Tecnológico (CTC) - Campus de Florianópolis; e
- o) Centro Tecnológico de Joinville (CTJ) - Campus de Joinville (UFSC, 2023).

Na educação básica, o Colégio de Aplicação da UFSC e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criados, respectivamente, em 1961 e 1980, atendem à educação básica: educação infantil, ensino fundamental e médio. Esses espaços são utilizados também como “campo de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas e realizam pesquisa e extensão, consolidando-se como espaços de formação, produção e socialização de conhecimentos” (UFSC, 2010, p. 16).

Sobre a modalidade de ensino a distância, “a UFSC iniciou sua atuação em 1995 com o Laboratório de Ensino a Distância (LED), privilegiando a pesquisa e a capacitação via projetos de extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, formatados em

vídeo-aulas geradas por satélite” (UFSC, 2010, p. 16-17). O Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitou o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em grande parte do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição (UFSC, 2010).

**Figura 3 - Estrutura Organizacional da Administração da Universidade**



Fonte: UFSC (2023, p.35).

Após esse breve contexto histórico e organizacional da instituição pesquisada, para dar seqüência na análise proposta pela pesquisa, o item a seguir concentra sua atenção em descrever o processo histórico do Reuni na UFSC.

#### 4.2 O REUNI NA UFSC

Até o ano de 2007, antes da adesão da UFSC ao Reuni, a instituição oferecia 62 cursos de habilitações presenciais no ensino de graduação em diversas áreas do conhecimento, e um total de 3.920 vagas. A partir do ano de 2008, a UFSC aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A adesão proporcionou, no que se refere a cursos e vagas, uma forte ampliação das vagas existentes na instituição, por meio da

oferta de novos cursos presenciais, e a ampliação das vagas em cursos já existentes. Além disso, os recursos advindos do Reuni, possibilitaram a partir de 2009 a interiorização da UFSC, levando a Universidade para outras regiões do estado de Santa Catarina (UFSC, 2013).

os novos recursos advindos do REUNI permitiram, desde 2009, o desenvolvimento de uma estratégia importante para o ensino superior público em Santa Catarina, qual seja, a interiorização da UFSC com a instalação dos novos campi nas cidades de Araranguá (Sul), Curitibanos (Oeste) e Joinville (Norte), onde foram implantados os novos cursos de Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Fisioterapia, Tecnologia da Informação e Comunicação (Araranguá); Ciências Rurais, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária (Curitibanos) e Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade, Engenharia Naval, Engenharia Ferroviária e Metroviária e Engenharia de Infraestrutura, Engenharia de Transporte e Logística, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Automotiva, Engenharia Aeroespacial (Joinville) (UFSC, 2013, p. 10).

Em 13 de agosto de 2013, foi aprovada a Resolução nº 19 do CUn, que estabeleceu a criação do Campus da UFSC na cidade de Blumenau, denominado de Campus do Médio Vale do Itajaí. Em 2014, o Campus de Blumenau oferecia cinco cursos:

- Engenharia Têxtil;
- Engenharia de Controle e Automação;
- Engenharia de Materiais; e
- Licenciaturas em Matemática e Química.

No campus Blumenau houve também a criação de um curso de Doutorado, três cursos de mestrado profissionalizante e dois cursos de mestrado acadêmico, ainda em 2014. Os novos cursos de doutorado e mestrado foram ao encontro da proposta de vinculação do orçamento com o planejamento da instituição, que em seu PDI, estipulava como objetivo a expansão dos cursos de pós-graduação. Assim, o campus da UFSC em Blumenau iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2014, ofertando 100 (cem) vagas anuais em cada curso, totalizando assim, uma ofertava de 500 (quinhentas) vagas anuais em:

- 5 (cinco) cursos de graduação;
- 3 (três) de engenharia; e
- 2 (dois) de licenciatura (UFSC, 2014).

A Tabela 11 demonstra a quantidade de vagas e cursos ofertados pela Universidade Federal de Santa Catarina, através do Vestibular anual, com anos compreendidos entre 2007 a 2023:

**Tabela 11 - Vagas dos Vestibulares UFSC – 2007-2023**

Vestibular	Número de Cursos	Vagas Ofertadas
2007	62	3.920
2008	65	4.095
2009	70	4.581
2010	82	6.021
2011	83	5.881
2012	84	5.991
2013	86	6.031
2014	91	6.511
2015	98	6.511
2016	101	4.576*
2017	101	4.593
2018	101	4.551
2019	101	4.555
2020	100	4.513
2021	102	4.582
2022	102	4.521
2023	100**	4.542

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados dos Relatórios da Comissão Permanente do Vestibular da UFSC – Coperve (2007 – 2023).

Legenda: O quadro apresenta vagas destinadas ao ensino presencial da UFSC.

\* A partir do Vestibular UFSC 2016, as vagas de ingresso foram distribuídas entre o Vestibular (70%) e o Sisu – Sistema de Seleção Unificado (30%).

\*\* No ano de 2023 o número de cursos está menor que em 2022, isso se justifica pelo fato do departamento extinguir o curso de produção elétrica, civil e mecânica e criar o curso de engenharia de produção englobando esses três cursos sem diminuição das vagas oferecidas anualmente.

Em 2007, a UFSC deu um importante passo ao aprovar a sua participação no Reuni - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, financiado pelo Governo Federal. De acordo com dados do Relatório de Gestão da UFSC de 2008, o programa foi considerado o maior investimento feito no país na área da educação (UFSC, 2009).

O Relatório de Gestão da UFSC de 2008, vislumbrava que a adesão ao Reuni seria um passo muito grande para o desenvolvimento da instituição, e assim, descrevia em seu relatório a importância do Reuni para a UFSC:

Por intermédio desse Programa, a UFSC vislumbrou uma grande oportunidade para, além da reestruturação e crescimento internos, expandir-se para o interior do Estado. Essa expansão materializa-se por meio de três novos campi situados nos Municípios de Joinville, Araranguá e Curitiba, cuja implantação foi aprovada pelo Conselho Universitário em 2008. Nos próximos anos, serão criadas novas vagas nos cursos já existentes, além de outros cursos tanto na sede como nos novos campi, totalizando mais de 3.000 novas vagas. Esses novos desafios irão exigir de todos empenho e dedicação extras, os quais serão compensados pelos resultados positivos que certamente iremos alcançar. Um destes principais resultados é o de tornarmos a UFSC, cada vez mais, uma universidade a serviço da sociedade, compromissada com o avanço do conhecimento e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas (UFSC, 2009, p. 9-10).

O Programa Reuni foi anunciado pela primeira vez na UFSC em 11 de setembro de 2007 na sessão do Conselho Universitário da instituição. Nessa mesma sessão, foi definido o calendário para discussão sobre a adesão ou não da UFSC ao Reuni. Conforme consta na *Ata nº 08* do CUn<sup>15</sup>, o presidente do Conselho fez uma breve explanação sobre o assunto e informou que no dia 15 do mês seguinte o assunto seria debatido. Uma das conselheiras destacou que o assunto merecia uma discussão ampla na UFSC, sugerindo que na sessão seguinte debatedores eficientes em políticas educacionais fossem chamados a participar. O presidente solicitou que as discussões sobre o Reuni deveriam acontecer nos Colegiados de Departamentos e Unidades (UFSC/CUn, 2007).

A aprovação da UFSC ao Reuni aconteceu oficialmente no dia 27 de novembro de 2007 em sessão ordinária do CUn. Apesar da adesão ter sido aprovada pela maioria dos conselheiros, conforme consta na *Ata nº 10* do CUn, houve muitas posições e manifestações contrárias a aprovação da adesão (UFSC/CUn, 2007a). Conforme Silva (2014a, p.79), a resistência não era somente da adesão ao programa, “mas também pela forma arbitrária e impositiva com que foram realizados os encaminhamentos relativos à adesão ao Reuni, resultando na ocupação estudantil da reitoria no segundo semestre de 2007”.

As mobilizações realizadas por estudantes, docentes e técnico-administrativos num primeiro momento tiveram um resultado positivo para a comunidade universitária na UFSC no sentido de garantir a suspensão da sessão do CUn realizada no dia 23 de outubro de 2007 que tinha na pauta a votação para a adesão ao *Programa*. Mas em 27 de novembro de 2007 a adesão da UFSC ao Reuni foi aprovada pelo Conselho Universitário (CUn).

Segundo notícia publicada pela Agência de Comunicação da UFSC (Agecom), do lado de fora da sessão continuavam os protestos não apenas por parte dos estudantes, mas também de docentes e técnico-administrativos, representados naquele momento pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e as representações sindicais dos docentes e técnico-administrativos. Eles reivindicavam não somente para que a sessão fosse aberta, mas principalmente que houvesse mais tempo para discutir amplamente a adesão ou não da UFSC ao Programa. De acordo com a nota divulgada pela Agecom, a apresentação do *Reuni* à comunidade universitária da UFSC iniciou em meados de junho de 2007. Segundo consta na notícia, nove dos 11 centros de ensino após promover discussões de forma particularizada, apresentaram seus projetos de adesão ao *Reuni* (UFSC, 2007) (SILVA, 2014a, p.79-80).

Mesmo com a resistência durante o processo de aprovação da adesão da UFSC ao Reuni, ainda em 2007 o *Projeto Reuni/UFSC*<sup>16</sup> foi encaminhado ao MEC, com o *Formulário de Apresentação de Propostas*<sup>17</sup>. Nesse formulário, eram apresentadas as “seis dimensões,

<sup>15</sup> As Atas nº 08, 09 e 10 do CUn, foram disponibilizadas de forma digitalizada pelo Arquivo Central da UFSC.

<sup>16</sup> A versão completa do *Projeto Reuni/UFSC* está disponível em:  
<https://reuni.paginas.ufsc.br/files/2012/01/Projeto.pdf>.

<sup>17</sup> O documento não faz referência aos responsáveis pela elaboração.



com diferentes aspectos, sobre as quais a universidade deveria apresentar diagnóstico e metas a serem implementadas” (SILVA, 2014a, p. 72).

As propostas deveriam contemplar e atender as diretrizes descritas no artigo 2º do Decreto nº 6.096/2007, estruturadas em seis dimensões, cada uma com um conjunto de aspectos específicos. Em cada uma das seis dimensões era necessário apresentar o diagnóstico da situação atual da instituição, especificar as metas a serem alcançadas com o cronograma de execução, as estratégias para alcançar cada meta, as etapas e os indicadores. Cada uma das dimensões, deveriam ser combinadas no plano de reestruturação das universidades federais, de acordo com a opção institucional em cada caso (BRASIL, 2007).

Elas visam, atendidas as exigências colocadas pelas metas, pontuar aspectos que, ao serem implementados, possibilitam uma concepção mais flexível de formação acadêmica na graduação de forma a evitar a especialização precoce e possibilitar que o seu desenvolvimento atenda às diversidades regionais, às particularidades locais, bem como às múltiplas áreas de conhecimento que integram os diferentes cursos, resguardado caráter de universalidade que caracteriza o saber acadêmico (BRASIL, 2007, p 10-11).

Conforme consta no Quadro 1, as seis dimensões eram as seguintes:

- a) ampliação da oferta de Educação Superior pública;
- b) reestruturação acadêmico-curricular;
- c) renovação pedagógica da Educação Superior;
- d) mobilidade intra e inter-institucional;
- e) compromisso social da instituição; e
- f) suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Para dar sequência a pesquisa, os itens a seguir concentram suas atenções tanto na avaliação dos documentos identificados no Quadro 4 (atas dos órgãos representativos da UFSC; documentos produzidos diretamente sobre o Reuni; documentos produzidos pela gestão da UFSC no período de implantação e acompanhamento do Reuni na UFSC e os relatórios anuais da Coperve), quanto no reconhecimento das ações e impactos do Reuni na instituição, a partir das percepções dos quatro grupos de entrevistados.

#### 4.3 O PROCESSO DE ADESÃO AO REUNI PELA UFSC

De acordo com procedimentos metodológicos da pesquisa, um dos instrumentos para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. O Apêndice A (Instrumento de coleta de dados) demonstra a forma como o roteiro das entrevistas foi construído, seguindo a lógica de aglutinar as perguntas de uma mesma categoria de análise, onde cada uma delas corresponde a

um determinado assunto relacionado ao Reuni. Os conjuntos de questões estão organizados da seguinte forma: Perfil; Adesão ao Reuni; Implantação do Reuni; Interiorização; e Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC. No Capítulo 4, conforme já mencionado, são analisadas duas das cinco categorias: perfil dos entrevistados e a adesão ao Reuni na UFSC. Essas duas categorias ficaram separadas das outras três, pois o processo de adesão da UFSC ao Reuni está relacionado à compreensão do processo histórico do programa na instituição. Sobre o perfil dos entrevistados, se justifica pela necessidade de apresentação dos sujeitos de pesquisa que tratam tanto da segunda categoria, a adesão, como das três seguintes, presentes no capítulo 5. A análise dos documentos produzidos pela UFSC, ocorre em diálogo com as respostas dos entrevistados em relação a cada conjunto de questões.

É importante destacar que as entrevistas seguiram roteiro previamente estabelecido, onde os questionamentos realizados aos entrevistados estavam relacionados ao período em que cada um deles esteve envolvido com o projeto Reuni na instituição.

#### **4.3.1 Perfil dos entrevistados**

Conforme já especificado, para a realização da pesquisa os entrevistados foram aglutinados em quatro grupos: Grupo 1 (um entrevistado – E1); Grupo 2 (dois entrevistados – E2 e E3); Grupo 3 (quatro entrevistados – E4, E5, E6 e E7); e Grupo 4 (quatro entrevistados – E8, E9, E10 e E11). No primeiro momento da entrevista, para todos os grupos, foi apresentado um breve contexto sobre os objetivos da pesquisa, e visando a identificação de cada entrevistado, foram realizadas perguntas sobre o tempo de atuação na UFSC, sua formação técnico acadêmica, as experiências profissionais que desempenhou na instituição e o tempo que exerceu o cargo em questão.

Em relação aos quatros grupos entrevistados, cabe destacar de um total de onze gestores entrevistados, 82% são do sexo masculino e 18% são do sexo feminino. Quanto ao vínculo institucional, todos atuam ou atuaram como servidores da instituição, sendo dois deles servidores técnico-administrativos (18%) e nove deles servidores docentes (82%). A maior parte dos entrevistados ingressou na UFSC muito tempo antes da adesão da instituição ao Reuni, sendo cinco deles na década de 1970, dois na década de 1980, três na década de 1990 e apenas um na década de 2010. Atualmente, seis entrevistados (54%) estão aposentados e os outros cinco (46%) permanecem em exercício.

No que se refere a formação acadêmica, os entrevistados possuem graduação em diferentes áreas de conhecimento, como Agronomia (1), Biologia (1), Ciências Contábeis (2),

Educação Física (1), Engenharia Mecânica (2), Filosofia (1), Medicina (1), Pedagogia (1) e Química (1). Além disso, dez dos onze entrevistados possuem formação em nível de doutorado e um em nível de mestrado. A exceção do entrevistado que ingressou na UFSC na década de 2010, todos os demais entrevistados possuem ou possuíram a maior parte da sua trajetória profissional dentro da instituição.

A respeito das atividades exercidas na UFSC antes de assumirem os cargos em questão, 8 dos 9 docentes entrevistados (88%) tinham experiência em cargos de chefia de departamento, coordenação de curso de graduação ou de programa de pós-graduação. Um dos nove docentes entrevistados (12%), assumiu o cargo em questão logo após ingressar na UFSC. Quanto aos dois servidores técnico-administrativos entrevistados, ambos possuíam experiências anteriores em cargos de gestão na UFSC nas áreas relacionadas aos cargos em questão.

Com relação ao tempo de exercício dos servidores nos cargos, 8 dos 11 entrevistados permaneceram o tempo do mandato de uma gestão, quatro anos. Em relação aos outros três entrevistados, um deles permaneceu na função por três anos e meio e os outros dois atuaram nos cargos em questão por pouco mais de um ano. Em relação ao envolvimento com o projeto Reuni, cabe destacar que entre os entrevistados, existem aqueles que participaram exclusivamente do processo de adesão (18,2%), os que atuaram na adesão e no início da implantação (54,5%) e também os que estiveram relacionados exclusivamente a etapa de implantação (27,3%).

A compreensão do perfil dos entrevistados é um dos requisitos fundamentais para análise dos depoimentos. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que as entrevistas foram realizadas em 2023 e, portanto, representam as visões construídas por cada um dos sujeitos a partir de suas experiências e vivências enquanto gestores atuantes no processo, entre 2007 e 2012, somadas a novos entendimentos adquiridos a partir do distanciamento. Além disso, as percepções de cada um dos entrevistados podem estar diretamente relacionadas as etapas e períodos em que cada um deles esteve envolvido, assim como a função e o nível de participação nas diferentes etapas do processo. Portanto, para a análise e compreensão do fenômeno estudado, foi necessário reconhecer as individualidades, considerando o tempo e nível de envolvimento, para assim, dar sentido as falas.

**Quadro 7 - Perfil dos entrevistados**

<b>Gênero</b>	<b>Feminino</b>	<b>2</b>
	<b>Masculino</b>	<b>9</b>
<b>Carreira</b>	<b>Docente</b>	<b>9</b>
	<b>Técnica</b>	<b>2</b>
<b>Ingresso na UFSC</b>	<b>Década de 1970</b>	<b>5</b>
	<b>Década de 1980</b>	<b>2</b>
	<b>Década de 1990</b>	<b>3</b>
	<b>Década de 2010</b>	<b>1</b>
<b>Situação</b>	<b>Aposentado</b>	<b>7</b>
	<b>Ativa</b>	<b>4</b>
<b>Formação Acadêmica</b>	<b>Agronomia</b>	<b>1</b>
	<b>Biologia</b>	<b>1</b>
	<b>Ciências Contábeis</b>	<b>2</b>
	<b>Educação Física</b>	<b>1</b>
	<b>Engenharia Mecânica</b>	<b>2</b>
	<b>Filosofia</b>	<b>1</b>
	<b>Medicina</b>	<b>1</b>
	<b>Pedagogia</b>	<b>1</b>
	<b>Química</b>	<b>1</b>
<b>Nível de Formação</b>	<b>Doutorado</b>	<b>10</b>
	<b>Mestrado</b>	<b>1</b>
<b>Experiência</b>	<b>Cargos de chefia de departamento, coordenação de curso de graduação ou de programa de pós-graduação</b>	<b>8</b>
	<b>Sem experiência</b>	<b>1</b>
	<b>Cargos de gestão</b>	<b>2</b>
<b>Tempo de Permanência no Cargo</b>	<b>Mandato Completo (4 anos)</b>	<b>8</b>
	<b>Menos de 4 anos</b>	<b>1</b>
	<b>Menos de 2 anos</b>	<b>2</b>
<b>Envolvimento com o Projeto Reuni na UFSC</b>	<b>Adesão</b>	<b>2</b>
	<b>Adesão e início da implantação</b>	<b>6</b>
	<b>Implantação</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

### 4.3.2 Adesão ao Reuni

A adesão da UFSC ao Reuni ocorreu oficialmente em novembro de 2007. A proposta foi aprovada em reunião do Conselho Universitário pela maioria dos conselheiros presentes, conforme consta em ata do CUn, “A Presidência submeteu à votação a proposição de adesão da Universidade Federal de Santa Catarina ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. Foi aprovado por maioria a adesão ao Programa REUNI” (UFSC/CUn, 2007a).

Mesmo aprovado por maioria, um dos conselheiros contrários a adesão ao programa, apesar de destacar pontos positivos, deu seu depoimento sobre o impacto da aprovação do Reuni, destacando que a pactuação diverge da autonomia universitária da instituição adquirida através da Constituição Federal:

O Cons. Carlos Alberto Marques apresentou a seguinte declinação de voto: "Declaração de Voto do Diretor do CED: considera-se que o objetivo principal do Reuni de expandir em 20% as vagas do Sistema Público Federal de Ensino Superior é bem-vindo, mesmo que a iniciativa seja tardia e que o percentual final a ser alcançado (30%) seja muito tímido em relação às necessidades de nossa sociedade. Entretanto, o processo de elaboração nacional e de discussão interna na UFSC desse Programa e, principalmente, seu conteúdo, o transforma num instrumento inadequado às Universidades Públicas Federais. O instrumento de adesão, via *pactuação* de compromissos ou termo de adesão, nos parece não coadunar com uma Instituição que recebeu o estatuto da autonomia (Art. 206, da Constituição Federal). Sua aceitação legítima a visão governamental de sua função de estado, e que pode conduzir a um temeroso controle sobre definições do "que", do "como" e para "quem" às Universidades Federais devem trabalhar e produzir conhecimento. De outro lado, o nosso Projeto Institucional, na forma como foi apresentado na Reunião do Egrégio Conselho do dia 23 de outubro, por exemplo, continua favorecendo o ingresso de alunos no período diurno, comprometendo ainda mais o atendimento e uma justa demandas social. Além do mais, construído a partir de uma dinâmica fragmentada acaba não expressando as necessidades das partes, combinada com as demandas de conjunto. Por fim, a condução dos trabalhos da presente sessão restringiu a necessária reflexão sobre as implicações institucionais obre a adesão ou não ao Reuni, bem como acabou reforçando, via encaminhamentos de discussão e deliberação, práticas antidemocráticas a exemplo de votar sobre cumprimento de questões regimentais. Por tais motivos, e seguindo a deliberação do Conselho de Unidade do CED, voto contra que nossa Universidade adira ao Programa Reuni" (UFSC/CUn, 2007a).

O MEC, por meio da chamada pública nº 08/2007, tornou público o Reuni e convocou as Instituições Federais de Ensino Superior para a seleção pública de propostas. Segundo Perardt e Jacques (2012), a chamada pública apresentava “um escopo pré-definido que deveria ser seguido pelas instituições que tivessem interesse em aderir ao Reuni naquela época” (2012, p. 7). Para reforçar, ao escreverem sobre o processo decisório da adesão da UFSC ao Reuni, as mesmas autoras destacam que:

Esta aprovação não foi uma decisão unânime na época, pois assim como havia um grupo de pessoas favoráveis ao REUNI também existiam pessoas que eram contrárias à expansão da universidade do modo como o Programa propunha. Dessa forma, percebe-se que o processo de adesão ao REUNI foi bastante polêmico dentro da UFSC e teve grande repercussão pelo Brasil, inclusive porque outras universidades públicas também estavam enfrentando manifestações similares (2012, p. 7).

Segundo as *Diretrizes Gerais do Reuni*, a adesão ao programa era voluntária, ou seja, era uma opção para universidades federais que desejassem aprimorar a qualidade e a quantidade de sua oferta. Assim, o Reuni oferecia as instituições uma oportunidade para inovar o cenário de educação superior, permitindo novos mecanismos de seleção de estudantes, novas articulações curriculares e novos percursos formativos, permitindo que as universidades exercessem sua autonomia institucional para propor cursos novos, flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local, tornando possível utilizar, de forma mais eficiente, os recursos materiais e humanos existentes nas universidades (BRASIL, 2007).

De acordo com dados do Relatório de Gestão 2008, a UFSC confirma sua participação no Reuni. Destacando o comprometimento da instituição com o desenvolvimento e a transformação social, econômica política e cultural do estado de Santa Catarina, a UFSC aponta necessidades urgentes de melhoria na “infraestrutura técnica; concursos para preenchimento dos cargos de docentes; a ampliação de espaços físicos [...]; a aquisição de materiais de apoio ao funcionamento dos laboratórios; contratação de funcionários; acervo bibliográfico; entre outros”. Além disso, afirma ser “necessário repensar as nossas práticas pedagógicas pois a expansão não poderá ocorrer pela simples replicação do modelo atual” (UFSC, 2009, p. 51).

Dessa forma, a adesão ao Reuni foi vista pelos gestores da instituição como uma oportunidade de proporcionar mudanças significativas no contexto geral da universidade. “Através do REUNI será possível promover melhorias e criar novos cursos na UFSC, possibilitando uma educação de qualidade cada vez em maior sinergia com a sociedade e voltada para seu entorno social”. (UFSC, 2009, p.51)

Portanto, para elucidar e esclarecer como ocorreu o processo de adesão da UFSC ao Reuni, questionou-se os entrevistados como se desenvolveu o processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao Reuni. Nessa questão, o entrevistado E2, destacou que:

“não posso dizer que tenha sido de uma maneira completamente tranquila, embora todos os parâmetros mostrassem na época, a grande vantagem que a UFSC tinha em relação à adesão ao Reuni, porque nós já tínhamos números que outras

universidades conseguiriam com o Reuni. Isso fez com que na adesão ao Reuni do ponto de vista orçamentário e financeiro, a decisão fosse muito fácil. A gente já tinha parâmetros para receber o que na época, era o teto máximo do Reuni. Então isso facilitava” (E2).

Para a participação da elaboração da proposta de adesão da UFSC ao Reuni, foi criada uma comissão, tendo o pró-reitor de graduação da época como coordenador, “juntamente com a participação de Diretores de Centro, Coordenadores de Curso e Servidores Técnico-Administrativos que discutiram na Câmara de Ensino de Graduação (CEG)” (PERARDT; JACQUES, 2012, p. 9).

“a administração central convocou uma Reunião com os Diretores de Centro, para informá-los sobre a existência do Programa, e que a UFSC poderia participar por meio de uma proposta, e também para consultá-los sobre a participação ou não da UFSC, e de que maneira cada Centro gostaria de participar”. Naquela oportunidade, relata o entrevistado E1, “a administração central orientou os Diretores para que procurassem os seus Departamentos e Colegiados de Curso para então formularem as demandas de cada Unidade de Ensino”. O entrevistado E3 relatou que “de forma institucional foi realizada uma comunicação no CUn e na CEG, e constituído uma comissão para acolher as intenções de participar do REUNI” (PERARDT; JACQUES, 2012, p. 9).

Seguindo as respostas dos entrevistados sobre o processo de adesão, o entrevistado E8 detalha como se deu a discussão com os centros de ensino para construir coletivamente a proposta de adesão:

“a minha participação no Reuni na UFSC foi de divulgar, apresentar e discutir o Reuni nos Centros de Ensino e seus respectivos cursos, juntamente com diretores de centro, professores, técnicos-administrativos e estudantes. A apresentação e discussão tinha a finalidade de construir coletivamente a adesão dos centros de ensino com propostas de reestruturação e ampliação de vagas públicas no ensino superior. Uma das estratégias dessas discussões consistia em verificar a capacidade existente de pessoal e infraestrutura física de cada curso de graduação e suas respectivas demandas para propor a ampliação de oferta de vagas nos cursos já existentes e/ou criação de novos cursos.

Importante destacar que durante a minha atuação como Pró-reitor de Ensino de Graduação (2004-2008) participei ativamente no ForGrad – Fórum Nacional de Pró-reitores de ensino de graduação do Brasil, que reunia à época todas as instituições de ensino superior no Brasil de natureza pública e particular. Uma das atividades do ForGrad era de analisar, contribuir e propor melhorias nas condições da oferta e manutenção do ensino superior. No período de 2007 a 2008 assumi a Presidência do ForGrad e com a diretoria desse período, contribuimos com diversas atividades para dar ênfase na proposição e destinação de recursos para implementação do Reuni” (E8).

Após as reuniões com os centros de ensino, foi enviado para a reitoria um documento com as demandas levantadas por cada um deles, diante delas, “a administração central verificou a viabilidade de implantação daquilo que o cada Centro havia solicitado [...]

respeitando as especificidades de cada área, de acordo com o recurso que a UFSC tinha disponível” (PERARDT; JACQUES, 2012, p. 9). Cabe destacar, que o MEC havia imposto algumas limitações para o uso do recurso, por isso os levantamentos das demandas eram importantes para saber onde o recurso poderia ser aplicado. Após finalizar “a compatibilização de todas as demandas dos Centros, o entrevistado E1 reforça que foi realizada outra reunião com os Diretores de Centro, na qual se apresentou um mapa geral de como seria a proposta da UFSC após as sugestões de cada Centro”. (PERARDT; JACQUES, 2012, p. 9).

“em um primeiro momento, o da apresentação e da discussão da proposta junto aos centros de ensino, a maior dificuldade foi de contrastar o Reuni com as histórias e ações de desmonte da universidade pública, as recorrentes exigências de maior produtividade e de tentativas de empresariar a atividade da universidade. Também ocorreram discussões em prol das garantias para não precarizar ainda mais as condições de trabalho. Superadas essas discussões, que no meu entendimento muito contribuíram para o fortalecimento da unidade dos centros de ensino, apresentaram-se desafios de como cada departamento iria ou não propor sua adesão ao Reuni. Nessa primeira fase, que se caracteriza pela adesão ao Reuni na UFSC, a maioria dos departamentos fez a adesão pelo aumento de vagas nos respectivos cursos existentes, criação de cursos novos e de cursos com redefinição de estrutura curricular diferenciada” (E8).

O entrevistado E11, demonstrou uma visão muito positiva e a favor da adesão, destacando não entender o movimento contrário de alguns seguimentos da instituição:

“como é que alguém pode ser contra a expansão da universidade, criação de vagas e melhorias de infraestrutura? Não só nos *campi* do interior, mas também no campus da UFSC em Florianópolis.

Mas com bastante insistência do professor Lúcio, e graças a ele que insistiu e foi contra todas essas resistências, é que foi aprovado no conselho universitário o projeto, quase nos últimos dias, pois tinha um prazo para a universidade entrar. Então, mesmo com uma sessão muito tumultuada do conselho universitário, que teve que vencer as barreiras dos que eram contra a implantação do Reuni, mas foi aprovado e foi encaminhado ao MEC.

Ainda bem que houve essa insistência do professor Lúcio em conseguir, se não, teríamos um retrocesso muito grande, porque a maioria das universidades entraram na oportunidade de ter melhoria na infraestrutura, ter mais professores, mas técnicos, e além de expandir a universidade para o interior” (E11).

O entrevistado E9 reconhece que o programa era desconhecido pela universidade, e que mesmo considerando a adesão ao Reuni um importante passo para o crescimento da UFSC, ao mesmo tempo, considera que o curto prazo para aderir e cumprir as metas necessárias à adesão, fez com que não houvesse um planejamento sistemático.



“era dezembro, eu não consigo te precisar a data, mas o eu estava no exercício da pró-reitoria e o professor Ariovaldo me chama e diz assim: tem um programa do governo que se a gente aderir, nós vamos ganhar códigos de vaga para aumento de contratação na instituição. Aí nós começamos a entender o que era o Reuni. E havia naquela época muita preocupação com o processo de privatização das universidades. Havia um desentendimento total do que era o Reuni [...] e de várias reuniões que participamos no Ministério da Educação, no Ministério da economia, do Planejamento à época, nós chegamos à conclusão, nós e todas as universidades do país, que nós não tínhamos opção. O Reuni era uma política pública de expansão e de incentivo às universidades públicas federais, depois de um período nefasto para as universidades, onde os recursos eram mínimos.

Nós vivemos um processo de racionalização muito grande na década de 90, financeiramente junto às instituições, então era um momento de nós revitalizarmos a instituição. E a partir do momento que a Universidade Federal de Santa Catarina disse sim para o Reuni, nós vivemos um momento que nós chamávamos no interior da instituição de uma gincana. Nós tínhamos que fazer projetos para conseguir verba, para atingir as metas [...] não houve um planejamento sistemático. Para a comunidade externa, até pode ser que aparentemente houve, mas o interno foi uma loucura, mas foi um período em que a universidade teve a condição de se revitalizar, de buscar novos horizontes. Então, realmente foi um programa que trouxe muitos ganhos para a instituição, trouxe muito trabalho, de busca, de racionalização desse próprio recurso, de dar conta disso tudo, mas foi um ganho enorme” (E9).

Ainda em relação as justificativas para a adesão ao Reuni, os entrevistados foram questionados sobre quais principais motivadores da adesão. O entrevistado E1, destacou que, “ela tinha que aderir ao Reuni, não tinha como não aderir, todas já tinham aderido, era a única forma de garantir que chegasse algum dinheiro [...] nossas carências eram muito grandes [...] não tinha como não aderir” (E1). Já o entrevistado E3 destacou a relevância pública da adesão e afirmou que:

“a oportunidade de a universidade contribuir para o Estado com mais legitimidade, estando em diferentes localidades, a universidade sempre teve um papel muito importante no estado de Santa Catarina, sempre contribuiu muito para o estado de Santa Catarina, mas você consegue fazer isso melhor estando em diferentes localidades. Essa foi uma possibilidade a outra possibilidade foi aumentar o número de vagas. É universidade pública o ensino público é no Brasil tem um papel muito importante, porque ele tem muita qualidade, ele oferece a possibilidade de pessoas estudarem numa instituição de qualidade gratuitamente com pessoas qualificadas. Então, essa possibilidade de ampliar as vagas, ela foi percebida e muito bem percebida pela gestão da universidade. E por fim, a proposta do Reuni envolvia reestruturação, novos projetos pedagógicos e essa foi uma bela oportunidade também da universidade, sobretudo aí a partir da minha gestão, onde essas coisas se materializaram. Nós fizemos muito bom uso disso aí” (E3).

O entrevistado E8, assim definiu sua percepção da motivação para adesão:

“na minha percepção desde os anos de 1960 não houve nenhuma iniciativa e decisão política, oriunda da Presidência do Brasil, de expandir o ensino superior público. O Reuni como proposta de reestruturação e de expansão da universidade pública se deu no contexto de um governo de base popular cujas ações ocorreram por meio de vontade política de inclusão e de garantia dos direitos constitucionais. Nessa perspectiva histórica, mesmo que houvesse considerações a serem feitas ao Reuni,

não seria inteligente que as universidades não aderissem a essa proposta de ampliar, interiorizar e mobilizar ações para sua expansão com qualidade. O Programa em suas diretrizes, contemplava em parte as lutas históricas do movimento docente pela defesa, manutenção e ampliação da universidade pública e, isso exigiu um esforço e de participação da capacidade intelectual instalada no interior das universidades para garantir adequações e melhorias na proposta. O Reuni em essência, foi uma proposta contextual possível de execução em defesa da universidade pública, e isso para mim, constituiu uma mobilização para sua adequação e adesão” (E8).

O entrevistado E2, definiu o que considerou a maior motivação para o Reuni, “era sem dúvida nenhuma, aumentar o número de possibilidade de estudantes fazerem universidade pública e gratuita” (E2). Já o entrevistado E10, afirma que “a motivação da universidade era a oportunidade. E acho que fez muito bem em entrar. É claro se olhar o trabalho feito, poderia ter sido feito muito melhor do que foi feito, mas eles fizeram lá na naquele momento, o que dava para ser feito em função do prazo que se tinha para ingressar” (E10). O entrevistado E9, assim como outros, destaca que “o principal motivador, foi recurso financeiro, investimento no ensino, na graduação, investimento na ampliação dos cargos de docentes e técnicos e recursos para a construção dos *campi*, também tiveram as pactuações que refletiram também nessa possibilidade do Reuni” (E9).

Considerando as motivações para a adesão, enfatizadas pelos entrevistados, o questionamento seguinte foi direcionado as dificuldades observadas no processo de adesão. As respostas foram muito semelhantes, já que os segmentos que eram contra a adesão ao Reuni eram os mesmos.

“qual foi o grande obstáculo no meu olhar, o curto espaço de tempo e a falta de planejamento, nós não tínhamos tempo hábil para planejar e dar conta do que o governo nos instituiu. Então, tinha época que a gente colocava o que podia, fazia como podia para dar conta desse cronograma. Porque, de todas as universidades federais do país nós fomos umas das últimas que aderimos, todas aderiram, se não aderisse, não teria recurso. Todas aderiram, mas nós somos umas das últimas e vamos dizer assim, o retardar da adesão ao Reuni impactou no planejamento e na execução das nossas atividades também” (E9).

A fala do entrevistado E9 sobre a falta de tempo para um melhor planejamento do *Projeto Reuni/UFSC*, provocou a uma questão adicional que não estava prevista no roteiro. O MEC permitia mudanças e alterações no projeto no decorrer da sua execução? O entrevistado respondeu que “foi permitindo sim, mesmo assim, a gente tocava a instituição e, em paralelo, tocava as demandas do Reuni, não era uma dedicação exclusiva ao Reuni” (E9).

Três outros entrevistados, E2, E11 e E3, destacam sua visão em relação as dificuldades enfrentadas para a aceitação no Reuni na instituição, deixando claro que a resistência interna era maior do que a externa: “as dificuldades foram muito mais internas do que externas, foi a

resistência interna de docentes e discentes, e isso é muito estranho, porque essa resistência embora fosse governo Lula, ela vinha da esquerda, e isso foi uma das coisas que realmente a gente estranhou” (E2). “Havia as resistências internas, né? Que continuaram a impor dificuldade, mas isso foi vencido a partir do momento em que começaram de repente, a perceber qual era a realidade, o objeto principal do Reuni. As dificuldades foram de logística mesmo, do aspecto de implantação, de começar do zero” (E11).

“claro, a universidade é acostumada aqui em Florianópolis e sedimenta aqui e você tira a instituição dessa condição de conforto, sempre gera desconforto naquelas pessoas que precisavam se deslocar, ou dúvidas em relação ao passo que a universidade dava, mas essa é a partir da do momento em que é você se conscientiza e percebe que a universidade tem que estar à frente do seu tempo e tem que criar novas oportunidades e precisa de fato contribuir para o estado da melhor maneira possível e com o seu melhor potencial, você se entusiasma, se motiva e se encoraja para enfrentar esses desafios como nós enfrentamos, né? Achei que foi uma experiência bem sucedida” (E3).

O questionamento seguinte foi para saber como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros). E para complementar as falas dos entrevistados de como o programa foi recebido, questionou-se se houve resistência. Se sim, por parte de quem? E por quê?

Para os gestores que participaram do processo de adesão, as falas se assemelham muito em relação a forma como os diversos segmentos da instituição receberam o Reuni. Para o entrevistado E1, “teve resistência, e isso é natural no meio acadêmico e em qualquer lugar. Até hoje tem resistência em alguns pontos. Resistências se tornam, aos poucos, minoria e, às vezes, quando se torna minoria, a gente consegue caminhar melhor” (E1). O entrevistado E8 relembra que havia resistência por parte dos que desconheciam por completo a proposta do Reuni, resistências por convicções políticas, resistências pelo modo operacional do decreto, enfim resistências diversas irrigadas por um coletivo que é a comunidade acadêmica. “Entendo que as resistências são necessárias, porque são e devem ser democráticas e em sendo resistências responsáveis contrastam e apresentam argumentos, que em tese, podem contribuir para a melhoria das proposições” (E8). Da mesma forma, para o entrevistado E3, as resistências vinham da comunidade interna da UFSC em seus diferentes segmentos.

“essa percepção variada vinha dos três segmentos. Os estudantes, os que mais se manifestam, eles têm uma tendência a se manifestar, sempre desfavorável às iniciativas da administração. Então, há uma parcela grande dos estudantes, mas essa é menos ativa nos seus comentários, nas suas manifestações, mas uma parcela grande entendia que era benéfico. Mas em geral, aqueles que se manifestam

contrariamente, eles acabam se sobrepondo em uma voz que aparece com mais força. Os servidores técnico-administrativos de uma maneira geral se enquadravam naquele quadro que eu te mencionei, de aspecto variável, mas eles são mais propensos do que os professores a esses novos desafios. Tenho a impressão de que talvez a maior dificuldade possa ter vindo dos professores. Mas não acho que seja dificuldade não, os professores têm uma tendência a serem mais conservadores, né? Então, há uma desconfiança se aquilo ali foi um passo grande, né?” (E3).

Percebe-se, que as falas dos entrevistados em relação a resistência da comunidade acadêmica são sempre muito parecidas, afirmando que existiu resistência, mas que aos poucos foram sendo contornadas. Cabe destacar na fala do entrevistado E9 a relevância dada ao questionamento sobre as manifestações. Tal relevância, pode ser justificada pelo fato de, no momento das discussões e da adesão ao Reuni, esse entrevistado estar vinculado diretamente ao reitor, exercendo um cargo na pró-reitoria, o que permitiu vivenciar tais resistências com maior proximidade e riqueza de detalhes.

“olha, foi uma resistência enorme. E assim, isso é a vivacidade do que é uma universidade. Foi o maior “bate lata” da história. Nós ficamos presos dentro de uma sala do Conselho Universitário, tivemos que chamar a polícia federal, foi uma loucura. E por quê? Nós tínhamos saído de um de um governo onde o neoliberalismo restringiu demais o aparato financeiro junto às universidades. Havia uma desconfiança enorme das atividades do governo federal, então a comunidade teve um recuo e nós também não tínhamos clareza da segurança do Reuni. No entanto o reitor à época, que era o professor Lúcio, ele ouviu muito a comunidade. A Andifes estava muito insegura, mas ao final nós tivemos que aderir. E esse processo de adesão possibilitou que a gente tivesse um salto qualitativo nas nossas ações, enfim, mas como eu já te pontuei, com grande sacrifício [...] e o professor Lúcio Botelho ele tem uma personalidade que foi muito favorável naquele período, então, ele acolhia quem era contra, acolhia quem era a favor e a gente buscava caminho de interface para fazer uma vivência com todos esses aparatos de a favor e contra, para ver que caminho realmente nós íamos seguir” (E9).

Os entrevistados foram questionados posteriormente sobre a forma como a gestão administrou ou respondeu as resistências.

“penso que bem, porque foi um período muito duro, de invasões, transgressões etc. Foi um período duro, mas eu acho que sim, porque o que emergiu disso foi uma universidade mais difícil de ser gerida, porque ela virou um *multicampi*, mas com o número de vagas quase 1/3 maior. Então, de alguma maneira conseguiu se gerir bem, porque os Conselhos, na sua grande maioria, apoiaram. Se você olhar, por exemplo, o orçamento global da universidade de 2007, 2008 e adiante é um absurdo, né? No meu primeiro ano de gestão o orçamento da universidade foi 400 milhões. O primeiro ano Prata foi 1 bilhão e 200 mil. Se você olhar e esse tipo de arranjo, você vai ver que o número de alunos dividido pelo total de recursos, o Reuni foi uma vantagem gigantesca, do ponto de vista orçamentário, financeiro, é incontestável” (E2).

Os relatos demonstram que a gestão se empenhou em manter o diálogo para que o processo de adesão acontecesse de uma forma clara, onde os centros, departamentos e setores administrativos da instituição pudessem obter informações do que era o Reuni e quais suas propostas de expansão para a UFSC. “Foram feitas reuniões com as direções acadêmicas mostrando que não teria excesso de trabalho, porque haveria uma complementação de força de pessoal, docente e técnico. Mas tudo isso foi se construindo aos poucos” (E11). Por fim, o mesmo entrevistado destacou que “infelizmente a universidade tem setores que tem muita resistência ao que vem do governo. *Se vem do governo, não presta*” (E11). O entrevistado E9 segue a mesma linha de pensamento que os demais, e afirma que o diálogo na instituição existiu sim. “Foi muito diálogo, muita transparência, tudo o que nós sabíamos, nós socializávamos com a comunidade. A insegurança e as manifestações dos sindicatos eram prudentes, porque havia uma nuvem negra em tudo isso” (E9). Para corroborar com a afirmação, complementa: “Até a década de 90, nós não tínhamos dinheiro nenhum, nada. Nós não contratávamos, nós não potencializávamos em nada. A partir ali do início do início dos anos 2000, o surgimento do Reuni que é um processo de revitalização das universidades, um outro mundo se abriu” (E9). Na época, a privatização era um tema sombreava as instituições públicas de ensino superior e nesse momento se tornou um medo ainda mais forte na UFSC, a insegurança com a privatização. “Então foi esse o grande medo, o grande embate da comunidade. E o que a gestão fazia a época? Sentava, escutava e conversava. Os alunos invadiram e acamparam no hall da reitoria, os sindicatos os mantinham naquele espaço e em cada reunião do Conselho Universitário, havia invasões” (E9).

“sempre com diálogo, com a realização de diversas reuniões nos centros de ensino, nos departamentos, em centros acadêmicos. As respostas sempre foram pautadas pelo diálogo argumentativo em prol do objeto central do Reuni: a expansão da universidade pública e o conjunto de desafios apresentados a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira. O diálogo foi pautado como uma forma de agir e decidir em busca de resultado das disputas e consensos construídos. O resultado democrático desses embates, manifestações contrárias e favoráveis é de que o Reuni foi aprovado pelo Conselho Universitário, depois de aprovados nos centros de origem” (E8).

Alguns dos entrevistados falaram por diversas vezes do curto tempo que foi destinado para a elaboração do *Projeto Reuni/UFSC*, pois de acordo com eles, a UFSC aderiu ao Reuni bem no final do tempo permitido pelo MEC para adesão. Nesse aspecto, questionou-se aos entrevistados, como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC. Arelada a mesma pergunta, os entrevistados foram questionados se houve envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo.

As considerações relatadas pelos participantes da pesquisa defendem que houve participação efetiva da comunidade nesse processo. O entrevistado E1 salienta que sempre vão existir os que dizem que não houve envolvimento, “você sempre vai encontrar pessoas que vão te dizer que não houve envolvimento, que não foram chamadas” (E1). No entanto, destaca que “isso faz parte, até porque a gente compreender o Reuni também é importante porque tem que fazer uma revisão de como é que nós estávamos caminhando nos anos anteriores, com verba, com contratação de professores e servidores e com o abandono escolar” (E1).

O entrevistado E2, ao ser questionado a respeito da elaboração do projeto e do envolvimento da comunidade acadêmica, destacou a participação democrática do processo:

“esse foi bonito, foi bonito porque quando a gente saiu em maio de 2008, tinha um projeto pronto. Tinha um projeto pronto em direção à construção, quais os cursos etc., que foi simplesmente abandonado. Então tu já deves ter visto isso documentalmente, que está no nosso relatório, no último relatório da minha gestão, que inclusive, com quais os cursos que seriam implantados e o que foi implantado, não tem nada a ver com o que foi planejado na nossa gestão. Foi uma mudança, uma mudança completa”;

“teve, eu sou obrigado a reconhecer. Ela participou através dos Conselhos. Todas as coisas eram aprovadas nos devidos Conselhos. Não posso te dizer que deu de fazer grandes assembleias etc., para discutir. Essa uma grande questão, a questão da representação dentro da universidade. Eu vejo até hoje na universidade, a gente chama de participação democrática, abre etc., e aí o que acontece? As representações, em cada Reunião vai um diferente, e você começa a patinar e ter que explicar tudo para membro novo. Eu sempre brinco dizendo que democratismo é uma coisa muito presente na universidade. Entendo como uma questão participativa e democrática quando você coloca para discutir, pessoas que têm um linear de conhecimento sobre o tema a ser discutido. Então, algumas discussões, elas não podem ficar unicamente no terreno ideológico. E parece paradoxal, mas da ideologia para o sofismo é um passo. E as reuniões empacam ali” (E2).

Da mesma forma, o entrevistado E8 reconheceu o envolvimento da comunidade acadêmica através das instâncias representativas da universidade:

“de forma objetiva, a proposta de expansão da UFSC pelo Reuni se deu pela proposição de cursos pelos departamentos, encaminhados aos respectivos centros de ensino e, esses à gestão da UFSC, respeitadas as instâncias de discussões e de aprovações deliberativas. Após o recebimento das propostas, a gestão da UFSC compilou todas as propostas, suas demandas e responsabilidades, elaborou o Projeto UFSC de expansão e submeteu ao Conselho Universitário. Após a aprovação enviou a proposta ao MEC para agendar a data de assinatura de adesão da UFSC ao Reuni. E de forma subjetiva, de toda a comunidade acadêmica que em manifestações de rupturas e desafios, alargaram em compreensão a essência do Reuni como política de Estado para a educação superior”;

“sim, houve, por iniciativa própria, em todas as instâncias de participação da vida acadêmica, chamadas para discussões e debates sobre o Reuni, conforme situado anteriormente” (E8).

Por fim, para elucidar ainda mais a forma como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC, o entrevistado E11, assim como os demais, afirma que foram feitas muitas reuniões, e que sua participação era voltada mais a parte administrativa do projeto, mas acompanhou as discussões junto as pró-reitorias de ensino e graduação e da pós-graduação, afirmando que todas estavam envolvidas na discussão. “A própria comissão, com os envolvidos com os pró-reitores dessas áreas acadêmicas e administrativas, iam nas reuniões dos conselhos departamentais, e se explanava sobre projetos e detalhavam, respondiam as perguntas, dúvidas e tudo mais” (E11). O entrevistado destacou também que na pós-graduação, houve um incremento muito grande, porque foram distribuídas dezenas de bolsas de mestrado e doutorado para alunos com recursos especificamente do Reuni, assim como na graduação. “Envolveu todo mundo, e foi feito exaustivamente essa divulgação da implantação do Reuni nas nessas unidades acadêmicas, e todos os centros de ensino, inclusive na época, em colégios agrícolas que ainda existiam” (E11).

A partir dos diferentes questionamentos a respeito do processo de adesão do Reuni na UFSC, percebe-se certa sintonia entre as respostas dos entrevistados, mesmo entre gestores que atuaram em diferentes momentos. Existe um certo consenso que a adesão ocorreu de forma acelerada em função da UFSC ter iniciado o processo tardiamente. Em relação as motivações para adesão, os entrevistados apontaram para justificativas relacionadas as questões orçamentarias, a reposição de quadro de servidores técnicos e docentes, a expansão e recuperação da infraestrutura, o aumento de vagas em cursos de graduação, e a oportunidade de a universidade contribuir para Santa Catarina com mais legitimidade, estando em diferentes localidades do estado.

Quanto as percepções a respeito das dificuldades para adesão ao Reuni, os entrevistados demonstraram visões semelhantes. Segundo eles, a principal barreira enfrentada foi o curto espaço de tempo para planejamento e execução do cronograma exigido pelo governo. Entre as resistências percebidas, estavam o desconhecimento mais aprofundado da proposta e as divergências derivadas das incertezas a respeito dos possíveis impactos na sobrecarga de trabalho dos servidores.

Em relação a elaboração do projeto Reuni da UFSC e o envolvimento da comunidade acadêmica, os entrevistados destacaram que o processo seguiu os trâmites legais da instituição

e permitiu participação democrática através dos diferentes órgãos representativos da universidade.



## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo é dedicado à descrição, análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa, por meio de entrevistas com os Grupos 1, 2, 3 e 4, pelo acervo documental produzido pela UFSC sobre o Reuni, pelo conhecimento adquirido através dos pressupostos teóricos abordados na Fundamentação Teórica (Capítulo 2) e de acordo com o que foi explicitado nos procedimentos metodológicos (Capítulo 3).

Conforme já mencionado no capítulo anterior, o Capítulo 5 é dedicado as outras três categorias de análise: a implantação do Reuni na UFSC, a interiorização e as avaliações dos impactos do Reuni na UFSC. Essas três categorias ficaram separadas das duas primeiras, por estarem mais diretamente relacionadas com os resultados da implantação do Reuni na instituição.

### 5.1 IMPLANTAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E AVALIAÇÕES DO REUNI NA UFSC

Seguindo com a análise das categorias já apresentadas, a segunda parte detalhada no presente capítulo, aborda os elementos das outras três categorias (implantação do Reuni na UFSC, interiorização e avaliações dos impactos do Reuni na UFSC). No mesmo sentido das duas anteriores, a análise dos documentos produzidos pela UFSC, ocorre em diálogo com as respostas dos entrevistados em relação a cada conjunto de questões.

#### 5.1.1 Implantação do Reuni

O *Projeto Reuni/UFSC* foi encaminhado ao Ministério da Educação no ano de 2007 cumprindo todas as exigências legais previstas. No projeto enviado ao MEC, a UFSC respondeu de que forma atenderia cada uma das dimensões estabelecidas pelo Reuni. Com a aprovação do projeto e a garantia dos primeiros recursos, cabia a UFSC iniciar o processo de implantação das ações previstas pelo Reuni na instituição.

No projeto original da UFSC, a expansão da graduação, viabilizada pelos recursos do Reuni, deveria ocorrer através do aumento de vagas com a criação de novos cursos e com a ampliação de vagas em cursos já existentes, conforme representado a Tabela 12:

**Tabela 12 - Cronograma de execução apresentado no Projeto Reuni/UFSC**

Indicadores		2008/2	2009	2010	2011	Total	
Graduação Presencial	Novos Cursos	<b>Total</b>	3	12	4	1	<b>20</b>
		<b>Diurno</b>					<b>14</b>
		<b>Noturno</b>					<b>6</b>
	Ampliação das vagas anuais	<b>Total</b>	175	945	210	30	<b>1.360</b>

Fonte: Elaboração com base no *Projeto Reuni/UFSC* (UFSC, 2007).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 12, em relação as metas de ampliação de vagas, o *Projeto Reuni/UFSC* original visava a criação de 20 novos cursos de graduação, sendo 14 diurnos e 6 noturnos, além do aumento de 1.360 novas vagas. Entretanto, após apreciação do MEC, o projeto original sofreu ajustes em relação as metas previstas para ampliação de vagas. Com as alterações sugeridas pela Comissão de avaliação do MEC<sup>18</sup>, a UFSC apresentou uma nova projeção para ampliação de vagas, conforme a Tabela 13:

**Tabela 13 - Novo cronograma de execução apresentado ao MEC**

Indicadores		2008/2	2009	2010	2011	Total	
Graduação Presencial	Novos Cursos	<b>Total</b>	3	23	4	1	<b>31</b>
		<b>Diurno</b>	3	14	3	1	<b>21</b>
		<b>Noturno</b>	0	9	1	0	<b>10</b>
	Ampliação das vagas anuais	<b>Total</b>	175	1.495	210	30	<b>1.910</b>

Fonte: Elaboração com base no Balanço Projeto Reuni (2008-2009).

Entre as principais mudanças nas expectativas de ampliação de vagas nos cursos de graduação presenciais da UFSC, destacam-se o aumento de 20 para 31 novos cursos, 11 a mais do que estava previsto inicialmente e a expansão de 1.360 para 1.910 novas vagas, totalizando mais 580 vagas em relação a proposta inicial. Outra mudança significativa, foi a ampliação de 6 para 9 cursos noturnos.

Para compreender o processo de implantação do Reuni na UFSC de acordo com as previsões do *Projeto Reuni/UFSC*, perguntou-se aos entrevistados quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que formam definidas como prioridade no projeto Reuni da UFSC. Por quê?

O entrevistado E3 respondeu dando ênfase a parte acadêmica, destacando a criação de novos cursos e dos novos *campi* da UFSC:

<sup>18</sup> Comissão de Homologação dos Planos apresentados pelas universidades federais que aderiram ao Reuni, instituída pela Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2007 pela Secretaria de Educação Superior do MEC, constituída por professores e cientistas.

“nós definimos algumas estratégias que seriam condicionantes ao projeto que nós executaríamos, então nós criamos uma comissão para cuidar academicamente dessa expansão. É claro que tínhamos uma comissão para cuidar também administrativamente e também uma preocupação com a questão operacional. Uma vez que você defina como é que você faz para operacionalizar a universidade, onde é que ela vai ser criada? Nós vamos construir um prédio? Nós vamos comprar um prédio? E o que que nós vamos precisar em relação a isso, né? E você me pergunta sobre essa questão acadêmica, então nós montamos uma equipe coordenada pela professora Yara, que era a pró-reitora de graduação, e ela coordenou essa comissão, que era uma comissão que tinham pessoas das várias áreas de atuação e a partir daí, desdobrou-se várias iniciativas” (E3).

O mesmo entrevistado segue respondendo ao questionamento e detalhando qual foi a visão adotada da instituição na tentativa de inovar os cursos da UFSC fora da sede em Florianópolis:

“a primeira coisa que nós decidimos é que nós não iríamos simplesmente duplicar cursos existentes. Então, em geral, já estava definido que a universidade iria para Joinville, iria para Araranguá, foram compromissos assumidos pela gestão do professor Lúcio, e também para Curitiba. Então, nós mantivemos esses compromissos, tocamos as coisas para frente. A universidade honrou esses compromissos e não fez nenhuma revisão em relação a essas localidades. Bom, então, conversando com as comunidades, conversando com as localidades, conversando com os prefeitos, com as lideranças, com as diferentes entidades de classe comerciais setoriais sobre o que que precisava. É claro que a percepção deles era: nós precisamos de curso de medicina, precisamos de cursos de engenharia. Queriam replicar os melhores ou não os melhores, mas replicar os cursos mais concorridos nas suas instituições. Nós ouvimos isso e falávamos para eles: olha, não faz sentido a gente criar curso que simplesmente espelhe cursos existentes na nossa, na nossa matriz em Florianópolis. E aí eu penso que nós demos uma belíssima contribuição, porque nós, ao definirmos os cursos que iriam ser criados. E aí eu penso que nós criamos projetos muito inovadores” (E3).

O entrevistado E11 também concentra sua fala na área acadêmica, afirmando que a prioridade do projeto Reuni era a criação de novos cursos e a ampliação dos já existentes, e assim como o entrevistado E3, destacou que a UFSC não queria repetir os cursos já existentes na instituição e na universidade vizinha, a UDESC. A proposta era inovar:

“a prioridade eram os cursos, as licenciaturas e a ampliação de vagas em cursos existentes nas áreas de licenciatura, assim como a criação de cursos novos. Então, eram discutidos na Câmara de Graduação, na pró-reitoria de pós-graduação, a criação desses cursos, porque não queríamos repetir cursos, que já tinham na UFSC e na própria UDESC, queríamos cursos novos, como foi feito um em Joinville, em Curitiba e Araranguá. Nesse sentido, foi criada essa comissão, e eram discutidas a criação desses cursos, a aprovação e a implantação, e aí começava a fase de execução e a disponibilização das vagas no vestibular desses cursos” (E11).

Questionou-se então, se a prioridade era a criação de novos cursos acompanhada de uma infraestrutura adequada para abrigar essa ampliação. E ele assim respondeu:

“sim, também se pensou muito, e tinha também recursos para isso. Porque de nada adiantava ampliar vagas, e aluno não ter condições de permanecer na universidade, né? Teve um recurso, que veio específico para isso, para o apoio estudantil, moradia, alimentação, e para que ele permanecesse na universidade até o final do curso. Então, isso foi muito importante também, pois criou inúmeras bolsas para alunos de baixa renda, para que conseguissem permanecer na universidade e fazer o seu curso” (E11).

O entrevistado E10 respondeu essa pergunta com um olhar voltado ao meio em que estava inserido, e destacou que a prioridade da instituição era sim a criação de novas vagas e cursos, mas para isso, era necessário que houvesse uma infraestrutura para abrigar esses novos alunos, então, era necessário “correr contra o tempo” para deixar tudo pronto.

“a prioridade da infraestrutura física era para aqueles centros de ensino que tinham os cursos novos, né? E que as aulas iriam iniciar a partir de 2009, 2010. Então, a prioridade foi de construção de espaço e adequação de espaços para atender e poder receber esses alunos. Nos *campi* a mesma situação, os alunos começaram a entrar em 2009 em ambiente locado, né? E a gente correndo para tentar construir e equipar. Araranguá e Curitibanos, com exceção de Joinville, mas Araranguá e Curitibanos conseguiu-se inaugurar as obras e colocar os alunos acho que em 2010, por aí, na estrutura nova. As salas de aula conseguimos entregar, mas faltou ainda a parte administrativa” (E10).

Para finalizar as considerações acerca do questionamento referente as prioridades do projeto Reuni na UFSC, o entrevistado E9 também traz considerações voltadas ao ambiente ao qual estava inserido, dando ênfase a necessidade do aumento do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, assim como a abertura de vagas para cargos que a UFSC não possuía e cada vez mais se tornava uma demanda constante:

“eu me lembro que na nossa área, estou falando com olhar muito PRDHS, né? Na época era ampliação dos cargos, ampliar a qualidade dos cargos técnicos na instituição e no docente também. Essa foi a grande potencialidade na área de gestão de pessoas, ampliar, ampliar para dar conta das exigências da academia para dar conta do desenvolvimento da própria instituição. Então, a gente ampliou o máximo que podíamos tanto da área acadêmica quanto da área administra. Claro, e também fizemos algumas reposições, né? Muitas reposições, porque com a década de 90 houve uma aposentadoria em massa e com isso afetou grandemente o quadro da instituição” (E9).

A segunda pergunta em relação a implantação do Reuni, foi como se deu a definição/escolha dos novos cursos de graduação. Esse questionamento teve respostas muito semelhantes. A maioria dos entrevistados destacou que para a escolha dos novos cursos de

graduação, se pensou em Bacharelados Interdisciplinares (BI)<sup>19</sup>, “nos moldes dos ciclos básicos propostos no Processo de Bolonha (1999). Essa proposta teve lugar estratégico no processo de expansão defendido pelo *Reuni/UFSC*. Até 2012 os três cursos de BI foram responsáveis por quase 20% das novas vagas criadas na graduação” (SILVA, 2014a, p. 112).

Para o entrevistado E1 a escolha dos cursos teve relação com Processo de Bolonha. O entrevistado E3, em sua fala, corrobora com a ideia da necessidade de inovação da UFSC com a criação de cursos interdisciplinares.

“a gente tem que lembrar que naquele tempo se estava baseado um pouco no Tratado de Bolonha, que universalizou o modelo europeu. No Brasil, no MEC, na expansão, estava a visão de bacharelados interdisciplinares ou não. Então, várias IES tinham organizado a visão do bacharelado. Na sede aqui a gente não conseguiu repensar isso, mas nos campi foi pensado um bacharelado em cada um dos três. Em Araranguá era mais tecnologia da Informação, em Joinville Engenharia de Mobilidade, e em Curitibanos Ciências Rurais. Mas a aceitação disso é muito difícil com o passar do tempo, apesar de que eu até hoje compactuo que ele é importante, muitos países têm isso, o próprio Estados Unidos, né? Em que existe uma parte básica de que você depois pode direcionar diferentes cursos ou você também pode ficar só aquela parte que eu estou chamando de básica que normalmente são três anos que já te dão um diploma. Isso também foi visto como muito importante porque nós temos muito evasão no ensino superior. E talvez tenha muita gente, chegou quase o final do curso e não tem nenhum diploma. E talvez fizesse justo. Então foi nessa concepção. Eu sei que algumas universidades conseguiram, a federal de Juiz de Fora foi uma que implantou e até hoje eles têm uma boa organização nisso. Em outras várias também” (E1).

“Joinville queria muito ênfase na engenharia, e nós falamos o seguinte, olha, nós não vamos criar um curso de engenharia tradicional, nós vamos identificar uma área importante da engenharia, que é a mobilidade. E a mobilidade é de coisas, de pessoas, de produtos, de mercadorias, e isso nós estamos falando da engenharia do futuro. Vamos criar um centro de engenharia da mobilidade, e aí era uma questão temática e a maneira como a pessoa ingressava na universidade também foi uma maneira muito original, porque o sujeito fazia a opção pela engenharia de mobilidade. E uma vez que ele era aprovado os dois primeiros anos ele tinha noções básicas de engenharia, de mobilidade. Porque quando você pensa em mobilidade, você sempre tem um veículo que vai ser o responsável por um deslocamento. E se você está pensando em veículo, esse veículo tem que ter uma tração, tem que uma maneira de abrigar as pessoas, tem que ser capaz de parar de se direcionar e também tem uma questão de infraestrutura, porque se você está falando que o veículo é o avião, você precisa ter um aeroporto, se o veículo é um trem, você precisa de uma estação. Então, as questões de logística. O sujeito passava a fase inicial e com essa visão geral da mobilidade depois ele decidia se ele ia para uma engenharia mais veicular ou engenharia mais de sistemas. Se ele fizesse uma opção de sistemas, num segundo momento, ele ia trabalhar com a infraestrutura civil, com portos, com aeroportos ou com a engenharia de logística, isso se ele fizesse a opção de sistema. Se ele fizer a opção veicular, ele ia estudar engenharia veicular e, num segundo momento, ele ia fazer a opção pelo veículo. Exemplo: eu quero ser engenheiro automobilístico, eu quero ser engenheiro naval, eu quero ser engenheiro ferroviário, eu quero ser engenheiro aeroespacial, quero ser engenheiro mecatrônico para estudar a parte eletrônica dos veículos e assim foi feito. Então, nós criamos um curso

<sup>19</sup> Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade (*Campus* de Joinville), Bacharelado Interdisciplinar em Tecnologias da Informação e Comunicação (*Campus* de Araranguá) e Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Rurais (*Campus* de Curitibanos), todos com duração de três anos (UFSC, 2014).

muito original e depois da concepção desse curso pelo próprio grupo da UFSC, que fez uma belíssima proposta é que nós implantamos nisso. Eu dei várias palestras no Brasil e até fora sobre o sucesso desse nosso curso. E penso que, de fato, ele teve muito sucesso” (E3).

Diante das falas dos entrevistados sobre o processo de escolha e definição dos cursos que seriam implantados na UFSC com os recursos advindos do Reuni, é notável que a administração tinha suas prioridades e deixava claro seu interesse em implantar cursos inovadores e bacharelados interdisciplinares, mas que esses cursos inovadores seriam implantados, prioritariamente, nos novos *campi*. Mesmo assim, segundo alguns entrevistados que foram questionados sobre o assunto, apesar da tomada de decisão ter sido realizada por cada setor de ensino, a universidade não agiu de forma arbitrária, baseando suas decisões a partir de demandas e expectativas de cada região.

“eu participei de algumas reuniões, mas isso ficou muito a encargo do gabinete do reitor junto com a pró-reitoria de ensino e graduação com a professora Yara. Então, eu participei de algumas reuniões, mas a tomada de decisão vinha dos centros de ensino. Dos centros de ensino passava pela pró-reitoria de graduação, daí ao gabinete do reitor, e o reitor me chamava para potencializar esse planejamento, que veio da área do ensino, né? Então, às vezes a nossa tomada de decisão passava se era possível, se não era possível, se era viável, se não era viável, mas sempre nessa tônica dessa parceria. A gente participava dessa tomada de decisão, mas após essa grande triagem, que era os centros de ensino, a pró-reitoria de graduação e depois vinha para nós, para o provimento e a busca de vaga” (E9).

“a escolha dos cursos foi discutida amplamente. A reitoria fez propostas através dessa comissão, e essas propostas foram discutidas e aprimoradas pela comunidade universitária, né? Isso é diferente de você perguntar para a comunidade universitária o seguinte: quais são os cursos que nós vamos criar? Então a universidade teve e eu penso que a boa gestão é essa, né? Onde o gestor propõe uma certa visão, uma certa estratégia, e submete essa visão e essa estratégia, há comentários críticas e alterações que vêm da comunidade. E assim foi feito, né? Por isso é que acabou tendo. Uma aceitação muito ampla. O Reuni na medida que ele foi sendo implantado, ele teve muito apoio da comunidade, do conselho universitário. Nós nunca tivemos problema algum em relação a própria estrutura da universidade não querer que determinadas coisas ocorressem” (E3).

Ao finalizar as suas considerações sobre a definição dos novos cursos, o entrevistado E3 antecipou uma pergunta que poderia ser feita posteriormente, e deu seu parecer sobre como se deu de fato a aplicabilidade da inovação:

“e o que aconteceu? já respondendo talvez uma futura pergunta que você possa me fazer, o que aconteceu com o passar do tempo? As pessoas têm dificuldade com a mudança, aí você pega uma pessoa do curso, que foi formado em engenharia ferroviária, que fez em uma boa escola, aí ele quer chegar lá em Joinville e já quer o “quadrado” dele, ele não quer inserir a engenharia ferroviária num contexto de engenharia da mobilidade, ele já quer desde o início ficar pensando naquilo ali. Então, hoje não existe mais esse curso com essa proposta da maneira que eu estou

lhe falando. Hoje, o aluno já num primeiro momento, faz a opção para engenharia automobilística, ferroviária, naval, engenharia de infraestrutura e logística. Nós já estamos falando aí de mais de 10 anos e hoje o conteúdo programático já separou um pouco as coisas em disciplinas, mas segue existindo o centro de mobilidade e aquela proposta inicial, ela é abrigada de diferentes formas, né? Então nós fizemos essa opção por Joinville. Em Araranguá, o pessoal queria curso de engenharia também e aí nós contemplamos a área de energia. E foi muito bem sucedido. Em Curitiba, nós também tivemos essa proposta e contemplamos inclusive cursos que a UFSC não tinha, como veterinária. Então, nós expandimos a universidade com Reuni inclusive em áreas de atuação, onde a universidade não tinha tradição. Então, o Reuni foi muito positivo para a universidade de uma maneira ampliada, porque ela passou a atuar em áreas onde ela que ela não abrigava na sua sede aqui em Florianópolis, então nós demos essa visão original para os três *campi* da universidade, e com isso nós satisfizemos essa premissa de que, olha, vamos fazer uma coisa diferenciada, vamos estimular as pessoas que vão para lá a pensar em novas propostas, né? Porque isso nos alimenta também alimenta a sede. Então assim foi feito, essa visão programática e essas decisões, né? E é claro que isso passou pela Câmara de graduação e foi discutida amplamente” (E3).

Seguindo com as entrevistas, a pergunta seguinte foi sobre como foi estruturada a equipe de implantação e avaliação do Reuni. Esse questionamento foi feito para os participantes dos Grupos 1, 2 e 4, pois estes foram os que de alguma forma participaram dessa etapa do projeto Reuni. Mesmo envolvidos nessa etapa do processo, os entrevistados não tinham muita informação sobre essa parte do projeto. O entrevistado E1 disse que não se recordava da forma como foram estruturadas essas equipes. O entrevistado E2 disse não ter participado desse processo. O entrevistado E3, pertencente ao Grupo 2, trouxe ponderações somente sobre como foi formada a equipe de avaliação do Reuni:

“nós temos uma experiência grande e a avaliação pelos programas federais que a gente tem. Então, a universidade tem competência pelas suas Câmaras, pelos profissionais que atuam em avaliação. Então, o que nós contemplamos foi a diversidade, a diversidade de formação, a diversidade de experiência também, né? Você quando monta as equipes de avaliação, você tem a preocupação de contemplar as possíveis diversidade. As diversidades mais tradicionais, de gêneros, as de diversidades de idade também é muito importante, né? Porque a pessoa mais nova traz um pensamento que, em geral, é diferente da pessoa mais velha, e a nossa universidade foi muito pioneira na inclusão social. E essa experiência permeia em tudo aquilo que a gente fazia ali, então nós não tivemos dificuldade com isso” (E3).

O questionamento sobre a equipe de avaliação e implantação do Reuni foi feito para o entrevistado E8 que também não soube responder. O entrevistado E10 lembra que “tinha uma comissão que era responsável pela implementação e tinha um outro grupo coordenado pelo vice-reitor e mais três participantes”. O entrevistado E9 afirma que havia uma comissão própria para a avaliação do Reuni, pois a UFSC precisava responder aos órgãos de controle e ao MEC, onde e de que forma o recurso estava sendo aplicado.

“tinha uma comissão própria de avaliação vinculada ao gabinete do reitor e a SEPLAN. Tinha uma comissão própria para isto, porque nós tínhamos que dar retorno aos órgãos de controle e ao próprio Ministério da Educação das atividades implementadas. Grosseiramente assim: vinha uma planilha, de previsão orçamentária, aí a gente tinha até tal período para apresentar um projeto. Aí depois o próprio MEC nos mandava um formulário de avaliação do uso desse recurso. Então, essa comissão interna gerenciava esse planejamento e daí depois a gente encaminhava ainda para os relatórios do TCU e CGU. Para você ter ideia, eu saí em 2022 da pró-reitoria, e ainda respondia relatório do Reuni junto aos órgãos de controle. Controle sobre contratação, enfim, para onde foi, o que foi feito etc. O Reuni acabou, mas o processo de avaliação ainda não” (E9).

Por fim, para encerrar os questionamentos sobre o processo de implantação do Reuni na UFSC, perguntou-se aos gestores se o Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas *Diretrizes Gerais do Reuni*.

Sobre essa pergunta, é importante destacar que apesar do questionamento ter sido o mesmo a todos os entrevistados, cada um deles respondeu a partir das suas experiências relacionadas a função que exercia no contexto de implantação do projeto Reuni.

Apesar da previsão de construção de diversas novas instalações, segundo o entrevistado E10, algumas delas acabaram não sendo executadas. O entrevistado afirma que a principal dificuldade enfrentada, vinculada ao setor onde atuava como gestor, se deu pela demora na aprovação dos projetos de infraestrutura fundamentais para a instalação dos novos cursos previstos pela universidade.

“teve várias estruturas que não conseguiram ser realizadas. Porque tudo dependia dos projetos arquitetônicos e complementares. Foi aberta uma licitação e ganhou uma empresa de Porto Alegre, e aí, essa empresa entregava os projetos e a equipe de arquitetura e engenharia da universidade conferiam. E isso demorou demais, às vezes a equipe da universidade demorava seis meses para dar retorno. Isso era um problema e é até hoje ainda, pois se você for fazer uma pesquisa com qualquer diretor de centro, você vai encontrar a reclamação da equipe de engenharia e arquitetura, e isso é uma área difícil de ser trabalhada” (E10).

A percepção do entrevistado E10 em relação as razões para a não execução de algumas obras de infraestrutura, previstas pelo projeto, vai ao encontro das informações apresentadas pelo Relatório de Gestão da UFSC em 2010, que destaca as dificuldades em função das licitações. De acordo com o relatório, os problemas de execução de obras foram justificados pelas “dificuldades na realização dos processos licitatórios e atraso na elaboração dos projetos de obras” (UFSC, 2011, p.49).

O entrevistado E11 acredita que todas as propostas apresentadas foram cumpridas, dando destaque apenas para a dificuldade de implantação do campus de Joinville, assim como



o entrevistado E3 que também destacou a dificuldade da universidade se instalar na cidade de Joinville.

“olha, a exceção de Joinville, né? Por que como muda reitor aqui na UFSC, muda dirigentes de Brasília também né? E com visões um pouco diferenciadas. Mas da parte da universidade, o que estava sendo proposto foi tudo implantado, com exceção de Joinville que deu problema na questão do terreno e também da própria logística de cursos que são cursos notadamente da engenharia, né, e são cursos que dependem também de estruturas diferenciadas, de laboratórios etc. Mas isso não impediu que se implantasse a estrutura, mesmo que em locais alugados ou cedidos. Mas acredito que ainda vá se concluir aquele campus ali” (E11).

“não, que eu me recorde, mas não quer dizer que nós não tenhamos tido dificuldade. Mas é claro, eu estou falando isso para você de memória. Porque nós, nos preocupávamos com isso. E que o nosso projeto fosse um projeto bem aceito pelo Ministério da educação e que a gente atendesse o edital. Isso não quer dizer que nós não tenhamos tido dificuldades. Tivemos algumas dificuldades, principalmente em relação ao espaço físico. Então nós tivemos dificuldades tanto em Araranguá, mas sobretudo em Joinville. Porque nós, nós recebemos da prefeitura, um terreno, a doação de um terreno, tentamos viabilizar o campus nesse terreno, o terreno da curva do arroz, e tivemos dificuldade. Como o projeto era um projeto que tinha um prazo de execução muito curto, nós tocamos a parte acadêmica, vestibular, seleção de professores em paralelo com a questão de infraestrutura, questão administrativa. Chegou a hora de começar as aulas, nós não tínhamos as instalações prontas, então nós tivemos que alugar espaços, e fizemos isso, e os espaços não foram definitivos, né? Hoje nós estamos num determinado espaço, se eu não me engano, foi o terceiro espaço em 10 anos. Estamos bem lá no parque as instalações são ótimas. Mas nós gostaríamos de ter construído as nossas próprias instalações na curva da do arroz, porque era uma área muito grande e nós entendíamos que a universidade tem esse papel também de interferir no desenvolvimento da cidade. Nós percebíamos que a cidade poderia crescer naquela direção, e aquela direção estava mais próxima de Florianópolis, mais próxima de São Francisco, mais próxima de Jaraguá do Sul, para atender ali a região. Mas não tivemos sucesso, né? Tivemos uma série de problemas ligados ao terreno, enfim. Em Araranguá também, né? Nós construímos alguns prédios, alugamos outros, porque quando você fala na comunidade universitária, você tem que contemplar todas as demandas, né? E pensar em alojamento, pensar onde os estudantes vão se alimentar, como é que eles chegam ali naquele lugar, né? Então, em Curitiba, nós construímos esse, talvez tenha sido o campus onde nós tenhamos tido menos problema, né, que nos foi doado um terreno que nós construímos, edificamos e ele funcionou super bem” (E3).

Já para o entrevistado E9, uma das propostas apresentadas pelo Reuni que não foi contemplada diz respeito a contratação de docentes e técnicos previstos para a instituição.

“analisando pelo olhar da gestão de pessoas, a contratação de alguns docentes para alguns cursos da instituição, aqui na sede, e também algumas contratações para Araranguá, por exemplo, Blumenau, Joinville foi menos, mas Araranguá, Blumenau, Curitiba, alguns pactos não foram cumpridos. Com a mudança do governo federal e com a finalização do Reuni, alguns pactos, não foram cumpridos e daí ficou a carência de alguns cursos sim. O curso de medicina, por exemplo de Araranguá, não sei como está hoje, mas até 2021, 2022 ainda estávamos remando para contratar os docentes e técnicos que o planejamento do curso exigia e a gente

não deu conta porque não tinha recurso, não tinha código de vaga, enfim. Por isso, tu que vai ser mestre em gestão universitária, cada gestão tem seu processo de autonomia. A política pública está aqui, a política institucional está aqui, mas ele tem seu processo de autonomia. Então, de uma gestão para outra, houve fragilidade em algumas tomadas de decisão” (E9).

De acordo com o *Projeto Reuni/UFSC*, a contratação de servidores docentes e técnicos deveria atender a demanda gerada com a ampliação do número de cursos existentes e com a abertura dos novos cursos. No cronograma apresentado pelo projeto, estavam previstos até 2012 a contratação de 400 novos professores efetivos, 85 professores visitantes, 100 servidores de nível médio e 140 servidores de nível superior (UFSC, 2007). No entanto, como apontou o entrevistado E9, as contratações previstas não foram executadas em sua totalidade. Os balanços do Reuni na UFSC, 2008-2009 e 2010-2011, disponíveis na página oficial do Reuni na UFSC (UFSC, 2009a; UFSC, 2011a), apresentam as tabelas referentes as contratações sem o preenchimento das informações correspondentes.

Ainda em relação a implantação do Reuni na UFSC, é possível perceber diferenças importantes entre os cursos inicialmente propostos pelo projeto encaminhado ao MEC e os efetivamente implantados pela instituição. Para elucidar essas mudanças, o Quadro 8, apresentado a seguir, destaca os cursos previstos, os realmente criados em cada campus, e a situação atual do curso em 2022.

**Quadro 8 - Quadro de cursos Projeto Reuni/UFSC**

<b>Cursos previstos no Projeto Reuni/UFSC</b>	<b>Cursos criados</b>	<b>Situação em 2022</b>
<b>CAMPUS FLORIANÓPOLIS</b>		
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Ciências e Tecnologia Agroalimentar	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Zootecnia	Zootecnia	Zootecnia
Licenciatura em Ciências Rurais	Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura em Ciências Biológicas
Artes Cênicas	Artes Cênicas	Artes Cênicas
Animação Digital	Design de Animação	Animação
Design de Produtos	Design de Produtos	Design de Produtos
Licenciatura em Letras Libras	Letras Libras - Licenciatura Letras Libras - Bacharelado	Letras Libras - Licenciatura Letras Libras - Bacharelado
Fonoaudiologia	Fonoaudiologia	Fonoaudiologia
Arquivologia	Arquivologia	Arquivologia
Educação do Campo	Educação do Campo	Educação do Campo
Oceanografia	Oceanografia	Oceanografia
Música	Antropologia	Antropologia
Fisioterapia	Geologia	Geologia
Museologia	Museologia	Museologia
Licenciatura Indígena	Licenciatura dos Povos Indígenas do sul da Mata Atlântica	Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica
Licenciatura em Informática	Meteorologia	Meteorologia
Ciências Rurais	Química Licenciatura	Licenciatura em Química
Relações Internacionais	Relações Internacionais	Relações Internacionais
Engenharia Naval	Engenharia Eletrônica	Engenharia Eletrônica
<b>CAMPUS JOINVILLE</b>		
Sistemas de Informações	Engenharia da Mobilidade	Engenharia Aeroespacial
Licenciatura Indígena		Engenharia Automotiva
Licenciatura em História		Engenharia Ferroviária e Metroviária
Engenharia Naval		Engenharia Naval
Engenharia Química		Engenharia Mecatrônica
Engenharia de Controle e Automação		Engenharia de Infraestrutura
		Engenharia de Transporte e Logística
		Bacharelado em Ciência e Tecnologia
<b>CAMPUS ARARANGUÁ</b>		
Administração	Engenharia de Energia	Engenharia de Energia
Relações Internacionais	Engenharia da Computação	Engenharia da Computação
Ecoturismo	Fisioterapia	Fisioterapia
	Tecnologias da Informação e Comunicação	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>CAMPUS CURITIBANOS</b>		
Ciências Rurais	Ciências Rurais	Engenharia Florestal
Ciências e Tecnologia de Alimentos		Agronomia
		Medicina Veterinária

Fonte: Balanço do Programa Reuni 2010-2011 (UFSC, 2011a).

O Quadro 8 evidencia que muitos dos novos cursos previstos no projeto original acabaram sendo substituídos por outros durante o processo de implantação do Reuni na UFSC. Como é possível observar, as mudanças ocorreram nos quatro *campi*, mas foram mais acentuadas em Araranguá e Joinville. As possíveis justificativas para as mudanças nos cursos

planejados originalmente nessas cidades, são aprofundadas com as respostas dos gestores aos questionamentos sobre o processo de interiorização da UFSC, abordado no item referente ao assunto.

A partir dos diferentes questionamentos a respeito do processo de implantação do Reuni na UFSC, é possível perceber que em alguns momentos as falas dos gestores se assemelham e em outros se distanciam. A distância não se refere a divergências, mas sim, no olhar do gestor de acordo com o setor em que estava envolvido. A prioridade eram as vagas e os cursos, mas para o gestor do setor de pessoal, também era preciso garantir professores e técnicos para atender os novos alunos. Da mesma forma, para o entrevistado ligado ao setor de obras, era necessário garantir recursos para execução das instalações previstas para a ampliação pretendida. As semelhanças podem ser observadas quando os entrevistados são questionados a respeito das prioridades definidas pela universidade na construção do *Projeto Reuni/UFSC*. Existe um consenso que o principal resultado a ser alcançado com a implantação do Reuni seria a parte acadêmica da instituição, com a criação de novos cursos e novas vagas, além da ampliação dos cursos já existentes. Outra prioridade relacionada a área acadêmica, seria a inovação na criação de cursos, para não repetir os já existentes na sede em Florianópolis.

Em relação a definição e escolha dos novos cursos de graduação, os entrevistados apontaram justificativas muito semelhantes. A principal delas estava relacionada a oportunidade de criação de bacharelados interdisciplinares nos moldes dos ciclos básicos do Tratado de Bolonha. Mais uma vez, as falas vinham acompanhadas da necessidade de inovação da instituição. Cabe destacar, que os cursos inovadores seriam prioritariamente implantados nos novos *campi*.

Quanto as percepções a respeito das equipes de implantação e avaliação do Reuni na UFSC, a maioria dos entrevistados não recordava como essas equipes foram estruturadas, mas destacam que a UFSC tem uma experiência grande em avaliação, e que as equipes eram compostas por pessoas competentes com a preocupação em contemplar as possíveis diversidades. Por fim, em relação ao questionamento sobre alguma proposta (dimensão) que não foi contemplada nas *Diretrizes Gerais do Reuni*, os entrevistados tiveram respostas bem diferentes, pois cada um analisou de acordo com suas experiências no cargo que exercia na instituição quando o Reuni estava sendo implantado. As respostas variam entre a não execução de obras previstas, obras inacabadas e o não cumprimento da contratação de docentes e técnicos previstos no projeto.

Encerradas as questões sobre o processo de implantação do Reuni na UFSC, os questionamentos a seguir tratam sobre o processo de interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina.

### 5.1.2 Interiorização

No *Projeto Reuni/UFSC* aprovado e enviado ao SESu, a primeira meta definida na dimensão Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública, para o período de 2008.2-2012, consistia em implantar três Campi Avançados - Araranguá, Curitibanos e Joinville (UFSC, 2007). No Relatório de Gestão 2008 da universidade, já é possível perceber as considerações acerca da importância do Reuni para cumprir as ações previstas no projeto relacionadas a ampliação da oferta de cursos e vagas, assim como, alcançar a meta de interiorizar. Além disso, o relatório demonstrava também, o que já havia sido feito em relação aos cursos que seriam oferecidos em cada *campi*.

De acordo com o projeto REUNI, aprovado pelo MEC em 19 de dezembro de 2007, e considerando as atividades desse programa vinculadas à PREG, a UFSC pretende alcançar as seguintes metas de expansão no período 2008 - 2012:

Meta 1: Implantar três Campi Avançados - Araranguá, Curitibanos e Joinville. A UFSC está implantando os Campi, estando previsto o início das aulas para o segundo semestre de 2009. Os cursos que serão oferecidos em Araranguá e Joinville já foram aprovados pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG/PREG) e o projeto de Curitibanos será avaliado por esta instância em fevereiro de 2009.

Meta 2: Ampliar as vagas no concurso vestibular, seja pela criação de cursos novos ou pela expansão de vagas nos cursos já existentes. No ano de 2008 foram ampliadas 175 vagas, e no vestibular realizado em dezembro de 2008, para ingresso nos primeiro e segundo semestres de 2009 em cursos na UFSC, foram ampliadas 476 vagas. Está previsto um vestibular para o mês de junho de 2009, para ingresso nos cursos novos da UFSC e nos três *Campi* (UFSC, 2009, p. 52).

Assim, para elucidar e esclarecer como ocorreu esse processo, questionou-se os entrevistados a respeito de como se deu a definição da escolha dos novos *campi* da UFSC.

É necessário destacar, que as nove questões referentes ao processo de interiorização, não foram realizadas a todos os quatro grupos. Conforme consta no instrumento de coleta de dados, tais questões foram direcionadas especificamente aos atores participantes do processo de interiorização. Foram realizadas duas questões para os gestores do Grupo 2, uma questão, relacionada a avaliação do Reuni, para todos os grupos, e oito das nove questões foram realizadas exclusivamente para o Grupo 3, onde se encontram os gestores vinculados diretamente aos quatro *campi* da UFSC criados a partir do Reuni.

O entrevistado E2, no início da entrevista, ao dar um apanhado geral sobre o que foi o Reuni na UFSC, mencionou que a interiorização da universidade já havia começado muito antes do Reuni, e que “o Reuni foi a cereja do bolo”, pois em 2003, em um voo para Brasília, o então reitor da UFSC professor Rodolfo Pinto da Luz, foi questionado pelo Deputado Federal Jorge Boeira sobre a interiorização da universidade, e o mesmo respondeu que ela não acontecia, principalmente pela falta de recursos financeiros. Diante desta resposta, Boeira destinou uma emenda parlamentar, ainda em 2003, que pode ser considerada o passo inicial para a discussão sobre a interiorização da UFSC.

No ano seguinte, com a gestão do Prof. Lúcio José Botelho, reitor no período de 2004-2008, os recursos foram aplicados em projetos de extensão. De acordo com entrevistado E2, na época, ele pediu a coordenadora de planejamento da Secretaria de Estado da Educação, “o levantamento de quantos professores empíricos havia na rede pública, de biologia, física, química e matemática. E nós chegamos à conclusão de que quase 60% dos professores eram empíricos, não tinham formação. E foi aí que surgiu o grande projeto de interiorização da universidade”. Diante desse cenário, o Prof. Lúcio Botelho propôs ao Deputado Federal Jorge Boeira, em 2004, que os recursos de sua emenda fossem aplicados inicialmente, na criação de um sistema de educação a distância com o objetivo de graduar esses professores do ensino básico do estado de Santa Catarina que não tinham nível superior (E2).

De acordo com o entrevistado E2, a expansão da UFSC iniciou-se nos anos de 2005/2006 com a inauguração de polos de educação a distância nas cidades de: Araranguá, Criciúma, Tubarão, Lages, Palhoça, Joinville, Canoinhas, Laguna, Turvo, Canoinhas, Chapecó, Braço do Norte, Pouso Redondo, Praia Grande, Blumenau e Jaraguá do Sul.

“com os cursos à distância em dezesseis polos, a gente aumentou o número de matrícula para licenciatura nessas quatro áreas (biologia, física, química e matemática) de forma muito intensa, vagas EAD. Na continuidade das discussões, nós propusemos, e a primeira vez que nós falamos sobre isso, foi no fórum parlamentar catarinense em Brasília. A gente propôs uma interiorização da universidade. Na época, o ministro Haddad havia interesse já da expansão e havia uma discussão do Reuni. A gente propôs a federalização da FURB e criação da Universidade da Fronteira Sul. Todo o planejamento da universidade, porque o planejamento da interiorização ele foi de Curitiba, Joinville, Araranguá e Blumenau com a federalização da FURB e Fronteira Sul para cobrir o Oeste. Então essa documentação toda ela é muito bonita, porque ela é toda anterior ao Reuni. E aí vem um detalhe que é extremamente importante por causa dessa movimentação toda, quando rodou orçamento e financiamento do Reuni, a UFSC foi a única, e isso eu afirmo com maiúsculas, a única universidade brasileira que preencheu com nota máxima todos os parâmetros de distribuição de recurso, e isso foi um caminhão de dinheiro” (E2).

Para corroborar com a ideia de uma expansão anterior ao Reuni, o *Projeto Reuni/UFSC* e o Relatório de Gestão 2008 confirmam a expansão da universidade através da educação a distância. “Com o programa Pró-Licenciatura, a UFSC, a partir de 2004, desencadeou uma política de interiorização de seus cursos de graduação no estado de Santa Catarina. Deve-se destacar a implantação, em 2004, dos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física” (UFSC, 2009, p. 56-57). Ainda de acordo com as considerações apresentadas no relatório, a implantação dos cursos de licenciatura foram “sem dúvida um grande incentivo para a melhoria da qualidade do ensino básico, pois são duas áreas do conhecimento onde poucos professores apresentam habilitação no Brasil” (UFSC, 2009, p. 57). Assim, entende-se que o projeto de interiorização da universidade iniciou-se por meio da extensão, com os polos de educação a distância, conforme consta no *Projeto Reuni/UFSC*:

[...] a Universidade Santa Catarina está oferecendo, pela primeira vez na história da instituição, cursos de graduação à distância. No primeiro momento, serão apenas a Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física, mas a Projeto de Interiorização da Universidade é ampliar a atuação da UFSC no Estado. Está iniciando a participação na UAB com os cursos de Letras - Português, Espanhol, Ciências Econômicas, Ciência Contábeis, Biologia e Filosofia para vários estados brasileiros, ainda conta com o curso de Letras - oferecido para oito estados brasileiros (UFSC, 2007, p.1).

Considerando ainda as ponderações sobre como ocorreu o processo de interiorização da UFSC e a definição da escolha dos novos *campi*, o entrevistado E2 detalha esse processo:

“a interiorização começa então com a emenda Boeira no polo de Araranguá. E Araranguá chama muito atenção porque o terreno já era federal. A gente foi atrás do terreno, teve várias reuniões feitas na região envolvendo grande parte da comunidade. E a ideia era não colocar nenhuma cidade maior que tivesse grande concorrência com outras universidades, o Sul é muito cheio, né? Tem UNISUL, UNESC etc. E a ideia de fazer em Araranguá surgiu também de uma queda nos empregos, porque é uma área de alta produção de fumo. Contrapondo a produção de fumo, é uma das únicas áreas que tem uma agricultura orgânica familiar muito grande. Por isso a ideia que está no nosso planejamento era, agro eco turismo, primeiro porque é um dos únicos lugares que tem água termal salgada, segundo porque é uma das regiões que mais recebe estrangeiros, que é a região dos cânions, que pega a parte de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o terceiro porque tem essa área de agricultura orgânica muito grande, certo? Essa era a ideia original no Sul. No Norte, Joinville, o planejamento inclusive era para que o campus originariamente fosse em Guaramirim no entroncamento da rodovia do arroz, porque a ideia era fazer uma universidade do tipo Frankfurt com um trem que ligasse São Bento do Sul e Jaraguá do Sul, passando por dentro do campus. A ideia era ser um polo tecnológico muito forte, com engenharia de mobilidade, com engenharia de controle e automação e um campus em volta de uma estação de metrô interurbano. E Curitiba, porque era uma região central geográfica e a ideia era que aquilo ali fosse um grande centro de treinamento de professores, foi escolhido por uma questão geopolítica, porque ele é o centro geográfico do Estado. E aí eu vou a

Padova, num encontro, e tomo conhecimento que é o único local do Brasil que teve três grandes revoluções - Comuna Prestes, Farrapos e Contestado. Então a ideia ali, era fazer um polo ligado à história e a agricultura de desempenho. Mas antes de mais nada, uma confluência para a formação de professores de educação continuada por causa lá da raiz da interiorização, que era ausência gigantesca na rede pública de professor qualificado. E em Curitiba quando a gente anunciou, foi uma comoção social. Todo terreno foi doado pelo Gaboardi, empresa de madeira, fábrica de fósforos. Eles doaram o terreno inteiro, só que o seguinte, eu fui lá para discutir o terreno e tinha oito terrenos doados. Um lugar maravilhoso, os caras doaram de alma limpa, foi um barato essa coisa. O movimento na cidade foi uma coisa maluca. Nós vencemos a pedra fundamental dia 21 de dezembro de 2007, e aí vêm as pessoas dizer que o campus de Curitiba é de 2009? Mas faz parte dessas idiosincrasias da universidade, verdade? Mas essas foram as ideias centrais. O que a gente discutiu com Haddad, para além disso, era a federalização da FURB e a criação da Federal da Fronteira Sul, e aí o Estado ficaria contemplado. Essa argumentação com Haddad eu levei pessoalmente a ele para dizer o seguinte: ‘olha, nós somos o Estado que tem o menor aproveitamento vaga com alunos formados no ensino médio’. Porque quando a gente fazia o indicador do número de vagas de vestibular público sobre número de alunos aptos a fazer vestibular, só perdíamos para Brasília que tinha mais que nós. A gente não tinha universidade pública, Minas Gerais tinha quatorze universidades públicas o Rio Grande do Sul tinha seis e nós tínhamos uma federal e uma estadual. A lógica da interiorização, era fazer com que as pessoas se fixassem mais no interior (E2).

O segundo questionamento sobre a interiorização foi realizado exclusivamente para o Grupo 3, onde cada um dos representantes deveria responder quais os fatores determinantes para que a implantação do campus ocorresse no município.

O gestor do Campus de Araranguá respondeu que essa discussão aconteceu antes da sua chegada, “então eu só sei de relatos, pois o Lúcio Botelho que conduziu isso na época como reitor. Mas até onde eu sei é que era uma cidade que precisava de desenvolvimento, acolheu muito bem e viu uma oportunidade de crescimento, e a cidade de Criciúma já era uma cidade consolidada na região sul”. O entrevistado complementa que a ideia era distribuir geograficamente, “então no sul do estado, se optou por Araranguá por algumas questões como essa, e a cidade acolheu bem a universidade, pois queria desenvolver a região, já não havia outra universidade no local”. Além disso, a cidade fica geograficamente entre Porto Alegre e Florianópolis.

O entrevistado E5 apresentou sua visão sobre a escolha da região para a implantação do campus:

“em Curitiba a definição da diária foi uma coisa local, e para Curitiba foi autorizado o projeto de construção de um prédio. Mas isso ainda durante o ano de 2008. Então, o professor Lúcio termina o mandato em maio, e antes um pouco da saída dele é que acontece a definição da localização dos *campi*. Todo esse trâmite estava no âmbito da reitoria e direção de centros, nós para baixo, tínhamos pouco contato com isso. Houve então a definição de onde seriam os *campi*. A decisão da reitoria e conselho universitário foi da abertura de três campus, sendo um em uma região mais desenvolvida, que é Joinville, e os outros tinham que ter um certo caráter de promoção de desenvolvimento regional. Então, Curitiba a região foi



uma região de baixa condição nesse sentido, Araranguá um pouquinho melhor, mas as duas nessas condições. Por que que recai em Curitiba? É uma análise minha, de fora de tramitação toda, mas eu tomei conhecimento, pelo diretor Pedrotti, pois na época eu era coordenador do curso de Agronomia, e o Pedrotti participou de uma viagem para o interior, já no sentido de definir uma área em Curitiba, mas aí a decisão do lugar já estava tomada. E outra que caiu para Curitiba, em parte, da seguinte forma, não era para ser em uma região do Oeste, mas sim no Planalto, e em Lages já existia a UDESC e em Caçador a sede da UNC. Em Curitiba tinha uma unidade da UNC e aí vem alguns conflitos de interesses políticos, externos da universidade, de Estado, enfim, assim por diante, mas também ao mesmo tempo de conflito de interesse, essas coisas não dão para dizer que onde um começa o outro termina né? Mas obviamente o objetivo era da promoção de desenvolvimento. Cabe destacar, que a cidade tinha poucos recursos, não tinha condições numéricas para atender demandas de alunos, tinha que vir alunos de outras regiões e não tinha onde acomodar, muito menos professores e servidores” (E5).

O gestor do campus de Blumenau também afirmou que não participou do processo de discussão e análise da escolha do campus de Blumenau<sup>20</sup>, e quando assumiu o cargo, o campus já estava implantado. “Me parece que a época, se falava, que quando começou o projeto, se falava em um campus no vale do Itajaí. E aí, parece que depois, por pressão política, se exigiu que fosse Blumenau”. Complementa dizendo que “na época, eu sei que tinha conversas até de outros municípios ali da região, Rodeio, Indaial, que até queriam oferecer espaço para a universidade, mas foi uma imposição política que fosse Blumenau”. Quando a UFSC foi para Blumenau, não conseguiu espaço para suas instalações e até hoje a universidade funciona em espaços de aluguel. “Mas a questão de Blumenau ser tão grande, né? Foi a exigência que ficasse em Blumenau e não em um pequeno município ali da região” (E6).

Seguindo com as respostas, o entrevistado E7, em seu relato, expressou de maneira clara e concisa quais as principais motivações para o campus da UFSC ter se instalado na cidade de Joinville:

“a gente poderia levar esse assunto para dois lados, o aspecto político do interesse, porque a ainda que o campus tenha se instalado em Joinville, o campus foi pensado para a região e não apenas para a cidade, e por conta disso, teve uma série de municípios que se interessaram por esse projeto, então, havia sim uma demanda das prefeituras para ter uma universidade federal por lá. Ela viria a ser a segunda a universidade gratuita, porque até então, em Joinville tinha um campus pequeno da UDESC, e o resto das instituições de ensino eram todas privadas, inclusive a Univille que ainda que de direito público, ela é paga, considerada uma universidade comunitária. Isso é do ponto de vista do aspecto político. Do ponto de vista do aspecto acadêmico, é claro que a decisão foi até mais fácil que a da política, porque Joinville é uma cidade industrial, o principal PIB do Estado, a maior cidade do estado, enfim, a escolha que parecia razoável e que se mostrou razoável era fazer um

<sup>20</sup> Sobre o campus Blumenau, é importante considerar que seu processo de implantação na cidade de Blumenau aconteceu em 2013 e suas atividades iniciaram no primeiro semestre de 2014. O campus não estava previsto no *Projeto Reuni/UFSC* de 2007.

projeto nas áreas de engenharias, voltado para a tecnologia, que é a vocação da região. Essas foram talvez as duas principais razões para o campus se instalar lá em Joinville” (E7).

O questionamento seguinte se deu no intuito de saber de que forma os municípios contemplados receberam a UFSC. Sobre esse questionamento, as respostas foram semelhantes e muito positivas, com exceção do município de Blumenau. O entrevistado, gestor do campus de Blumenau, em sua fala, destaca que a comunidade local desde a época da implantação do campus, demonstrou resistência em relação a UFSC, pois anteriormente a sua implantação, já existia um projeto para federalização a FURB<sup>21</sup>, então, a preferência seria que as vagas públicas na região se dessem através dessa federalização e não na instalação de uma outra instituição.

“até hoje, quando a gente fala que dá aula na UFSC, o pessoal fala: ‘ah, na FURB? Não não, na UFSC’. Tem toda uma campanha pela federalização da FURB, né, que voltou nessa última eleição e o candidato a governador atual, fez muita campanha com essa história da federalização. Ainda agora, na semana passada, teve uma audiência pública na Câmara de vereadores de Blumenau para discutir novos cursos para a UFSC, e o pessoal da FURB foi lá em peso dizendo que o importante é federalizar a FURB. Então, é uma questão política bem forte, a FURB não quer a UFSC lá, eles querem é se tornar uma universidade federal” (E6).

Para os entrevistados E5, E4 e E7, a UFSC foi muito bem recebida nos municípios contemplados. Pela resposta do entrevistado E5 sobre como o município de Curitiba recebeu a universidade, é possível notar que a cidade não estava preparada para receber uma “obra” do tamanho da UFSC, pois a região era pouco desenvolvida, com poucas opções de transporte, hospedagem, alimentação etc. O entrevistado relembra que é preciso levar em consideração que no início da construção do campus e até mesmo já no início das suas atividades, as condições de acesso à unidade eram precárias, pois na ocasião não havia ocorrido ainda pavimentação da via de acesso do centro de Curitiba até o campus, o que nem sempre permitia que o transporte público realizasse o acesso ao campus sem o auxílio de veículo tracionado. Por conta disso, requisitou-se apoio do município para a viabilização das vias de acesso ao campus e às áreas experimentais, além da iluminação pública. A construção de um campus na cidade traria desenvolvimento econômico, urbano e demográfico para o município e para região. De acordo com o entrevistado “a doação do terreno de Curitiba

---

<sup>21</sup> A Universidade Regional de Blumenau (FURB) é a primeira faculdade do interior do estado de Santa Catarina e foi criada em 1964, como fruto de um movimento comunitário, para tornar mais abrangente o acesso ao ensino superior.

não foi apenas uma doação, e sim um investimento na região” (E5). Portanto, não tinha como a comunidade local ser contra o desenvolvimento.

“receberam muito bem. Toda a comunidade, os órgãos governamentais e não governamentais, a prefeitura, a associação comercial industrial, todos acolheram muito bem. A universidade foi recebida de portas abertas. A prefeitura ajudava a manter o campus lá na época, porque a gente não tinha serviço com quem aqui na sede, então, limpeza, de corte de grama etc., a prefeitura que fazia” (E4).

“há um aspecto que eu julgo fundamental. Quando o Programa Reuni foi lançado pelo governo federal, umas das questões que se defendia era o chamado Tratado de Bolonha. Então, o sentido do Tratado de Bolonha, era que as universidades se preocupassem em formar pessoas de nível intermediário, que não seriam necessariamente tecnólogos, mas seriam profissionais com muita formação em física, matemática, computação, enfim, mas com uma formação mais curta, e que atuariam nas indústrias particularmente. Então, eu estou fazendo esse preâmbulo porque é importante, pois com base nisso nós montamos um projeto que era absolutamente inovador. Nós criamos, na realidade, um modelo que era único, agora se modificou um pouco, depois eu posso falar do presente, mas posso falar que era único no Brasil. Nós chamamos de engenharia da mobilidade. Por que era único? Porque era temático, ele iria tratar de todas as engenharias ligadas com campo da mobilidade, e dentro desse campo da mobilidade, nós subdividimos em duas partes, uma parte que era de veículos, e outra parte que era infraestrutura de transportes. Por isso que hoje tem cinco engenharias associadas a veículos. A engenharia aeroespacial, aliás, foi o primeiro curso de engenharia aeroespacial do Brasil. A mecatrônica, que é eletrônica embarcada, ferroviária, automobilística e naval, certo? Eram cinco engenharias associadas a veículos e depois duas engenharias, uma que era infraestrutura de transporte, que é uma espécie de engenharia civil específica para grandes obras, portos, aeroportos, enfim, e a outra parte de logística mesmo logística. E a cidade acolheu absolutamente bem, porque tudo o que eles queriam era uma cidade industrializada, que tem problemas, como em todo o Brasil de escoamento da produção, eles dispõem de amplos portos e tudo, e talvez a mais longe delas, fosse aeroespacial, porque nós estamos no Brasil, então, enfim, nós fomos muito bem recebidos e o município sempre se empenhou muitíssimo em nos acolher, e inclusive doou o terreno que ainda está lá, aqueles esqueletos (E7).

Foi questionado aos entrevistados do Grupo 3, qual foi a participação das comunidades locais no processo decisório sobre a escolha dos novos cursos de graduação.

Pelas conversas com os entrevistados, principalmente com o reitor que participou da formulação do *Projeto Reuni/UFSC*, os cursos foram escolhidos de acordo com as características de cada região, e levando em consideração a ideia de criar cursos novos e não repetir os que já eram oferecidos na sede. Partindo dessa premissa, o *Projeto Reuni/UFSC* foi formulado propondo cursos que foram “escolhidos” pela gestão e pela Câmara de Graduação. O reitor do período de construção da proposta do Reuni, afirmou ter feito muitas reuniões locais para escutar a demanda da comunidade, e disse que na época era “pressionado” por alguns grupos locais para que cursos como medicina por exemplo, fossem implantados em

regiões onde eles não teriam sucesso, pois faltariam principalmente professores com a formação exigida, que tivessem interesse em atuar naquela determinada cidade. Portanto, relembra que existiu sim um trabalho envolvendo os municípios para o entendimento dos cursos que seriam criados naquela cidade.

Para o entrevistado E7, as discussões pouco ocorreram e a gestão foi a principal responsável pela escolha dos cursos.

“muito pouco. Veja só, a nossa ideia tinha dois princípios, um de colocar lá cursos que não houvesse lá. A UDESC já tinha algumas engenharias, a Univille algumas engenharias, e a gente não queria concorrer com o que já tinha oferta. E a segunda, que também foi muito importante, que não é o caso de Blumenau, era não concorrer com os cursos de Florianópolis. Por exemplo, Blumenau criou curso de materiais que praticamente não tem demanda, mas tem aqui também. Mas foram essas duas premissas que nós utilizamos para criar os cursos, tá? E também, obedecendo os princípios do programa Reuni, oferecendo cursos que tivesse essa flexibilidade na saída, sabe? Por isso que foi um programa temático e que era mais difícil se não fosse a temática, fazer essas saídas intermediárias” (E7).

Já para o entrevistado E4, as discussões aconteceram e a comunidade local foi ouvida, mesmo que naquele momento a UFSC não conseguisse cumprir com a demanda apresentada pelo município. “No início, quando eu cheguei, já tinham dois cursos definidos, e pelo que eu sei, a comunidade pediu medicina logo de início, pediu a medicina e é claro que esse curso demanda outras infraestruturas e outros cursos antes”. Como naquele momento não era possível atender a essa demanda, a alternativa elaborada pela universidade foi a de propor um curso na área de computação e um curso de energia, que seriam cursos estratégicos e com maior aplicabilidade na região.

“então, foi proposto um curso na área de computação que foi o curso de tecnologias de informação e comunicação, e o curso de energia. Dois cursos estratégicos, né? Que podem ajudar qualquer região, então, foi proposto isso para o campus Araranguá, foi aprovado pelo conselho universitário, mas a comunidade não gostou muito de início, porque eles pensavam numa medicina, numa engenharia tradicional. Os dois cursos foram uma dificuldade para a gente levar, porque os alunos não sabiam o que era e não eram cursos de tanta visibilidade. Mas aí aconteceu que quando eu cheguei, a gente teve a oportunidade de criar mais dois. O segundo curso foi a engenharia de computação, porque a gente aproveitou a infraestrutura que já estava presente nos dois primeiros. Já tinha a parte de computação, já tinha básico da engenharia, então criamos engenharia de computação com poucos professores a mais, né? Específicos, claro, em quantidade, entender que ter um mínimo, mas poucos professores a mais já se cumpriu o currículo da engenharia de computação.” (E4).

O entrevistado E4 detalha que após a definição e criação dos cursos propostos pela UFSC, “a gente foi atrás para tentar atender o curso de medicina que toda hora batiam na

porta, comigo lá, e com o reitor aqui”. A partir daí, “fomos atrás para saber quais eram os requisitos para ter o curso de medicina, e então, dentre os requisitos, precisava ter outros cursos da área da saúde antes, foi aí que criamos o curso de fisioterapia, porque não tinha na UFSC”. Como a política era a de criar cursos novos e “medicina veterinária já estava destinado para Curitiba, fonoaudiologia e enfermagem já existiam no campus de Florianópolis, foram criados quatro cursos diferentes lá”. Complementa dizendo que “depois que eu saí, mais uns anos se passaram e com muita articulação política, foi criada a medicina, mais ou menos quatro anos depois” (E4).

Para encerrar as considerações a cerca desse questionamento, os entrevistados E5 e E6 relataram que em Curitiba a comunidade local se envolveu mais no processo de escolha do terreno onde a UFSC iria se instalar, do que na escolha dos cursos, já que na cidade haviam sido doados oito terrenos. Então, a decisão sobre quais cursos iriam para Curitiba ficou concentrada com a universidade, levando em consideração para a criação cursos, as características da região (E5). Já em Blumenau, o gestor afirmou não ter participado desse processo: “Eu não posso falar, pois quando eu cheguei lá os cursos já estavam definidos e implantados eles já tinham até o PPC<sup>22</sup>”.

Uma das metas descritas no *Projeto Reuni/UFSC* que trata sobre a criação dos novos cursos, define que é essencial “propor cursos que contribuam para o atendimento das demandas emergentes e capazes de favorecer o desenvolvimento sustentado e a equidade social” (UFSC, 2009, p. 52). Levando em consideração a meta apresentada pela UFSC, o questionamento seguinte tratou sobre a escolha dos cursos que foram propostos para cada região. É importante mencionar, que no instrumento de coleta de dados, esse questionamento é abrangente sem a descrição dos cursos e regiões. Ele é apresentado da seguinte forma: De acordo com a proposta inicial do *Projeto Reuni/UFSC*, os cursos propostos para o campus X eram: XXX. Quais foram os fatores determinantes para as escolhas destes cursos e qual metodologia de trabalho utilizada? Portanto, nos instrumentos (Apêndices) seguintes, exclusivos para o grupo ao qual o entrevistado pertence, é possível observar que o questionamento é feito com base no campus e nos cursos previstos somente na região do entrevistado.

Assim, respondendo ao questionamento descrito acima, o entrevistado E7 relatou que o prazo para definição dos cursos e demais demandas ligadas ao Reuni, era muito curto. As instituições brasileiras que aderissem ao Reuni, tinham um prazo para entregar seu projeto

---

<sup>22</sup> PCC quer dizer Projeto Pedagógico de Curso. Ele é o instrumento que concentra a concepção do curso de graduação, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa e os princípios educacionais.

institucional, cumprindo os requisitos exigidos pelo MEC. A definição dos cursos e a quantidade de vagas seriam um dos requisitos.

“esses cursos iniciais foram escolhidos mais ou menos assim, imaginando a demanda. Esse foi um processo feito às pressas, né? Bem corrido mesmo. Então, a gente tinha que fazer, tinha que entregar e tinha que adotar um critério. Mas quando o nosso programa foi aprovado, aí nós ganhamos tempo e reformulamos todo ele para que fez uma coisa mais pensada. Inicialmente, foi em razão dos prazos, e aí pensamos: ‘bom, Joinville industrial, precisa de bons engenheiros químicos, de informática... essas coisas, então vamos propor desse jeito’. De fato, o projeto definitivo foi absolutamente diferente” (E7).

Assim como já descrito anteriormente, existia uma relação direta entre os cursos dos *campi* e sua realidade regional, no caso de Curitiba a “aptidão” da região estava voltada para as atividades agrícolas, pecuárias e de extração de recursos florestais. Para corroborar com essa afirmação, o entrevistado E5 afirma que a escolha dos cursos foi de acordo com o “perfil” da cidade. Assim, na “distribuição do que funcionaria em cada um dos três campus, em umas das reuniões lá por novembro ou outubro, não sei quando exatamente, ficou definido que Curitiba por ser interior e etc., ficaria o Centro de Ciências Agrárias com cursos dessa área” (E5).

O entrevistado E4, mesmo relatando não ter participado dessa etapa do projeto, traz considerações sobre o assunto por causa da vivência do cargo ao qual ocupava.

“eu também só sei de ouvir falar. Mas entendi que era relacionado com a Geografia do local, pelo menos o ecoturismo, porque a região fica entre a serra e o mar, tem cânions ali próximos e também era uma área que a UFSC não tinha. A administração já estava no EaD, já tinha um polo EaD lá, então a ideia era ter um curso local, e relações internacionais ainda não tinha aqui em Florianópolis né? A ideia era criar lá, mas em 2009 acabou sendo criado aqui na sede. Mas a comunidade não aceitou muito bem isso, porque para eles pareciam cursos que não teriam muita aplicação, talvez faria mais sentido em sua cidade maior, por isso acredito que acertaram em implantar relações internacionais aqui na capital, a procura com certeza é maior aqui” (E4).

O campus de Blumenau não estava previsto inicialmente no *Projeto Reuni/UFSC*, por conta disso, o questionamento referente aos cursos propostos no projeto não faria sentido, portanto, somente para esse entrevistado o questionamento foi: todos os cursos previstos para o Campus de Blumenau foram implantados? O gestor afirma que sim, as três engenharias previstas e as duas licenciaturas foram implantadas e ainda destaca que “todos foram implantados, inclusive, Blumenau já tem mais cursos do que era previsto inicialmente. Foi criado o curso de matemática diurno que a previsão era só noturno, e o de química que era só licenciatura e hoje tem um bacharelado” (E6).

Após as respostas sobre os fatores determinantes para a escolha de cada curso previsto no *Projeto Reuni/UFSC*, os entrevistados foram questionados, também forma exclusiva levando em consideração o campus ao qual pertencia, porque os alguns cursos propostos não foram implantados.

O entrevistado E7 apresenta as justificativas para alguns dos cursos não terem sido implantados. “A engenharia de controle e automação foi “rebatizada” de engenharia mecatrônica, então de uma outra forma ela foi implantada, nesse caso, para ser específica para veículos. Para os cursos não implantados, é que na possibilidade da alteração do projeto inicial, após estudos, eles foram readequados” (E7). Já o entrevistado E4 acredita que por causa das discussões com a comunidade local e a não aceitação de alguns cursos, a UFSC trabalhou em outras opções mais aplicáveis, assim como já havia mencionado sobre os cursos de relações internacionais e administração.

Em notícias veiculadas pela própria UFSC na época de construção e início das atividades do Campus de Curitiba, existia uma relação direta entre os cursos do campus e sua realidade regional, afirmando que há uma “vocação” regional para as atividades agrícolas, pecuárias e de extração de recursos florestais (UFSC/CBS, 2009). Nesse contexto, o gestor do campus de Curitiba respondeu ao questionamento da seguinte forma:

“para Curitiba, na verdade, estava previsto o curso de ciências rurais, o curso de tecnologia de alimentos seria um curso do segundo ciclo, o de ciências rurais em três anos e os outros cursos de formação profissional, pois o de ciências rurais era de formação acadêmica. Diferente da implantação em Joinville, que também tem essa construção, é que para a implantação do CCA, nós tínhamos previsto de fato os dois ciclos. Com a conclusão do primeiro ciclo, inclusive com a emissão de diplomas de bacharel em ciências rurais, porque a universidade não emite título profissional, ela forma apenas em títulos acadêmicos, exemplo bacharel em engenharia, bacharel em agronomia etc. O título de engenheiro agrônomo era então da área profissional. Joinville não tinha essa separação, tem essa mesma construção, e dentro do próprio curso, aí abria como habilitações. O curso de farmácia era assim, você entrava no curso de farmácia e depois ele abria para as habilitações. E o que aconteceu? As propostas dos cursos de segundo ciclo não chegaram a ser formalizadas no conselho universitário e por quê? Bom, então eu começo lá em março, abril, certo? Quando a minha primeira ida para Curitiba, o prédio estava sendo construído, estava ainda no chão as primeiras colunas colocando em pé, no pré-moldado. E o conselho universitário durante um período naquele semestre, autoriza de fato para Curitiba o curso de ciências rurais, como era previsto cinco cursos, daí começaram a fazer o número de vagas, cerca de trezentas vagas, e em função dessas vagas veio os recursos etc., o que viabilizou iniciar essas obras. E que então acontece? Como a universidade perdeu o programa anterior de implantação física dos *campi*, a nossa universidade jogou todas essas despesas financeiras, da construção física dos *campi*, dentro do recurso do Reuni. Por isso que tivemos limitações nos recursos, e acho que tem prédio que não está pronto ainda” (E5).

O entrevistado E6 não foi questionado sobre a não implantação de cursos, pois como já mencionado, o campus de Blumenau não estava presente no projeto inicial do Reuni na UFSC.

O Relatório de Gestão de 2008 traz considerações a respeito desse questionamento quando menciona uma das metas descritas no *Projeto Reuni/UFSC*, que trata sobre a criação dos novos cursos. No texto, a justificativa para os cursos não implantados “é que alguns cursos propostos foram ou estão sendo repensados, como o caso dos cursos de graduação que serão oferecidos em Joinville. Constava da proposta inicial a oferta de quatro cursos de engenharia, independentes entre si”. Corroborando com algumas das justificativas apresentadas pelos entrevistados, o mesmo Relatório de Gestão destaca que após discussões com a sociedade local, a verificação da demanda do mercado e a potencialidade do Centro Tecnológico (CTC), optou-se por implantar o Curso de Engenharia da Mobilidade. Este curso, “durante o seu percurso, permitirá que se instalem sete habilitações. Situação similar também ocorreu na discussão do Campus de Araranguá, onde será implantado o Curso de Bacharelado em Sistemas Digitais, e também em Curitiba, que sediará o curso de Bacharelado em Ciências Rurais” (UFSC, 2009, p. 52).

De acordo com o *Projeto Reuni/UFSC*, assim como demonstrado no Relatório de Gestão da UFSC, nos questionamentos e nas respostas anteriores, houve mudança de cursos previstos para as três regiões onde os *campi* da UFSC se instalaram, Araranguá, Curitiba, Joinville e posteriormente Blumenau. Para obter mais informações sobre a aceitação da comunidade local em relação aos cursos não implantados e aos cursos diferentes da proposta inicial apresentada, foi questionado aos entrevistados se os cursos de graduação presencial implantados no campus obtiveram a aprovação da comunidade no entorno.

Para o entrevistado E7, era necessário que acontecesse efetivamente a divulgação das propostas e das atividades previstas para o campus da região de Joinville, mas a decisão sobre a implantação dos cursos, decisão acadêmica, teria que ficar a cargo da instituição. Para ele, não é concebível que a sociedade civil tenha um poder de escolha que perpassasse a decisão de uma instituição que fez estudos, reuniões, discussões com o conselho universitário, com a câmara de graduação e demais órgãos.

“a aprovação do ponto de vista acadêmico, ela na verdade, não vem somente da comunidade. A universidade tem duas formas de crescer, ou ampliando os cursos que ela já tem, ou se adiantando a futuras demandas. E isso foi o que nós fizemos lá, por isso que a engenharia aeroespacial era o primeiro curso, a engenharia naval, era o segundo, mas nós fizemos algumas consultas a comunidade com relação à localização com relação, ao tipo de funcionamento. Enfim, essas consultas nós



fizemos, mas no campo acadêmico nós não fizemos tanta consulta assim. Até porque, veja só, era complexo, você tinha um prazo para encaminhar o projeto, então não se tinha tempo para fazer tanta consulta assim. Se você quisesse fazer alguma coisa inovadora, como foi feito efetivamente, não adianta praticar muita consulta né?” (E7).

Para o entrevistado E4, o processo de discussão e aceitação da proposta dos cursos implantados, se tornou mais fácil devido ao empenho da gestão do campus de Araranguá que fez um trabalho de divulgação nas escolas. Isso permitiu que a comunidade entendesse mais sobre os cursos, promovendo uma maior aceitação e visibilidade.

“sim, eles gostaram da proposta. Porque a primeira proposta do eco turismo, administração e relações internacionais, eles não viam aplicação. E nesses eles começaram a ver a partir do momento que a gente começou a explicar. Nós fizemos um trabalho de divulgação em toda a microrregião local, que dá uns vinte municípios, e a gente fez visitas em todas as escolas da região, todas, em dois ou três anos seguidos, divulgando, então a comunidade entendeu o que que eram os cursos, viu potencial, então eles aceitaram bem e viram a engenharia de energia como uma oportunidade, por causa das energias alternativas etc.”. (E4)

As duas perguntas finais sobre a interiorização da UFSC se referem as avaliações, impactos e resultados atingidos com a interiorização da UFSC. Assim, questionou-se aos entrevistados, em sua avaliação, quais os impactos da expansão da UFSC. Cada gestor respondeu de acordo com o campus ao qual atuou.

Os quatro gestores entrevistados avaliaram positivamente o impacto que a implantação da UFSC em Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville causaram nessas regiões. É inegável que as cidades cresceram e se desenvolveram em diversos setores por conta da universidade, além do mais, foi possível levar ensino superior gratuito e de qualidade para mais regiões do estado. O gestor do campus de Blumenau avaliou de forma positiva a expansão, destacando que os resultados ainda estão sendo alcançados e que a presença da UFSC significou e significa muito para a região. O entrevistado E4 segue a mesma linha de raciocínio e destaca os benefícios incontestáveis para o crescimento da região de Araranguá. Nas falas dos entrevistados E4 e E6, a presença da UFSC nas cidades onde os *campi* foram implantados, trouxe avanços em diversas áreas, como infraestrutura, imóveis, construção de rodovias, praças, aumento de linhas de ônibus, restaurantes e comércios em geral. O entrevistado E7, não diferente dos demais gestores, afirma que o Reuni trouxe inúmeros benefícios no que se refere a crescimento e expansão, e que em Joinville a chegada da universidade está mudando a cultura local da região. Por fim, o entrevistado E5 destaca que a expansão não foi um processo fácil. Isso se deu devido a localização onde o campus se

instalou, aos diversos problemas sócio, econômico e ambiental de Curitibanos, a urgência da conclusão das obras para início das atividades, além da deficiência de mobilidade e infraestrutura para abrigar a demanda de alunos e servidores na região. Mas o lado positivo é que a UFSC veio auxiliar no desenvolvimento da região, atendendo as vocações regionais, trazendo desenvolvimento econômico, urbano e demográfico para o município e região. Claro que não se deve esperar que a universidade por si só propicie o desenvolvimento municipal e regional, mas sua inserção em uma determinada localidade acelera o processo de desenvolvimento.

“olha, eu acho que o que a universidade tem feito ali na região vai começar a aparecer. A empresa Júnior, aquilo tudo ali começa realmente a fazer efeito e os nossos os formandos de engenharia, todos já saem empregados, então, de fato, acaba tendo uma boa atuação na comunidade, a comunidade começa a perceber que, de fato tem engenheiros bem formados ali, né? E perto de casa. Eu acho que isso foi possível porque os nossos alunos são de toda a região ali do vale, do norte do norte também, né? Jaraguá também, dessa região toda” (E6).

“cresceu a cidade, né? Valorizou a região, os imóveis e a infraestrutura da cidade. Por exemplo, não tinha shopping, agora tem. Cresceu bastante. Moradia era bem difícil, para os alunos conseguirem moradia, aluguel, no começo era muito difícil. Não tinha cinema, prédios bons, enfim, conseguiram mudar a infraestrutura. Conseguiram levar o IFSC para lá também, somos vizinhos de campus. Então, o impacto foi enorme, não é? Imagina se a gente pegar o número de pessoas hoje lá, não estou falando que todo mundo mora lá, mas é uma injeção de recursos na cidade. Tem todos os técnicos e docentes que também foram para região também, não só alunos. Muitos não eram lá e fizeram concurso para lá e se mudaram para a cidade. Deve ter mais cem pessoas, de servidores públicos no total. Só de professores tem mais de cem” (E4).

“eu diria assim, que para o tamanho do projeto, que na primeira fase foram implantados três campi, Blumenau é mais recente, mas era uma ampliação que a universidade nunca tinha visto na sua história. A universidade nunca teve tanto dinheiro quanto no Reuni. Não faltava dinheiro. Então, tem vários resultados e avanços né? Aí as questões se confundem porque eu acho que Joinville teve um caminho um pouquinho diferente dos outros *campi*, pelo fato de estar no Perini, por exemplo, já é um grande diferencial. Eles têm uma estrutura muito boa, os nossos alunos atravessam a rua e vão fazer estágio. Tanto é, que o Perini foi a primeira instituição dessa natureza que permitiu que entrássemos. Até por conta do chamariz que tendo a UFSC que lá dentro faria para as próprias empresas, aí nós éramos os garotos propaganda, assim dizendo. Esse foi um impacto enorme, fora que o acesso ao ensino de qualidade gratuito é o mais importante deles. Mesmo assim, nós ainda temos problemas lá em Joinville, não exatamente tão sérios, mas temos problemas por conta de pouca demanda. Tem pouca demanda, e eu julgo que é basicamente por conta da cultura local. A cultura local quer que os meninos e as meninas adolescentes fiquem trabalhando. E os nossos cursos são diurnos, talvez tenhamos errado por conta disso, por não nos aprofundarmos um pouco mais na cultura local. Por outro lado, ele está influenciando em mudar essa cultura local. Com certeza a universidade teve um impacto na cultura local. Ela se inseriu. A universidade participa praticamente todas os movimentos da cidade, em tudo a universidade é convidada, pois ela já faz parte da comunidade local” (E7).

Encerrando os questionamentos sobre o de processo de interiorização da UFSC, a

última pergunta realizada aos entrevistados foi que considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC. Esse questionamento foi feito a todos os onze entrevistados.

O entrevistado E1 acredita que a expansão da UFSC só trouxe benefícios para a instituição, para as regiões onde ela se instalou e principalmente para os estudantes que tiveram acesso ao ensino superior público. Mesmo assim, destaca que a universidade demorou muito para interiorizar, mesmo reconhecendo que houve muito esforço do professor Lúcio reitor de 2004 – 2008, a UFSC poderia ter expandido para fora da capital muito antes.

“bem, eu acho que a gente estava atrasado em ficar só na ilha. Também sei que é difícil ir para o interior, porque a expectativa sempre é de curso de medicina, curso de engenharia, que nem sempre são possíveis e de direito. Quando a gente conversa com em outros lugares, né? Eu sou do interior também, eu sou de Indaial, então há sempre a expectativa de medicina, e não é por aí? A gente não tem como chegar, até porque a exigência do curso de medicina, tanto de corpo técnico quanto de doenças que tem naquela região, é diferente. Então assim, a gente tentava contemplar, o que que eu sempre fiz muito, porque eu fui várias vezes com o professor Prata, que era o reitor, ou sozinha com outra equipe. Era escutar eles, e fazer que eles entendessem que no momento que a gente estava é o que era possível. Então assim, eu acho que nós deveríamos já ter ido antes. Eu sei que isso não foi nada culpa do prof. Lúcio, porque ele tentou, mas o conselho não aprovou. Eu sei que tem questões regionais ou às vezes se quer ir para uma cidade, mas a do lado quer que vá para lá, aí já entra uma questão política, já entra a eleição de prefeito etc. Não é fácil interiorizar, o prof. Lúcio até tentou isso antes, mas eu acho que a gente tinha que ter se interiorizado muito antes do que a gente se interiorizou. Até porque nós estamos numa ilha e a gente ficou na ilha, não saiu da concepção da ilha. Eu acho que o que ela fez e ainda poderá fazer é mais do que fundamental, para assim ter mais vagas públicas no Estado. Basta saber que assim, no passado não tão longínquo, que há muita gente do Estado que ia para federal do Paraná, porque se considerava mais perto ou mais universidade acessível do que a federal de Santa Catarina, né? Então assim, eu acho que a expansão é inegável a importância dela” (E1).

Da mesma forma, os entrevistados E2 e E3 consideram que o resultado da expansão da UFSC foi muito benéfico para as cidades onde os *campi* foram implantados, porém o entrevistado E2 acredita que a visão elitista dominante sobre a importância dada a determinados cursos, que conseqüentemente formam determinados tipos de profissionais, ainda é muito marcante na universidade, e isso teve impacto na visão da comunidade sobre os cursos que foram escolhidos para as cidades.

“eu acho que foi extremamente benéfico para as cidades onde foi implantado, do ponto de vista de desenvolvimento e crescimento. Acho que a gente continua confundindo algumas coisas, porque Curitibanos luta desesperadamente para ter um curso de medicina. O curso de medicina de Araranguá não anda nada bem. Isso por que as pessoas batem na cabeça que medicina é a coisa mais importante do mundo, não é. Eu tive seis reuniões com Maçonaria, Lions, Rotary, e o pessoal pressionava, eu dizia não. ‘Vocês estão querendo que a gente venha aqui assumir o hospital e a universidade não tem essa capacidade. Nós não vamos ter professor que venha para

cá'. Eu mostrava para eles que para ser professor precisa ter formação e as pessoas não tinham formação, os médicos da região não iam querer dar aula porque o salário era baixo e eles ganham muito mais fazendo o que eles fazem os consultórios. Então, tem um saldo altamente positivo, porque cresceram as regiões, mas tem também um “saldinho” negativo, né? E essa visão elitista dominante, de que perpassa pelos mecanismos da universidade” (E2).

“muito positivos, eu acho que é foi um passo importante que a universidade deu, e aí eu olho essa grande expansão das universidades federais que ocorreram no Brasil, né? Se você pegar o mapa da localização das universidades federais antes do Reuni e depois do REUNI, você não terá dúvida de que isso foi benéfico. Nós levamos universidade federal para o interior do país, né? E aumentamos as oportunidades que foram dadas para que a população se beneficiasse de cursos oferecidos pelas universidades federais. Estou lembrando de um curso muito importante que nós criamos e fomos pioneiros aqui que é Educação Indígena, Educação do Campo, Libras etc. Eu tenho muito orgulho de olhar para essa época e ver que eu estive envolvido com a criação de tantos cursos” (E3).

Seguindo com as considerações acerca dos resultados alcançados com a interiorização da UFSC, a seguir serão apresentadas de forma sintetizada, as demais respostas sobre o assunto. O que é importante destacar das falas dos entrevistados, é que com unanimidade os gestores consideram a interiorização um ponto positivo da instituição, no sentido de romper as barreiras de uma universidade instalada somente na capital do Estado, considerada de acesso restrito aos que nela residem, e a estudantes de outros estados com melhor condição financeira para se manter em uma cidade de alto custo de vida como Florianópolis.

“eu avalio como muito positivo, porque aqueles alunos que estão lá, eles não viriam para cá. E por vários motivos né? Aqui é mais longe, o custo de vida é mais caro, e eles têm uma cultura local de ficar mais próximo, então provavelmente eles estariam fazendo algum curso EAD, algum curso particular. Então a gente deu uma oportunidade, levando a UFSC para o interior. Eu acho que foi muito positivo em todos os campi” (E4).

“olha, para mim, Joinville e Blumenau já eram cidades com universidades, até Araranguá. Agora, o impacto em Curitiba, por exemplo, né? Nossa, em Curitiba tudo mudou com a implantação da universidade. Era um lugarzinho pequeno, que não tinha nada. Agora é uma cidade com infraestrutura, com serviços, né? Então, eu acredito que além de ir para perto dos estudantes, faz um grande bem para a comunidade, onde é implantada. Então, de fato o Reuni pelo Brasil inteiro fez isso. Aumento de vagas, de cursos etc. Eu sempre digo que antes do Reuni a universidade federal era da ilha de Santa Catarina, né? Depois do Reuni ela passou a ser a Universidade Federal de Santa Catarina e era uma das poucas universidades que ficou só na capital, a maioria das universidades federais pelo Brasil sempre tinha campus fora da sede. E a UFSC não tinha, acho que foi uma das últimas mesmo, então de fato a UFSC demorou muito mesmo. Enquanto todas as outras já tinham desde os anos 60, 70, um campus avançado, a UFSC não tinha. O primeiro foi em 2009, demorou muito, nossos campus são relativamente jovens, Blumenau é de 2014, tem nove anos” (E6).

“você já sabe, nessa altura da tua pesquisa, já sabe o que nós temos diferenças grandes entre os resultados alcançados né? Primeiro, eu vou fazer uma crítica, particularmente sempre me deu de uma certa forma, uma pena, uma angústia, porque nós pensamos um projeto, por exemplo, em Curitiba ciências rurais, em Joinville

engenharia da mobilidade, mas na medida que nós fomos contratando os docentes, esses docentes vieram com a cultura tradicional e não conseguiram se adaptar à nova proposta, a proposta original, como falei do Tratado de Bolonha, enfim, e o que foi feito? Eles quiseram copiar o modelo de Florianópolis nos campi, e de fato fizeram. Então hoje, Joinville ainda que seja o campus da engenharia da mobilidade ele nunca, ainda que seja o campus das engenharias da mobilidade, tem centro o centro tecnológico de Joinville, com a mesma estrutura de centros comunidades acadêmicas, como nós temos aqui em Florianópolis. Isso de certa forma desvirtuou os projetos originais, mas tudo bem, faz parte do processo democrático, quando o número de docentes começou a crescer, eles tomaram conta das decisões. Não, eram mais só diretores que mandávamos, né? E sim, um grupo organizado. Então eu falo assim, que o problema do Reuni é a descontinuidade. Você vê uma grande obra parada ali em Joinville, que dá pena. Quando você passa ali na BR 101, você vê um monte de esqueletos que ficaram parados, que por algum momento o dinheiro não foi mais prioridade para lá. Então, talvez no meu entendimento esse é o maior problema. Agora os benefícios, eles são enormes. Você vê Curitiba, é uma região com os níveis de IDH menores do estado. Então a possibilidade que as pessoas que moram lá no entorno tiveram de acessar uma universidade, foram assim absurdas, um presente de Deus para eles. A interiorização trouxe uma série de benefícios para as cidades onde foram implantadas. Mesma coisa que em Araranguá. Blumenau e Joinville talvez nem tanto, mas nessas regiões com certeza” (E7).

“a nossa universidade ela tem a característica de nascer na capital, e daí os alunos vinham para a capital, enfim, então eu penso que a interiorização, que a abertura de novos campus, a tornou hoje uma universidade *multicampi*, trazendo a possibilidade de expandir a educação superior e de potencializar o desenvolvimento regional. Então eu acredito muito na universidade *multicampi*. Só que nós enquanto universidade, enquanto gestores, crescemos, mas ainda estamos aprendendo a lidar com uma cultura de uma universidade *multicampi*. Na minha gestão quando eu fui pró-reitora eu sempre discuti e trabalhei muito com os diretores de *campi* e com os diretores de centro. Eu tinha Reuniões com eles para mostrar, a planilha e dizer, ‘é isso aqui’. E como filhos, eles queriam tudo, queriam que a divisão fosse igual, mas às vezes não podia ser igual, cada campus tem um desenvolvimento diferenciado, uma potencialidade diferenciada. A verba vem, tirando os pactos que daí a verba vem específica para os pactos, a verba vem para a universidade e é dividida. Então nós estamos ainda amadurecendo na cultura de uma gestão *multicampi*, né? Mas eu penso que foi um salto qualitativo enorme nós termos dado essa visão de ampliação. Tiramos esse envolvimento apenas na capital e interiorizamos as ações. E essa interiorização cresce a comunidade, cresce a sociedade e cresce a universidade, mas nós precisamos dar conta. Curitiba e Araranguá cresceram demais. Me parece que Joinville e Blumenau que já tinham uma sociedade um pouco mais organizada, que o crescimento não foi tão palpável, mas Curitiba principalmente. Eu fui à inauguração de alguns *campi* e era emocionante. Em Araranguá nós ficamos dentro de uma universidade privada, então assim, houve um movimento da sociedade de abrigar essa ação da universidade de se expandir. Eu penso que foi muito, muito, muito importante. E os cursos que estão nos *campi*, foram uma demanda daquela sociedade regional (E9).

“olha, da minha parte, quando eu visitei e acompanhei as obras de perto com muitas visitas a esses locais, Araranguá, Curitiba e Joinville, eu vi como um ponto altamente positivo a interiorização da universidade, tanto é, que posteriormente foi criado mais o campus de Blumenau. Então, eu vi com muita satisfação essa parte da expansão da UFSC, e como a comunidade local recebeu isso com muita satisfação também. Quando a gente chegava lá, parecia que chegou o governador do estado, porque a UFSC tem esse carisma muito grande no interior. O interior atendia bem a UFSC porque era importante para o crescimento do município também. Então, os prefeitos, as autoridades queriam que o campus fosse para essas regiões. Então, sem dúvida foi uma aceitação e um avanço muito grande” (E11).

Sobre as avaliações dos impactos causados com a interiorização da UFSC, consta no Relatório de Gestão 2012, que a expansão da universidade para outras regiões do Estado foi considerada positiva e de grande importância para o crescimento da instituição no que se refere ao aumento de cursos e vagas, e que os novos recursos advindos do Reuni permitiram, desde 2009, “o desenvolvimento de uma estratégia importante para o ensino superior público em Santa Catarina, qual seja, a interiorização da UFSC com a instalação dos novos *campi* nas cidades de Araranguá (Sul), Curitibanos (Oeste) e Joinville (Norte)”. O Relatório ainda destaca que apesar das dificuldades enfrentadas desde o início do Programa, a interiorização da UFSC impactou de forma “incontestemente as alternativas para a juventude catarinense permitindo a democratização do acesso à universidade para segmentos sociais historicamente excluídos”. Além do que, “também é significativa a sinergia econômica e social nas regiões onde a UFSC se instalou, com potencialidades a serem exploradas” (UFSC, 2013, p. 12; 149).

O conjunto de questões que trata sobre a interiorização da universidade, revelou aspectos relevantes para a pesquisa sobre a expansão da UFSC para outras regiões do estado de Santa Catarina. O primeiro deles diz respeito a escolha das regiões onde os *campi* foram implantados. A gestão pensou em expandir a UFSC para as regiões norte, sul e centro do Estado. Cada uma das regiões escolhidas e os cursos pensados para elas, tinham uma motivação ligada às características do município, como o tipo de agricultura, se a região precisava de inovação e de formação na área tecnológica, além de diversos outros aspectos detalhados na pesquisa.

Outro ponto relevante foi a forma como as comunidades dos municípios onde a UFSC se instalou receberam a universidade. Com exceção do campus de Blumenau, que foi criado em 2013 e não estava previsto no *Projeto Reuni/UFSC*, houve sintonia entre as respostas dos gestores ao afirmarem que a UFSC realizou efetivo diálogo com as populações locais e foi muito bem recebida. Apesar de não ser o objetivo da pesquisa segmentar a análise por campus implantado, cabe destacar que a chegada da UFSC em Blumenau apresentou aparente resistência, possivelmente relacionada à não concretização do projeto de federalização da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Em relação aos fatores determinantes para as escolhas dos cursos e a metodologia de trabalho utilizada para tais ações, a maior parte dos entrevistados apontou justificativas já mencionadas sobre a relação direta entre os cursos e a realidade local. Portanto, os gestores que participaram desse processo, afirmam que foi levado em consideração a “aptidão” da região.

Quanto as percepções a respeito dos cursos previstos no projeto e não implantados, os três entrevistados demonstram visões diferentes. Um deles acredita que como o “processo de escolha dos cursos iniciais foi feito às pressas” (E7), e por existir a possibilidade de alterações no *Projeto Reuni/UFSC*, após estudos mais aprofundados, alguns cursos foram mudados. Outro entrevistado acredita que os cursos não implantados se deram por conta das discussões com a comunidade local e a não aceitação de algumas propostas, optando a UFSC, por trabalhar com cursos mais aplicáveis para a região. Segundo o terceiro gestor entrevistado, na região de Curitiba, a estrutura dos cursos previa que eles acontecessem em dois ciclos. Segundo ele, os cursos de primeiro ciclo foram implantados, mas os de segundo ciclo não chegaram a ser formalizados no conselho universitário.

As considerações dos gestores a respeito da avaliação e dos impactos atingidos com a expansão através da interiorização, foram bem positivas. Os quatro gestores avaliaram que a implantação da UFSC em Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville causaram crescimento e desenvolvimento em diversos setores, além do mais importante, segundo eles, que foi levar mais oportunidade de ensino superior, gratuito e de qualidade para outras regiões do Estado.

O Reuni foi um projeto muito grande, segundo um dos gestores “era uma ampliação que a universidade nunca tinha visto na sua história. A universidade nunca teve tanto dinheiro” (E7). Os resultados benéficos alcançados com a interiorização podem ser percebidos em todas as falas dos entrevistados. Para eles, uma universidade *multicampi*, interiorizada, “cresce a comunidade, cresce a sociedade e cresce a universidade” (E9). O entrevistado E4 avaliou como muito positivo o processo de interiorizar, de sair da capital, de levar oportunidade para outras regiões, “porque aqueles alunos que estão lá, eles não viriam para cá. E por vários motivos. Aqui é mais longe, o custo de vida é mais caro e eles têm uma cultura local de ficar mais próximo, então provavelmente estariam fazendo algum curso EaD, algum curso particular”. (E4).

Mesmo destacando diversos pontos positivos, os entrevistados também trazem pontos negativos, e isso é normal em um contexto de expansão, onde a instituição passou a ter novas demandas, novos assuntos para lidar, novas contratações, licitações, obras, projetos, discussões acadêmicas, pedagógicas, financeiras, sociais e diversas outras demandas. Através das falas, é possível notar o esforço da universidade para que o processo de interiorização acontecesse, mas o funcionamento do processo como um todo, leva em conta a participação de muitos atores com visões diferentes.

### 5.1.3 Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC

O último conjunto de questões se refere as avaliações dos gestores sobre os impactos causados pelo Reuni na UFSC. Mais uma vez, a análise baseia-se nas entrevistas aos gestores e na avaliação do conjunto de documentos produzidos e/ou publicados pela UFSC sobre o Reuni, já descritos anteriormente. Para fazer essa avaliação, os questionamentos propostos tratam sobre as demandas relacionadas ao quadro técnico e docente, a infraestrutura, aos cursos de graduação e aos impactos gerais do programa.

Previsto como um dos principais resultados da adesão ao Reuni, a recomposição e ampliação do corpo técnico e docente da instituição foi avaliada pelos gestores entrevistados a partir de avanços e limites.

Para o entrevistado E2 o impacto no quadro de servidores foi considerável, pois “cresceu o número de docentes e técnicos administrativos, né?”. Porém, destaca que “dentro de uma determinada lógica é uma demanda que vai estar sempre aquém. Porque esse para mim é um dos dados ruins da universidade. Você continua tendo gente que não trabalha impregnando outras pessoas que trabalham, e isso é fundamental destacar”. Além disso, outro aspecto importante citado por ele é a rotatividade de servidores dentro da instituição, “e basicamente por quê? A mão de obra é exuberante, as pessoas fazem concurso, muitas delas com curso superior, com especialização, como mestrado, fazem um concurso pra área técnica e isso causa duas frustrações, no salário e na atividade” (E2).

Os entrevistados E1 e E2 apresentam as mesmas perspectivas em suas respostas. Os dois acreditam que o impacto no quadro técnico e docente foi positivo e ao mesmo tempo foi um grande desafio para a instituição, pois uma universidade *multicampi* requer que seus representantes atendam diferentes demandas, e para isso é necessário diferentes profissionais com formação e expertise em diversas áreas. De acordo com eles, a UFSC estava em momento muito difícil no que se referia ao quadro pessoal da instituição. Existiam muitos departamentos com poucos professores efetivos e muitos substitutos.

“eu acho também que foi um quadro muito positivo. Primeiro que foi um grande desafio. Você trabalhar com a instituição *multicampi*, então imagina você ter representantes e poder atender os diferentes campus da instituição. É claro que a gestão central à administração central estava aqui em Florianópolis, mas como é que você se estrutura tanto do ponto de vista de pessoas, como do ponto de vista de sistemas e do ponto de vista operacional para atender as demandas que vêm de diferentes localidades, né? Então esse é um aspecto importante” (E3).

“foi uma grande expansão, basta você olhar a carreira docente, você tem muitos docentes que estão próximos à aposentadoria agora, se tu contares o tempo de



serviço, tanto docente como o servidor técnico. Daí você vai ver que tem um hiato de um bom tempo, e daí tem uma outra turma que já é do Reuni. Alguma coisa tinha que ser feita, não tinha mais como a gente se manter, porque tinha muito departamento que tinha mais professor substituto do que efetivo. Como ele tem um tempo, que ele pode trabalhar, daí então você vai ver que era processo seletivo a vida inteira né? Então assim, não estava bem, realmente a gente estava com muita coisa descoberta, a gente estava com pouca inovação. A gente tem que lembrar também que nesse mesmo tempo do Reuni, e depois do Reuni também, teve grandes projetos financiados, considerados multiusuário, de pesquisa. Então, tem laboratório por exemplo, no meu centro de origem o CCB que conseguiu por esse ponto muitos laboratórios multiusuários de pesquisa, fazendo com que hoje a pós-graduação de CCB seja destacada, que não seria se não tivesse esse lado desses grandes projetos. Então essas coisas todas caminharam juntas. Eu acho que foi superpositivo. Deveria ter mais recurso para realmente efetivar tudo, talvez” (E1).

Para encerrar as considerações a cerca desse questionamento, o entrevistado E9 traz suas considerações sobre o quadro técnico e docente da instituição. O entrevistado acredita que os recursos investidos pelo Reuni para aumentar o quadro de servidores, trouxe um ganho enorme para a universidade, pois além do aumento de servidores de carreira docente e administrativa, foram criadas vagas de profissionais que não existiam na UFSC e eram pouco conhecidos em outras instituições, profissionais ligados as mais diversas áreas de atuação. Além disso, destaca a importância da contratação de profissionais voltados para a área de inclusão.

“foi positivo, foi positivo sim, não podemos dizer que não foi positivo. Nós conseguimos ampliar cursos, conseguimos ampliar o número de vagas, né? Conseguimos na área técnica revitalizar áreas que até então, nós nem pensávamos. O curso de Libras, né? Ele foi um ganho enorme para a instituição. Hoje se fala em inclusão, hoje e lá na época não se falava tanto inclusão, mas nós já tínhamos essa preocupação com a inclusão. Então, trazer o tradutor de Libras era fundamental para profissionalizar a carreira técnica. O secretário executivo, o administrador. Essas são as ações invisíveis da gestão, é o que não se. Hoje, dentro da folha de pagamento da instituição, todos tem um curso de contabilidade, ou sou computadores, ou sou assistente administração, sabe, é um processo de profissionalização e isso a gente ganhou muito o Reuni. E também na carreira docente, né? Teve ampliação de formação. Eu me lembro que o professor Carlos Pinto, que trabalhava com a professora Yara, nós passávamos às vezes tardes, manhãs, estudando com a área acadêmica às áreas de concentração para abrir concurso. Sabe, pesquisas de ponta que poderia potencializar tal curso, que poderia fomentar pesquisas. Consultávamos a área acadêmica, então houve um ganho que eu penso que a universidade é outra após essa adesão ao Reuni, com certeza. E depois do Reuni a gente conseguiu manter algumas, né? Outras nem tanto, mas a gente conseguiu” (E9).

As respostas obtidas através das entrevistas e confrontadas com as informações constantes nos relatórios de gestão da UFSC, demonstram um crescimento no que se refere a contratação do corpo técnico e docente, mas também evidenciam que as medidas de expansão relacionadas a contratação não foram suficientes para suprir as demandas da instituição.

Este indicador revela, portanto, que a necessidade de contratação de novos servidores técnico-administrativos, além dos docentes efetivos, segue na agenda de prioridades da UFSC, devido à sobrecarga de trabalho e à intensificação das atividades, tornada uma regra indesejável em muitos setores, com prejuízos para a saúde do trabalhador e para a qualidade dos serviços educacionais que prestamos (UFSC, 2013a, p. 513).

O questionamento seguinte foi sobre o impacto do Reuni na infraestrutura da instituição. Sobre essa temática, o Relatório de Gestão de 2013 da UFSC traz considerações referentes as atividades realizadas em 2012, último ano do programa Reuni. De acordo com o documento, a gestão da universidade confirma que até 2013 a universidade iniciou importantes obras, sendo, na sua maioria, demandas antigas da universidade, como a construção de salas de aulas, espaços pedagógicos, laboratórios de ensino e pesquisa, reforma de edificações antigas, ampliação e manutenção de sua infraestrutura de água, de esgoto e de elétrica (UFSC, 2013a).

Além das obras referenciadas e a construção de prédios nas cidades onde a UFSC se instalou, outros investimentos em obras de pequeno e médio porte nos diferentes *campi* foram realizados, bem como investimentos na contratação de projetos de arquitetura e engenharia que culminaram em mais obras executadas no ano de 2014. No que se refere a infraestrutura, a aquisição do Prédio 2 da Reitoria viabilizou espaços para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a partir da realocação e reorganização dos setores administrativos, garantiu o atendimento das necessidades de espaços pedagógicos (UFSC, 2013a).

Encerrando as considerações encontradas nos relatórios de gestão acerca do investimento em infraestrutura, o Relatório de Gestão 2013 apresenta o um parecer geral sobre os investimentos realizados na instituição através dos recursos advindos do Reuni, elencando que mesmo com todos os avanços alcançados, cabe registrar que esta expansão dos recursos ainda está aquém das necessidades geradas com os novos alunos e estruturas acadêmicas. Demandas urgentes em termos de ampliação de espaço físico (salas de aula e laboratórios), bem como uma significativa expansão de demandas de custeio, sejam para pagamento das tarifas de energia e água das novas instalações, sejam pelas necessidades de contratação de serviços de terceiros em setores como segurança, limpeza e cozinha refletem pontos de estrangulamento importantes a serem sanados nos anos seguintes (UFSC, 2013a)..

O questionamento sobre o impacto do Reuni nas ações relacionadas a infraestrutura da universidade foi realizado para o Grupo 1, 2 e para um gestor do Grupo 4. O entrevistado do Grupo 1 afirmou que diversas obras, centros, e laboratórios não teriam sido possíveis sem a

verba que o Reuni trouxe para a instituição, sem falar na construção dos *campi*, que mesmo com obras inacabadas foram um avanço enorme para a universidade.

“o impacto foi positivo, o meu centro ali que é da biologia, se você olhar grande parte dele ali é parte do Reuni. E é isso vale para vários centros, estou falando do CCB porque é a minha vivência, mas você tem obra em todos eles. Eu sei que tem obras que ficaram na inacabadas, porque daí precisava de mais anos ainda, né? Você sabe que a avaliação externa e interna nem sempre é fácil. Então, entram várias variáveis aí que podem complicar as vezes, não é? (E1).

No Grupo 2, o questionamento foi feito aos dois ex-reitores, o entrevistado E2 não soube responder, afirmando não ter participado do processo de construção dos novos prédios, pois já não estava mais no cargo nos anos em que as obras iniciaram. O respondente do Grupo 2 avaliou que “para que a universidade desse conta de gerir e administrar esse crescimento que o Reuni trouxe, ela precisou se reinventar”. Além disso, “introduzimos a governança eletrônica e vários sistemas”, então trouxe impacto e práticas que favoreceram além dos *campi* a sede em Florianópolis (E3).

Por fim, o questionamento realizado somente para um dos gestores do Grupo 4, o envolvido diretamente na parte de infraestrutura da instituição, obteve uma resposta não muito positiva sobre o processo de construção de novos espaços. A crítica se deve ao fato da demora na aprovação das obras e do processo licitatório. Mesmo assim, o gestor afirma que esse problema não é somente da UFSC, mas sim uma questão estrutural do país no que se refere a trâmites burocráticos institucionais no setor público.

“sem a verba do Reuni para a infraestrutura, nós estaríamos igual o hospital universitário, né? Com áreas que poderiam ter sido construídas, ampliadas, reequipadas com equipamentos modernos e que se perdeu a oportunidade quando se tinha um montante de recursos bastante atrativo para universidade entrar, né? Era o Rehuf, dos hospitais universitários<sup>23</sup>.

Assim, em relação a infraestrutura, a avaliação é horrível, por conta da demora. Mas sei que é uma questão também estrutural em termos de país. Algumas exigências que são feitas para as empresas participarem do processo licitatório, e que depois de ganhar a licitação ela não tem aquilo que ela disse que tinha quando concorreu, aí ela começa a obra e não consegue concluir porque ela não tem capital de giro para isso. No socioeconômico, ali o prédio dos mestrados, ali na física e na matemática etc. Isso é também um pouco de falta de gestão por parte da universidade em chamar os órgãos de controle é demonstrar para a + b que o cube da construção civil aumentou em função de demandas do tipo ABC e renegociar. Aí, por exemplo, no socioeconômico talvez com quinhentos mil reais teria concluído a obra, não

<sup>23</sup> O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) foi criado por meio do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010 e define diretrizes e objetivos para a reestruturação e revitalização dos hospitais universitários federais, integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo do programa é criar condições materiais e institucionais para que os hospitais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e de assistência à saúde da população.

repactuaram, o que que ocorreu? Depois foi feita uma nova licitação, que os quinhentos ou seiscentos mil reais que seriam repactuados, foi para cinco ou seis milhões de reais. E demora três ou quatro anos aí para recomeçar a obra. Aí a estrutura fica pegando a sol, chuva, enfim. É uma pena que a gestão, e não estou criticando esse gestor, estou falando de forma geral, é ruim” (E10).

O terceiro item de avaliação sobre os impactos do Reuni na UFSC diz respeito aos resultados de ocupação de vagas a partir da expansão prevista pelo projeto. Para avaliação do cenário relacionado a ocupação de vagas na UFSC, dez anos após a finalização do Reuni, a pesquisa tem como referência os relatórios anuais produzidos pela Coperve sobre o ingresso na UFSC através do vestibular.

Conforme apresentado no Quadro 8 – (Quadro de cursos *Projeto Reuni/UFSC*), foram criados durante o período oficial de implantação do *Projeto Reuni/UFSC (2007-2012)*, 26 novos cursos distribuídos nos quatro *campi* da instituição existentes até 2012. Em relação ao contexto de implantação, as principais mudanças estão relacionadas aos cursos criados no campus Blumenau, a partir de 2013, e os desmembramentos dos cursos de Ciências Rurais, em Curitiba, e Engenharia da Mobilidade, em Joinville. Para elucidar o conjunto de cursos resultantes do Reuni em 2022, foi elaborado o Quadro 9.

**Quadro 9 - Cursos resultantes do Reuni na UFSC – situação em 2022**

CAMPUS	SITUAÇÃO EM 2022
<b>FLORIANÓPOLIS (20 cursos)</b>	1. Ciência e Tecnologia de Alimentos
	2. Zootecnia
	3. Licenciatura em Ciências Biológicas
	4. Artes Cênicas
	5. Animação
	6. Design de Produtos
	7. Letras Libras - Licenciatura
	8. Letras Libras - Bacharelado
	9. Fonoaudiologia
	10. Arquivologia
	11. Educação do Campo
	12. Oceanografia
	13. Antropologia
	14. Geologia
	15. Museologia
	16. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica
	17. Meteorologia
	18. Licenciatura em Química
	19. Relações Internacionais
	20. Engenharia Eletrônica
<b>JOINVILLE* (8 cursos)</b>	21. Engenharia Aeroespacial
	22. Engenharia Automotiva
	23. Engenharia Ferroviária e Metroviária
	24. Engenharia Naval
	25. Engenharia Mecatrônica
	26. Engenharia de Infraestrutura
	27. Engenharia de Transporte e Logística
	28. Bacharelado em Ciência e Tecnologia
<b>ARARANGUÁ** (4 cursos)</b>	29. Engenharia de Energia
	30. Engenharia da Computação
	31. Fisioterapia
	32. Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>CURITIBANOS*** (3 cursos)</b>	33. Engenharia Florestal
	34. Agronomia
	35. Medicina Veterinária
<b>BLUMENAU (5 cursos)</b>	36. Engenharia de Controle e Automação
	37. Engenharia de Materiais
	38. Engenharia Têxtil
	39. Licenciatura em Matemática
	40. Licenciatura e Bacharelado em Química

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados dos Relatórios da Comissão Permanente do Vestibular da UFSC – Coperve.

**Legenda:** \* Os oito cursos do campus Joinville foram resultado do desmembramento do curso de Engenharia da Mobilidade;

\*\*O curso de Medicina existente no Campus Araranguá, criado em 2018, não consta no quadro por não ser resultante das ações do Reuni;

\*\*\* Os três cursos do campus Curitibanos foram resultado do desmembramento do curso de Ciências Rurais.

Os dados disponibilizados nos relatórios da Coperve, referentes aos vestibulares anuais, apresentam os índices de procura pelos cursos da UFSC, incluindo os cursos criados

através do Reuni, foco da pesquisa. Para visualização, interpretação e avaliação desses índices, foi elaborado um quadro referente a ocupação de vagas resultantes dos vestibulares realizados pela UFSC. Para isso, foram escolhidos como referência de análise, os vestibulares dos anos de 2013, 2016, 2019, 2022 e 2023. O vestibular 2023 não constava como período selecionado para análise, mas no decorrer da construção do quadro, julgou-se necessária sua inclusão em função dos dados relacionados ao vestibular 2022 estarem muito atrelados aos impactos causados pela Pandemia de COVID-19.

A Tabela 14, que será apresentada a seguir, aborda uma das dimensões de análise para o cenário da ocupação de vagas nos cursos criados pelo Reuni na UFSC. As informações apresentadas referem-se a 40 cursos distribuídos nos cinco *campi*. Os dados apresentados referem-se aos candidatos aprovados nos cinco vestibulares mencionados, sem garantia de que tenham se matriculado e frequentado os cursos. Cabe destacar que, desde 2015, a UFSC distribui a seleção de vagas em dois processos, 70% delas pelo vestibular e 30% pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). As vagas não ocupadas pelos dois processos principais podem ter sido novamente ofertadas por processos seletivos especiais para vagas remanescentes.

**Tabela 14 - Ocupação de Vagas Vestibulares UFSC – Cursos Reuni**

(continua)

CAMPUS	CURSO	VESTIBULAR									
		2013 <sup>1</sup>		2016		2019		2022		2023	
		Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupada
Florianópolis	1. Ciência e Tec. de Alimentos	70	56	49	49	49	07	49	07	49	05
	2. Zootecnia	70	51	49	49	49	26	49	26	49	09
	3. Lic. em Ciências Biológicas	80	80	56	56	56	34	56	34	56	24
	4. Artes Cênicas	30	30	21	21	21	21	21	21	21	21
	5. Animação	120 <sup>2</sup>	120 <sup>2</sup>	28	28	28	28	28	28	28	28
	6. Design de Produto			56 <sup>2</sup>	56 <sup>2</sup>	28	27	28	27	28	28
	7. Letras Libras - Licenciatura	20	10	20	08	14	08	20	19	20	11
	8. Letras Libras - Bacharelado	20	05	20	06	14	06	20	06	20	07
	9. Fonoaudiologia	80	80	42	42	28	28	28	28	28	19
	10. Arquivologia	60	28	42	18	42	09	42	09	42	04
	11. Educação do Campo	-----	-----	60	60	50	22	50	50	50	19
	12. Oceanografia	30	30	21	21	21	21	21	21	21	21
	13. Antropologia	25	25	18	18	18	13	18	13	18	07
	14. Geologia	30	30	21	21	21	17	21	17	21	07

**Tabela 14 - Ocupação de Vagas Vestibulares UFSC – Cursos Reuni** (conclusão)

CAMPUS	CURSO	VESTIBULAR										
		2013 <sup>1</sup>		2016		2019		2022		2023		
		Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas	Vagas ofertadas	Vagas ocupada	
	15. Museologia	25	18	18	18	21	15	21	15	21	04	
	16. Lic. Intercultural Indígena <sup>3</sup>	-----	-----	-----	-----	45	45	45	45	----	----	
	17. Meteorologia	30	30	21	19	21	05	21	05	21	03	
	18. Licenciatura em Química	40	34	28	28	28	06	28	06	28	03	
	19. Relações Internacionais	80	80	56	56	56	56	56	56	56	56	
	20. Engenharia Eletrônica	60	32	42	42	42	42	42	42	42	42	
Joinville	21. Engenharia Aeroespacial	400 <sup>4</sup>	400 <sup>4</sup>	35	35	35	35	35	35	35	35	
	22. Engenharia Automotiva			35	35	35	35	35	35	35	35	35
	23. Eng. Ferroviária e Metroviária			28	28	28	05	28	05	28	09	
	24. Engenharia Naval			35	35	35	33	35	33	35	35	
	25. Engenharia Mecatrônica			35	35	35	35	35	35	35	35	35
	26. Eng. Civil de Infraestrutura			35	35	35	33	35	33	35	26	
	27. Eng. de Transp. e Logística			35	35	35	12	35	12	35	02	
	28. Bel. em Ciência e Tecnologia			42	42	42	42	42	42	42	42	35
Araranguá	29. Engenharia de Energia	80	80	56	56	42	21	42	21	42	27	
	30. Engenharia da Computação	60	60	42	42	42	42	42	42	42	42	
	31. Fisioterapia	60	60	42	42	42	42	42	42	42	39	
	32. Tecnologias da Informação e Comunicação	100	100	70	70	42	42	42	42	42	42	
Curitiba	33. Engenharia Florestal	100	41	70	48	42	12	42	12	42	10	
	34. Agronomia	100	47	70	70	70	17	70	17	70	11	
	35. Medicina Veterinária	80	80	56	56	56	56	56	56	56	56	
Blumenau	36. Eng. de Controle e Automação	----	----	70	70	70	28	70	28	70	19	
	37. Engenharia de Materiais			70	70	70	06	70	06	70	13	
	38. Engenharia Têxtil			70	58	70	08	70	08	70	02	
	39. Licenciatura em Matemática			70	27	70	09	70	09	70	04	
	40. Lic. e Bel. em Química			70	44	70	17	70	17	70	15	

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos Relatórios da Comissão Permanente do Vestibular da UFSC - Coperve (2013, 2016, 2019, 2022 e 2023).

**Legenda:** <sup>1</sup> O Vestibular 2013 ofertou 100% das vagas de cada curso. Os vestibulares 2016, 2019, 2022 e 2023 ofertaram 70% das vagas (30% das vagas pelo SiSU);

<sup>2</sup> No vestibular UFSC 2013, as 120 vagas do curso de Design ainda não estavam divididas entre os cursos de Design, Design de Produto e Animação. No Vestibular 2016, as vagas de Design referem-se aos cursos de Design e Design de Produto;

<sup>3</sup> O curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica não possui ingresso anual;

<sup>4</sup> Vagas correspondentes ao curso de Engenharia da Mobilidade antes do desmembramento em 8 cursos.

A Tabela 14 apresenta informações referentes as vagas ofertadas e ocupadas nos vestibulares dos anos de 2013, 2016, 2019, 2022 e 2023. Para dar o devido destaque, nas situações em que a ocupação de vagas foi inferior ao número de vagas ofertadas os números estão na cor vermelha. Os dados disponíveis indicam diferenças nos cenários de cada ano analisado, assim como diferenças entre as situações de cada campus ou mesmo de cada curso dentro do mesmo campus.

Para uma análise mais abrangente, fica evidente que os problemas relacionados a ocupação de vagas foram acentuados, principalmente nos três últimos anos, 2019, 2022 e 2023. A redução no número de candidatos nos últimos vestibulares é um movimento preocupante e que não é exclusivo dos cursos criados pelo Reuni. Em relação ao número de candidatos inscritos, o vestibular 2013 teve 36.503 candidatos, o vestibular 2016 teve 36.704 candidatos, o vestibular 2019 teve 28.042 candidatos, o vestibular 2022 teve 18.141 candidatos e o vestibular 2023 teve 23.445 candidatos. A queda no número geral de candidatos inscritos nos últimos anos não é algo exclusivo da UFSC e pode estar atrelada a própria expansão do ensino superior público no país, assim como ao aumento da oferta do ensino à distância e aos impactos relacionados a situação econômica nacional.

Apesar de não preencher integralmente as vagas ofertadas, os vestibulares de 2013 e 2016 ainda apresentavam um cenário positivo com a ocupação completa na maioria dos cursos e quase completa em outra boa parte deles. Entretanto, a partir dos dados referentes ao vestibular 2019, identifica-se um aumento dos cursos que não conseguiram completar as vagas ofertadas, assim como uma significativa queda no percentual de ocupação de muitos cursos que já apresentavam resultados insatisfatórios.

Em relação a situação de cada um dos campus da UFSC, é possível identificar diferenças referentes as dificuldades no preenchimento das vagas. Nos *campi* resultantes do processo de interiorização, todos os quatro possuem cursos com alguma dificuldade na ocupação de vagas. Entre eles, a partir dos dados apresentados, o campus Araranguá é o que possui os melhores resultados, com apenas uma pequena dificuldade na integralização das vagas do curso de Engenharia de Energia. Cabe destacar que os dados do campus Araranguá



não incluem o curso de Medicina, criado em 2018, e que foi o segundo curso mais procurado na UFSC nos dois últimos anos.

O campus Joinville possui todos os seus cursos na área tecnológica e foram resultado do desmembramento do curso de Engenharia da Mobilidade. Apesar de não se configurarem entre os cursos mais procurados da UFSC, seis dos oito cursos de Joinville tem conseguido completar integralmente ou quase integralmente as vagas ofertadas. Por outro lado, o curso de Engenharia de Transportes e Logística e, principalmente o curso de Engenharia Ferroviária e Metroviária possuem claras dificuldades na ocupação das vagas disponíveis.

O cenário parcialmente positivo relacionado a Araranguá e Joinville, muda de figura aos analisarmos os dados de Curitiba e, principalmente Blumenau. Em relação ao campus Curitiba, os maiores problemas enfrentados na ocupação de vagas ocorrem em dois dos três cursos ofertados: Agronomia e Engenharia Florestal. Enquanto o curso de Medicina Veterinária conseguiu ocupar integralmente as vagas ofertadas nos cinco vestibulares apresentados, os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal estiveram muito longe de conseguir isso, principalmente nos dois últimos vestibulares, 2022 e 2023.

Dos quatro *campi* resultantes do processo de interiorização da UFSC, Blumenau é claramente o campus que apresenta os piores resultados relativos à ocupação das vagas ofertadas. Por ter sido criado em 2013, o mais recente campus da UFSC possui dados referentes a quatro dos cinco vestibulares mencionados. As dificuldades com o preenchimento das vagas no campus Blumenau já aparecem nos dados de 2016, onde apenas dois dos cinco cursos conseguiram ocupar integralmente suas vagas, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Materiais. O curso de Engenharia Têxtil, apesar de não completar as vagas, estava próximo da integralização. Em condição mais difícil, as Licenciaturas em Química e, principalmente em Matemática estavam mais distantes da integralização das vagas. Entretanto, o cenário de certa dificuldade nos primeiros anos não melhorou, pelo contrário, nos três últimos vestibulares analisados, nenhum curso do campus Blumenau completou as vagas ofertadas. Em 2023, por exemplo, todos os cursos tiveram uma ocupação inferior a 25% das vagas ofertadas. As piores situações continuaram relacionados ao curso de Engenharia Têxtil e aos cursos de Licenciatura em Matemática e Química.

Em relação ao campus sede, em Florianópolis, a análise dos dados referentes a ocupação de vaga nos cursos criados pelo Reuni indica a existência de diferentes cenários. Enquanto alguns cursos como Artes Cênicas, Animação, Design de Produto, Engenharia Eletrônica, Fonoaudiologia, Oceanografia, Relações Internacionais e Licenciatura Intercultural Indígena conseguiram ocupar integralmente ou quase integralmente as vagas

ofertadas nos cinco anos analisados, outros cursos de Florianópolis possuem maiores dificuldades no preenchimento das vagas. Alguns cursos como Ciência e Tecnologia de Alimentos, Educação do Campo, Geologia, Museologia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Meteorologia e Zootecnia, tiveram bons resultados na ocupação de vagas nos primeiros anos, mas passaram por uma forte redução na procura nos últimos anos. Por fim, os cursos de Arquivologia, Letras Libras e Licenciatura em Química apresentaram sérias dificuldades no preenchimento de vagas em quase todos os anos analisados.

O tema da ocupação de vagas também foi alvo de questionamentos aos gestores, de acordo com as categorias de análise apresentadas anteriormente. Aos entrevistados, perguntou-se se a ocupação de vagas nos cursos de graduação atingiu os objetivos esperados. Em caso negativo, quais são as principais razões?

O entrevistado E3 traz alguns aspectos bem interessantes referente a ocupação de vagas na UFSC. Ele acredita que as constantes mudanças da sociedade, principalmente no que se refere aos avanços digitais, precisam serem levadas em consideração na hora de “atrair” os estudantes para a universidade. Outro aspecto que considera importante é que a instituição faça uma melhor divulgação dos cursos, vagas e programas que oferece para os estudantes.

“acontece que, juntamente com a implantação dos novos *campi* vieram outras mudanças e outras transformações. Então nós estamos falando dos 10 últimos anos e os 10 últimos anos eles têm experimentado grandes mudanças. As tecnologias digitais, as demandas, as mídias sociais, né? Então você vê que a universidade hoje ela oferece mais de 130 cursos. Se você quer estudar na universidade, são mais de 130 cursos. Pelo menos metade desses cursos, ou perto da metade desses cursos o número de vagas é maior do que o número de candidatos. Isso é um absurdo que seja dessa forma, né? Porque isso mostra uma série de aspectos. Primeiro, a sociedade desconhece essa possibilidade. Existe uma demanda muito grande pela formação em nível superior da nossa sociedade, o nosso nível de escolaridade em nível superior, é baixo, e as pessoas muitas vezes desconhecem que podem fazer bons cursos numa universidade de qualidade, sem pagar uma mensalidade e com muito apoio, apoio de bolsas, apoio para alimentação, apoio para moradia se você não tem condições. É uma pena que isso ocorra desse jeito. Eu penso que a universidade deveria divulgar mais isso e tentar atrair mais estudantes. Esse é um aspecto, outro aspecto é que é as profissões têm mudado muito, e uma característica dos novos tempos é que hoje começa a crescer o número de jovens que entendem que talvez não precisem de um curso superior para ter sucesso na vida. Eu penso que essa é uma visão equivocada, porque você se educa não só para você ter sucesso profissional, mas você se educa, para que você amplie a sua cultura, a sua formação. E a educação quando ela é ampliada, ela liberta, ela lhe dá mais condições de você pensar por si próprio e você conhecer melhor o mundo” (E3).

Ainda sobre o entrevistado E3, ele acredita que a instituição precise mudar a forma como são estruturados os cursos, abrindo espaço para os interesses primários e secundários

dos estudantes, e não uma proposta fechada de formação em uma única área. Essa possa ser uma das causas da sobra de vagas.

“independente, de você ter preferência por uma área ou por outra, você tá numa universidade como a Universidade Federal de Santa Catarina, mesmo que você esteja fazendo um curso de direito, você se beneficia de poder assistir uma palestra na biologia, poder fazer uma matéria na computação e, sem dúvida, uma pessoa que faz um curso de direito, mas tem uma formação em alguns aspectos da biologia ou da computação ou de letras, né? Ela é mais bem preparada. História, filosofia, as humanidades ocupam um espaço em que elas, diferente de áreas mais precisas, como as ciências naturais ou a matemática, que às vezes o sujeito não tem aquela propensão, né? Quem é que não se beneficia de uma boa disciplina que trata da história contemporânea, da história antiga ou uma disciplina da Geografia, ou letras. Então, essa é uma mudança que a universidade tem que fazer eu penso, que é permitir que a pessoa ao entrar na universidade, ela possa ter um interesse principal, mas que possa ter interesse secundários. E que você, ao passar pela universidade, você fala o seguinte, ‘olha esse sujeito a formação principal dele é em história, mas ele tem uma formação também em computação, uma área principal e uma área secundária de atuação’. Esse é um fator diferencial. Porque é um sujeito que conhece a história, se interessa por história, mas tem qualificação em ciências computacionais, né, ou sistemas de informação, ele está mais bem qualificado para entender aquela realidade histórica com ferramentas que exigem métodos computacionais” (E3).

Por fim, o mesmo entrevistado complementa:

“então, respondendo à sua pergunta, hoje nós vivemos essa dificuldade, a dificuldade associada ao não preenchimento das vagas, e pior ainda em alguns aspectos, mesmo aquele aluno que passa num determinado curso que às vezes é competitivo, ele toca aquilo ali durante um certo tempo, depois olha e desiste, sobretudo se o curso tem algumas dificuldades mais temáticas. Isso tem acontecido na engenharia, onde a evasão é uma evasão grande, né? Então, a universidade, o julgamento do que está acontecendo e essa reflexão de que essa criação de vários cursos pelo Reuni, ela foi bem recebida pela universidade ou não é difícil você separar essas duas coisas. Essa mudança que ocorre e o fato da universidade ter passado a oferecer leques maiores. Eu reflito muito sobre isso e acho que esse é um desafio para a universidade, porque muitas vezes o sujeito tá na dúvida se ele faz é história, faz direito ou se faz engenharia, por exemplo. Não é incomum que tenha isso. Lá pelas tantas, ele decide fazer engenharia. Aí na hora de escolher o vestibular, ele tem 23 opções. Eu já contei isso aí. Se ele decidir que ele vai fazer engenharia ele pode escolher entre 23 modalidades. Ele estava na dúvida se fazia engenharia ou direito e aí ele decidiu fazer engenharia, aí você pergunta pra ele, se ele quer fazer engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia automobilística? Então por que não você abrigar o estudante em grandes áreas, né? Você gosta mais de que você gosta mais das Humanidades? Você gosta mais das ciências sociais aplicadas? Por exemplo, economia, administração, contabilidade, relações internacionais. ‘Eu gosto de humanidade’, então tá bom, ‘você começa aqui da humanidade. aí você cursa uns dois anos depois você faz a opção se você quer pra ir pra história, você quer ir pra Geografia, se quer ir pra filosofia, enfim, antropologia e assim por diante. É o melhor que eu consigo responder na sua pergunta, né? Eu acho que foi bom para a universidade ter ampliado o número de cursos ampliado, o número de vagas, mas hoje não por causa dessa ampliação, ela tem que lidar com essa dificuldade em perceber essas novas demandas da sociedade” (E3).

Analisando por outro lado, o entrevistado E1 acredita que a carência de vagas da instituição era maior do que a quantidade de vagas que foram liberadas. Então, foi necessário muita conversa e negociação com os centros, para explicar as necessidades imediatas e o que seria feito em um segundo momento. Mesmo assim, afirma que “o que veio teve críticas, mas se viesse mais do que veio, também haveriam críticas, então precisávamos estar preparados” (E3).

“olha assim, a carência era sempre maior do que foi liberado. Porque em si é como se tivesse assim, se a gente precisasse, pelo novo que foi implantado, vamos imaginar que a gente precisasse de 100 vagas. Vamos imaginar. Mas tinha 50 ali que estavam o passado, e na realidade vinha um pouquinho mais que a gente precisava. Vamos dizer que viesse 120. E daí começa uma negociação grande, uma missão grande. E daí todo mundo coloca no papel tudo que precisa. Daí tu tem que se olhar tudo, ter muita paciência, conversar com todo mundo, mostrando que são etapas e o que ia atender no primeiro momento. O que a gente pretende no segundo momento. O que talvez a gente nunca consiga atender, né? Então assim, eu acho que foi dentro do esperado. Teve algumas mudanças, inclusive ainda possíveis de fazer, mas lógico que todos os departamentos tinham expectativa de contratar tudo o que eles precisavam. Isso lógico que não foi possível, né? Por exemplo, pra gente fazer o primeiro concurso, que eu acho que foram 159 vagas de professor, se não me falha agora, foi uma longa discussão, uma super reunião, que digamos que 85% da comunidade saiu entendendo e 15%. Mas eu acho que isso a gente acostuma tranquilo quando a gente está em função administrativa. Tem que lidar com conflitos, né? E se tivesse vindo 150 ainda ia ser considerado pouco e teria que lidar com outro conflito” (E1).

Os dois últimos questionamentos feito aos entrevistados foi em relação a uma avaliação pessoal com olhar institucional em relação aos impactos do Reuni na UFSC. Para o questionamento final, também era necessário que a resposta estivesse vinculada a sua vivência profissional dentro da instituição, portanto esses dois questionamentos serão avaliados em conjunto. As perguntas foram as seguintes: Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC? Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

Para o entrevistado E3, o Reuni cumpriu demandas de diversos aspectos, o aspecto inovador, acadêmico, de infraestrutura, de modernização da universidade, de expansão e de integração com Santa Catarina. O entrevistado E2 também destacou todos os avanços conquistados em diversas áreas da UFSC e de outras instituições. “Eu acho que foi muito bom, não só na UFSC, como para toda a universidade brasileira. O governo Lula foi um momento fantástico para a universidade, para o ensino superior no Brasil” (E2).

“eu acho que o Reuni, teve um bom impacto, e acho que estava precisando daquele impacto. Sinto muito que a UFSC não pôde já participar dos outros momentos de expansão, que era um pouquinho menores e talvez tivesse sido melhor assimilado

pelo todo. Eu sei que quando a gente trabalha em função administrativas, a gente explica, volta a explicar, explica de novo e tem gente que sempre vai dizer que não sabia, né? Mas eu acho que é uma coisa que a gente tem que insistir cada vez mais, eu insistiria hoje de ter mais coisas escritas sobre o Reuni, de ter alguns detalhamentos para mesmo que a pessoa diga que não sabe, ‘olha, está aqui ó, saiu no jornal da universidade, na página da UFSC’. Mesmo que a gente fizesse isso hoje, eu vejo que é uma coisa que tem que detalhar muito mais para a gente poder mostrar. ‘Olha, tá aqui, ó, leia’. [...] Então numa mudança grande, como o Reuni, por exemplo, eu consigo ver coisas muito boas e acho que tinha que ser mesmo, fazia parte, porque não dá para acreditar que viria recursos só pelo passivo. Tem que vir alguma coisa de futuro, então entendo perfeitamente. Mas é porque eu sempre me vi muito envolvida com isso. Você pode encontrar outros docentes ou servidores ou alunos que talvez sentiam a carência, mas acreditavam que poderia ter vindo dinheiro, vagas e outras coisas, com recursos só pelo passivo. Então vai muito da concepção de cada um da vivência de cada um” (E1).

“tem os prós e os contra. Então os prós, claro, é porque a gente está dando mais oportunidade, que é a nossa missão. A missão de levar a universidade para mais pessoas. E os contra é que a UFSC não estava preparada para atender bem isso. A estrutura nossa, foi toda planejada para atender o campus local. E até hoje, as pessoas que estão aqui há bastante tempo e não conhecem o campus do interior, fora da sede, ainda não entendem como é que funciona. [...] O centro tecnológico de Florianópolis, ele tem toda a estrutura de prefeitura universitária, de DMPI, DFO<sup>24</sup> etc. A gente tem toda a estrutura que lá não tem. Então, lá eles têm que meio que criar uma estrutura administrativa diferenciada. Uma administração do campus e uma administração do centro, e eles estão indo nessa direção até no estatuto da UFSC foi pensado nisso. E a gente quando se refere a um campus, fora da sede, às vezes não usa palavras certas, eles são um campus como de Florianópolis na prática, não é? A UFSC está lá igual, é a UFSC Araranguá. O ponto negativo então, é a não adequação. Ainda precisamos readequar para incluir melhor os campi” (E4).

“tem vários aspectos, assim que poderiam ser considerados, né? O primeiro é a possibilidade de expansão, a universidade, praticamente hoje se continuasse com um único campus em Florianópolis não teria a mínima condição de expandir qualquer atividade. Estaria com as mesmas atividades de 30 a 40 anos atrás, porque não tem espaço, não tem condições físicas de atender qualquer expansão física. Segundo, porque o projeto Reuni conseguiu uma certa proximidade com as realidades locais. [...] Por exemplo, hoje a indústria 4.0, se você não está mais ou menos próximo da indústria, você não sabe quais são as reais necessidades e que adaptações você tem que fazer. Então, isso teve um efeito muito importante, digamos assim, na postura da UFSC para comunidade do estado todo. Mas também vieram os problemas, como já lhe disse, com os recursos que acabaram, alguns cursos, alguns campi ainda estão com falta de profissionais, que não vieram as vagas, mas isso faz parte do crescimento. Você primeiro cresce, dá um passo e depois ajusta. Porque se for esperar que tudo venha antes de fazer qualquer coisa, aí não faz” (E7).

“concluindo a parte da avaliação do Reuni, foi um grande avanço para o país em termos de investimento na educação. O fato de tarde termos perdas grandes todo ano, aí é falta de gestão, de cada instituição, de cada gestor que assume o mandato de uma instituição. Por mais defeito que tinha, foi melhor do que como estava naquele momento, então a universidade só ganhou com isso, e hoje nós estamos investindo muito na pós-graduação. Hoje nós somos a quarta, a quinta brasileira na área de pesquisa, é porque o pessoal que está na pós-graduação está puxando, levando a universidade para cima. Mas agora quando tu pega em nível de graduação, se você comparar os cursos de graduação com a maioria das

---

<sup>24</sup> DMPI - Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura da UFSC e DFO - Departamento de Fiscalização de Obras da UFSC

universidades vizinhas particulares aí, talvez a nossa esteja muito aquém daquilo que deveria estar. Mas o programa por mais defeito que teve, ele foi positivo, foi propositivo. Pode ter certeza de que quando a gente formou 2, 3 alunos lá em Esperantina, Piauí, ou lá em Boa Vista, Roraima, ou nas outras unidades das outras cidades, que tem 15 cidades, mas só Roraima tinha na época. Essas são pessoas com uma outra formação, com uma outra visão de mundo. Com certeza as pessoas, se não foram embora daquela região, elas estão ajudando a transformar a região” (E10).

“Eu penso que o Reuni, ele nos assustou no início, como eu pontuei, mas foi uma ferramenta que potencializou o processo de expansão da educação superior no país. As universidades tiveram que se preparar para isto, né? Mas eu acho que a grande magia, o grande salto qualitativo, e eu estou falando da nossa casa. Foi o processo da gestão universitária, sabe, um processo dialógico entre gestores e entre a comunidade para que a gente pudesse aproveitar da melhor forma possível os recursos que estavam vindo. Eu acho que a gente perdeu alguns recursos também pelo pouco tempo, né? E também, assim, cada um tem o seu projeto melhor. A tomada de decisão de que projeto investir, o que fazer? como fazer? Eu me lembro que em Curitiba, quando a gente falava de fazer medicina veterinária, a UDESC ficava apavorada. Algumas pessoas nos questionavam isso, então eu me lembro de reuniões que o professor Lúcio buscava ter argumentação de que era importante, a gente ia somar e ampliar. Então era essa a visão de que seria essa ampliação, esse planejamento. Mas para ser sintética para ti na minha resposta, o Reuni foi positivo, ele trouxe ganhos enormes para a instituição. Nós não seríamos o que somos, sem o Reuni.

Teve fragilidades no processo de planejamento? Teve, mas teve muito pouco tempo. O próprio governo federal, começou a ver a os desafios que as universidades enfrentavam para o gerenciamento das suas ações, e ampliou no final um pouco mais as etapas. Teve esse processo de ampliação. Então, mesmo na gestão do professor Prata, ele também implementou algumas ações e teve também que ter tomadas de decisões quanto a isso. Eu penso que foi algo que foi extremamente positivo” (E9).

“a minha participação na gestão em forma deliberativa alcançou a primeira fase do Reuni, ou seja, a construção do Projeto de adesão da UFSC. Contudo, em que pesem todas as divergências a serem arguidas em relação aos recursos de pessoal, infraestrutura em novas demandas e diretrizes de consolidação, acredito que todas se submetem, à essência da vontade e da decisão política de um governo de base popular em democratizar pela expansão o acesso ao ensino superior público.

No contexto e na realidade da sociedade brasileira, o Reuni chega com um atraso de quase 50 anos, numa correspondência subjetiva de 500 anos. Muitas gerações de trabalhadores, homens e mulheres, responsáveis pelo desenvolvimento econômico, político social e cultural deste país não alcançaram o direito à educação e, muito menos, ao ensino superior.

O Reuni reestrutura o interior das universidades. Sua comunidade começa a se configurar de pessoas brasileiras de todas as etnias, de todas as crenças, de todas as opções sexuais, de todas as formas de manifestações culturais e das formas de existir.

O Reuni se apresenta em avanços quantitativos de novas universidades, novos institutos tecnológicos, novas modalidades curriculares para o ensino superior, mas esse quantitativo, decorrente de seu atraso, ainda não alcança a totalidade de jovens, homens e mulheres que tem direito ao acesso à educação. Ao pensar no desejo, como ação política, podemos transformar em responsabilidades coletivas as divergências a serem arguidas sobre o Reuni” (E8).

Para o entrevistado E11 o Reuni “foi um projeto fantástico. Não só para nossa universidade, mas para todas as demais que participaram desse projeto ele foi muito positivo, pra mim e pra muita gente que se formou, e que pode ter um projeto de vida diferente”. Um

aspecto levantado por esse entrevistado e também pelo entrevistado E4, foi que o Reuni proporcionou questões ligadas a permanência com a criação da assistência estudantil. “Na gestão do professor Lúcio, foi criada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, que não existia” (E11). Foi elencado também por esses entrevistados a situação da moradia estudantil da UFSC. O entrevistado E11 lembra que único bloco de moradia da universidade, construído muito antes do Reuni, ele foi construído à custas de muita luta para conseguir recursos. A ampliação da moradia não aconteceu com as verbas do Reuni, pois não havia recursos destinados para tal ação. “Porque tinha verba para construir um prédio de sala de aula sim, mas não tinha verba para construir prédio de moradia estudantil” (E11).

“eu acho que um aspecto importante, é que fez mais pressão na UFSC sobre a questão da permanência dos alunos, porque daí a gente dá mais oportunidade, o que é bom, né? Mas chegam mais alunos com mais necessidades e a gente não evoluiu, por exemplo, na moradia estudantil. A moradia é um problema antigo, já é um gargalo aqui, imagina no interior. Então a gente até conseguiu, claro, com as vagas nos campus fora de Florianópolis, aumentar as bolsas de permanência, mas não é suficiente. Nunca é suficiente, né? E aí com isso a gente perde muito aluno. A gente perde muita gente no caminho. Então eu acho que o Reuni, ele tinha que vir atrelado com esse pacote de permanência e acho que a moradia seria essencial. O aluno está dentro do campus, morando pertinho, né? É outra coisa. Para a quantidade de alunos que a UFSC tem, a moradia é irrisória. Tem universidades que resolveram isso a muito tempo e a UFSC não” (E4).

Por fim, para encerrar as considerações conquistadas com as onze entrevistas realizadas com gestores da UFSC ligados ao Reuni, o entrevistado E4 trouxe uma reflexão sobre a importância da UFSC na vida das pessoas, afirmando que ela é uma oportunidade para todos nós e para o que queremos conquistar. “Assim como eu que eu saí do interior de Tubarão, de escola pública e vim para Florianópolis estudar. Felizmente pude me manter aqui, aproveitei bolsas e tudo, mas é assim, algo que muda o patamar de uma família, muda completamente” (E4). Complementa dizendo que: “você realmente inclui as pessoas, faz distribuição de renda, e aí com o Reuni, a gente a ampliou isso” (E4). Essa é uma reflexão muito importante a ser feita sobre o papel da universidade na sociedade. Assim, encerram-se as análises das respostas obtidas com as entrevistas da pesquisa.

Os questionamentos sobre as avaliações dos impactos do Reuni na UFSC, abordaram questões sobre demandas relacionadas ao quadro técnico e docente, a infraestrutura aos cursos de graduação e a avaliação geral dos impactos. É possível perceber um consenso entre eles sobre o impacto positivo que o Reuni causou tanto na UFC, quanto nas outras universidades do país que aderiram ao programa. Sobre o impacto dos investimentos do Reuni para o quadro

técnico e docente da instituição, os entrevistados apontaram que teve um resultado considerável, pois cresceu o número de servidores na instituição. Outro aspecto interessante levantado por eles, é que a contratação de novos servidores possibilitou também a criação de vagas de profissionais especializados em determinadas áreas, que até então não existiam na instituição.

Quanto as percepções a respeito do impacto na infraestrutura, os entrevistados destacaram que muitas obras não teriam sido realizadas sem esse recurso, talvez a implantação de todos os *campi* não tivesse acontecido. Mesmo apontando pontos positivos, ressaltam que muitas obras ficaram inacabadas, isso se deu por conta de má gestão na administração dos recursos e principalmente pelos processos burocráticos referentes a licitações e a demora da instituição na aprovação dos projetos das obras.

Sobre aos objetivos esperados em relação a ocupação de vagas, a fala de um dos gestores merece destaque, pois para ele as constantes mudanças da sociedade, principalmente no que se refere aos avanços digitais, precisam serem levadas em consideração na hora de “atrair” os estudantes para a universidade, além disso, é necessário que a instituição faça uma melhor divulgação dos cursos, vagas e programas que oferece para os estudantes. De acordo com ele, só assim, a universidade irá atingir os objetivos de atrair estudantes e preencher todas as vagas.

Fazendo uma síntese sobre todas as respostas obtidas com esse questionamento, com unanimidade, todos os gestores consideraram o Reuni um ganho muito grande para a instituição. As verbas, as vagas, as contratações, a expansão, a interiorização, a ampliação e construção de novos prédios, as bolsas de estudo, as reformas, equipamentos, o investimento em pesquisa etc. Todos esses adjetivos foram levantados pelos entrevistados para definir o que foi o Reuni para a UFSC e para as demais instituições de ensino superior do país. Nenhum dos onze entrevistados disse que a UFSC não deveria ter aderido ao Reuni e conseqüentemente se expandido. É claro, que mesmo elencando diversos ganhos, as falhas também existiram. Essas falhas são atribuídas a diversos aspectos, mas principalmente a rapidez que tudo precisou ser feito e decidido. Um projeto do tamanho do Reuni requer estudo, avaliação, compreensão, diálogo e metas a serem cumpridas e alcançadas, mas o tempo destinado para cumprir todas essas demandas não foi suficiente. O tempo foi uma das justificativas dos gestores para o Reuni não ter sido melhor aproveitado pela universidade.



## 6 PROPOSTAS PARA REDUZIR A OCIOSIDADE DE VAGAS A PARTIR DO LEGADO DO REUNI

Através do objetivo geral proposto pela pesquisa, a dissertação procurou avaliar o processo de expansão do ensino superior na UFSC, a partir da implantação do Reuni na instituição. A avaliação do Reuni na UFSC, dez anos após a sua finalização, foi motivada pelo reconhecimento das dificuldades existentes na ocupação das vagas em diversos cursos de graduação implantados através do programa. Conforme os dados analisados e avaliados na Tabela 14, dentro do item 4.3.5 (Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC), o cenário relacionado a ocupação de vagas tornou-se mais preocupante nos últimos anos. Mesmo com a acentuada queda no número de inscritos nos vestibulares da UFSC ao longo desses dez anos, as distorções estão muito mais relacionadas à procura desigual entre os cursos oferecidos pela instituição. No vestibular de 2023, por exemplo, foram 23.445 candidatos para 4.542 vagas disponíveis, ou seja, foram mais de cinco candidatos por vaga. Sendo assim, é possível interpretar que o desinteresse ou mesmo o desconhecimento de alguns dos cursos ofertados pela UFSC pode justificar tal situação.

Para entender as razões para as distorções em relação a procura e ocupação de vagas nos cursos, fez-se necessário compreender e avaliar a trajetória do Reuni na UFSC, desde o contexto de adesão ao programa. A avaliação proposta procurou entender as razões para as escolhas dos novos *campi* e dos novos cursos. Mesmo reconhecendo que os problemas de ocupação de vagas não sejam exclusividade dos cursos criados a partir do Reuni ou mesmo que essas dificuldades estejam presentes em todos eles, entende-se que os dez anos após a finalização da implantação do programa permitem uma avaliação mais clara dos seus impactos e, conseqüentemente, torna-se um momento estratégico para rever e redimensionar ações através de novos encaminhamentos.

Nessa direção, serão apresentadas algumas sugestões, alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas na instituição, a partir do legado do Reuni. Cabe destacar que a procura por equacionar o problema relacionado ao preenchimento de vagas se articula com outros aspectos avaliados pela dissertação, como infraestrutura e quadro técnico e docente da instituição.

Os recursos destinados ao processo de expansão das vagas e interiorização da UFSC através do Reuni, foram determinantes para construção de diversas novas instalações no campus sede, assim como a implantação de sede própria no campus de Araranguá e no campus de Curitibanos. Entretanto, dois dos novos *campi*, Joinville e Blumenau continuam

sem sede própria e permanecem dependentes da locação de prédios para o seu funcionamento. Além disso, tanto em Florianópolis quanto nas outras duas sedes próprias, algumas obras previstas pelo projeto não foram concluídas ou mesmo iniciadas.

No mesmo sentido, parte do quadro de servidores técnicos e docentes previstos pelo Reuni, não foi contratada. Como mencionado nas avaliações dos gestores entrevistados, são frequentes as manifestações sobre a necessidade de contratação de professores e equipe técnica nos diversos setores da instituição. Com a baixa procura por alguns cursos, as distorções entre as quantidades de professores por alunos acabam sendo ainda mais evidentes na comparação entre cursos com maior ou menor ocupação de vagas.

As propostas para ampliação do acesso ao ensino superior da UFSC e a redução da ociosidade de vagas, podem ser divididas em ações construídas a partir de três direções que se diferem pelo grau de dificuldade:

- a) Ações relacionadas a avaliação das condições atuais, de baixa dificuldade;
- b) Ações destinadas a revisão das estruturas e políticas já existentes, de dificuldade média;
- c) Ações deliberativas destinadas ao redimensionamento dos quadros de servidores e da manutenção ou não de determinados cursos de graduação, de alta dificuldade.

Para o encaminhamento das ações relacionadas a avaliação das condições atuais, propõe-se aqui a formação de um Grupo de Trabalho (GT), nomeado por portaria institucional e com prazo determinado para conclusão da atividade. O GT deve ser proposto e articulado pela PROGRAD e respaldado por portaria do gabinete da reitoria. Caberia ao grupo de trabalho a avaliação das condições que possam justificar as razões para as dificuldades no preenchimento das vagas em determinados cursos da UFSC. O GT proposto, deve ser composto por servidores, docentes e técnicos, estudantes, egressos e pela comunidade externa, com participantes relacionados aos cinco *campi* da instituição, distribuídos em subgrupos em função das particularidades regionais. Caberia ao grupo de trabalho a elaboração de um relatório de avaliação do cenário encontrado e a proposição de ações relacionadas a melhor ocupação das vagas, através de formas alternativas de ingresso nos cursos, assim como medidas para permanência e redução da evasão. Em relação aos processos seletivos, deve-se considerar que os mais de cem cursos de graduação da UFSC possuem realidades distintas em relação a procura e ao perfil dos interessados. Cabe destacar que alguns cursos, como Letras Libras, Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena já adotam processos seletivos especiais em função das suas particularidades relacionadas ao público-alvo.

A segunda direção para as ações propostas, destinada a revisão da organização de pessoal e de políticas já existentes, pode ser entendida com um encaminhamento de maior dificuldade do que o primeiro por estar mais sujeito a resistências e por exigir um prazo maior para sua execução. A partir dos resultados das avaliações do Grupo de Trabalho, caberá aos setores envolvidos, como colegiados de cursos e demais conselhos deliberativos, a revisão dos projetos político pedagógicos dos cursos que necessitem de ajustes, como a revisão da oferta de vagas e dos turnos destinados as atividades regulares de ensino. A readequação dos turnos, por exemplo, pode ser resultado da percepção da necessidade de ampliação da oferta de cursos noturnos para atender demandas de estudantes trabalhadores.

Ainda na segunda direção para reduzir a ociosidade de vagas na instituição, a partir dos resultados propostos pelo Grupo de Trabalho, a universidade poderá rever as prioridades relacionadas aos investimentos em infraestrutura a partir das demandas que permitam o melhor aproveitamento dos espaços físicos de forma compartilhada, a fim de evitar a ociosidade de determinados espaços físicos em alguns turnos. Essa tarefa exigirá maior diálogo entre os diferentes centros de ensino e a construção de estratégias compartilhadas, condição que aumenta as dificuldades de concretização deste encaminhamento.

A terceira e última direção proposta é de maior dificuldade que exigirá grande empenho dos setores deliberativos para controlar as eventuais resistências. Nesta proposta, entende-se como necessária a readequação de estruturas parcialmente consolidadas na instituição, como os quantitativos de professores e servidores técnicos em cada departamento ou centro de ensino. Em relação aos docentes, para readequação pretendida, torna-se necessária a análise aprofundada da distribuição do PAAD (Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes) de cada departamento para identificação das possibilidades de remanejamento de códigos de vagas no caso de aposentadorias ou exonerações. Atualmente, é possível identificar departamentos com maior ou menor carga horária de ensino.

No mesmo sentido, existe a necessidade de rever a pertinência ou não da manutenção de cursos de graduação que, a partir dos dados oficiais, demonstram-se desarticulados com as demandas e expectativas dos estudantes e que por vários anos seguidos ficam muito distantes do preenchimento integral das vagas ofertadas. A avaliação sobre a validade da manutenção de alguns cursos pode considerar alternativas como uma eventual redução do número de vagas ofertadas ou até mesmo continuação de ingressos anuais. A redução na procura de alguns cursos pode estar articulada a justificativas como a redução do mercado de trabalho, a relevância do curso para região em que é oferecido ou até mesmo a modalidade de oferta (presencial ou à distância).

Por fim, para dar maior visibilidade as propostas para ampliação do acesso ao ensino superior da UFSC e encontrar alternativas para redução das vagas ociosas na instituição, foi elaborado um quadro síntese.

**Quadro 10 - Síntese das Propostas**

<b>Direção proposta</b>	<b>Ações e resultados previstos</b>	<b>Responsáveis pela execução</b>	<b>Grau de dificuldade previsto</b>
Ações relacionadas a avaliação das condições atuais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um relatório de avaliação do cenário encontrado e a proposição de ações relacionadas a melhor ocupação das vagas, através de formas alternativas de ingresso nos cursos, assim como medidas para permanência e redução da evasão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Grupo de Trabalho</b>, (nomeado por portaria institucional e com prazo determinado para conclusão da atividade)</li> </ul>	Baixa dificuldade
Ações destinadas a revisão das estruturas e políticas já existentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão dos projetos político pedagógicos dos cursos que necessitem de ajustes, como a revisão da oferta de vagas e dos turnos destinados as atividades regulares de ensino.</li> <li>• Revisão das prioridades relacionadas aos investimentos em infraestrutura a partir das demandas que permitam o melhor aproveitamento dos espaços físicos de forma compartilhada a fim de evitar a ociosidade de determinados espaços físicos em alguns turnos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Grupo de Trabalho</b></li> <li>• <b>Conselhos deliberativos da UFSC</b> (Colegiados, Conselhos de Unidade, Câmara de Graduação e Conselho Universitário)</li> </ul>	Média dificuldade
Ações deliberativas destinadas ao redimensionamento dos quadros de servidores e da manutenção ou não de determinados cursos de graduação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Readequação dos quantitativos de professores e servidores técnicos em cada departamento ou centro de ensino.</li> <li>• Revisão da pertinência ou não da manutenção de cursos de graduação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conselhos deliberativos da UFSC</b> (Colegiados, Conselhos de Unidade, Câmara de Graduação e Conselho Universitário)</li> </ul>	Alta dificuldade.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Cabe destacar, que as propostas apresentadas são apenas algumas das possibilidades de ampliação do acesso e redução da ociosidade de vagas no ensino superior da UFSC. Além de precisar ser provocada e mobilizada pela PROGRAD e pelo gabinete da reitoria, e assim como qualquer outra proposta, a sua execução dependerá de um efetivo envolvimento dos diversos setores da comunidade universitária.

## 7 CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, através do seu objetivo geral, buscou-se avaliar o resultado do processo de expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades (Reuni), e propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas.

Dessa forma, o objeto de estudo desta pesquisa originou-se de um recorte temporal realizado pela pesquisadora junto a dimensão da estrutura UFSC em seus cinco *campi*. Para isso, foi realizada uma análise, restrita ao processo de expansão da universidade, no âmbito das dimensões propostas pelo programa Reuni na UFSC, focada especificamente em responder como a partir da experiência do *Projeto Reuni/UFSC* pode-se obter subsídios para a proposição de alternativas e ações voltadas a redução da ociosidade de vagas? No intuito de atender o objetivo geral proposto, foram estabelecidos, no início da pesquisa, quatro objetivos específicos, sobre os quais serão apresentadas algumas considerações.

Para atingir o primeiro objetivo específico de identificar as condições de acesso ao ensino superior no Brasil no contexto de idealização e implantação do Reuni, foi necessário a realização de pesquisa bibliográfica e documental, no sentido de fazer um resgate do processo histórico de acesso ao ensino superior do Brasil. A pesquisa se baseou em identificar as políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior a partir da redemocratização do Brasil (1985), os posteriores avanços relacionados as políticas e programas educacionais, e aos programas específicos voltados a democratização e a expansão da educação superior pública.

A pesquisa demonstrou que a partir da década de 1990, diversas políticas educacionais de ensino superior foram colocadas em prática. No início dos anos 2000, políticas educacionais que visavam a reconfiguração do ensino superior no Brasil tiveram a ampliação do quantitativo e o aumento considerável da oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Tais ações foram oportunizadas por diversas políticas de acesso, tais como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); e as Políticas de Ações Afirmativas (cotas). Além do ingresso, algumas dessas ações buscam reduzir desigualdades sociais estabelecidas historicamente no país, como é o caso das políticas de ações afirmativas (DARIO; NUNES, 2017). Nesse contexto, o programa Reuni, implantado em 2007, além de ser responsável por importante ampliação na oferta de cursos de graduação onde já estavam instaladas universidades federais, ele também foi fundamental

para o processo de interiorização do acesso ao ensino superior público. O movimento de interiorização se materializou com abertura de cursos e vagas em locais fora das capitais e das regiões metropolitanas, através da criação e expansão de *campi* e da fundação de novas universidades federais.

Entende-se que o programa Reuni injetou um considerável investimento no orçamento das universidades públicas que aderiram ao programa. Os recursos financeiros proporcionaram oportunidade e benefícios as universidades públicas. A fala do entrevistado E9 corrobora com essa afirmativa ao destacar a importância do Reuni como política pública de expansão e de incentivo às universidades públicas federais, depois de um período nefasto para as universidades, onde os recursos eram mínimos. Houve um processo de racionalização muito grande na década de 90, então era um momento de revitalizar a instituição (E9).

Por fim, apesar dos benefícios mencionados sobre o programa Reuni, é preciso ponderar que ele não é isento de críticas. Um dos principais descontentamentos relacionados ao programa, mencionado por diferentes entrevistados, se refere ao curto espaço de tempo que as instituições tiveram para avaliação das diretrizes do programa e construção dos projetos institucionais. No caso da UFSC, esse curto espaço de tempo, levou a criação de propostas que precisaram ser revistas durante o processo de implantação, como por exemplo as mudanças entre os cursos previstos e os efetivamente implantados. No mesmo sentido, uma outra crítica recorrente ao programa, diz respeito a necessidade de mais tempo para melhor definição da aplicação dos recursos previstos pelo programa.

Para atingir o segundo objetivo específico de verificar os impactos do processo de expansão e interiorização do ensino superior, foi necessário a realização de pesquisa documental em relatórios e documentos produzidos e publicados sobre o Reuni, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores participantes do processo de adesão, implantação e avaliação do programa Reuni na UFSC.

Como resultado, é possível resgatar importantes fatos que comprovam a importância da expansão do ensino superior através do movimento de interiorização. Na UFSC, por exemplo, os recursos advindos do Reuni proporcionaram, a partir de 2009, a criação de quatro novos *campi*, localizados nas cidades de Araranguá, Curitibanos e Joinville. Em 2013, iniciou-se o processo de implantação de um campus na cidade de Blumenau. É importante mencionar que até 2009 a UFSC era a única universidade pública federal de Santa Catarina, e estava restrita a cidade de Florianópolis. O processo de interiorização da UFSC aconteceu no mesmo ano da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), presente nos três

estados do Sul do país e com a reitoria estabelecida em Chapecó-SC, tornando-se a segunda universidade federal do estado.

Referente a interiorização da UFSC, é importante destacar que a ela pode ser considerada um ponto positivo da instituição, no sentido de romper as barreiras de uma universidade instalada somente na capital do Estado, considerada de acesso restrito aos que nela residem, e a estudantes de outros estados com melhor condição financeira para se manter em uma cidade de alto custo de vida como Florianópolis.

A interiorização das universidades federais, através de novas instituições ou mesmo da adoção de estruturas *multicampi*, surgiu como uma das principais estratégias para levar o ensino superior gratuito às regiões mais distantes dos grandes centros. Mesmo assim, após quase duas décadas do início desse processo, diferentemente do previsto, o aumento na oferta de vagas não atingiu a ocupação esperada. Os dados apresentados através dos relatórios dos vestibulares da Coperve, demonstraram que o cenário após dez anos de finalização da implantação do *Programa Reuni/UFSC*, é desfavorável no que se refere ao preenchimento das vagas ofertadas, principalmente nos *campi* de Blumenau e Curitiba. Além disso, problemas relacionados a gestão dos recursos acabaram impactando nas estruturas físicas dos novos *campi*, com destaque para Blumenau e Joinville que ainda não possuem sedes próprias e estão instalados em imóveis alugados.

O terceiro objetivo específico dedicou esforços em avaliar os resultados da expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir dos dados de 2022, sobre a ocupação de vagas nos cursos criados pelo *Projeto Reuni/UFSC*. Para cumprimento dessa etapa do trabalho, foram avaliados os relatórios e documentos publicados sobre a implantação e avaliação do Reuni; relatórios e documentos produzidos pela UFSC; e a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores já mencionados. É importante destacar que para atingir o objetivo proposto, os instrumentos citados de coleta de dados foram analisados de forma que ocorressem em diálogo com as respostas dos entrevistados, ou seja, para ser feita a avaliação do que foi divulgado sobre os resultados do Reuni, em forma documental, mas também pelo que foi vivenciado pelos gestores participantes do processo.

Nesse sentido, a análise sobre a ocupação de vagas nos cursos advindos do Reuni, realizada após dez anos da finalização do programa, baseou-se nos dados apresentados na Tabela 14, que trata de vagas ofertadas e vagas preenchidas nos vestibulares da UFSC. Por meio dela, foi possível perceber que os problemas relacionados a ocupação de vagas foram acentuados, principalmente a partir do ano de 2019. Os quatro *campi* resultantes do processo de interiorização possuem cursos com alguma dificuldade na ocupação de vagas. Conforme já

mencionado, Blumenau e Curitiba são os que enfrentam maiores dificuldades, já Araranguá e Joinville possuem menores dificuldades no preenchimento das vagas ofertadas. Em Florianópolis, a pesquisa identificou três situações distintas: cursos com ótima aceitação e sem problemas na ocupação de vagas, cursos com dificuldade média para o preenchimento das vagas e cursos com sérias dificuldades em ocupar as vagas ofertadas.

Na sequência, o quarto objetivo de propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas a partir do legado do Reuni na UFSC, se deu através do conhecimento adquirido com a pesquisa bibliográfica; com as entrevistas realizadas; com base nos relatórios produzidos pela UFSC; e com a sistematização da coleta para apresentação de sugestões e melhorias. As propostas para o atendimento desse objetivo, apresentadas no sexto capítulo desta dissertação, apontam para três direções que se diferem pelo grau de dificuldade em sua realização: ações relacionadas a avaliação das condições atuais, de baixa dificuldade; ações destinadas a revisão das estruturas e políticas já existentes, de dificuldade média; e ações deliberativas destinadas ao redimensionamento dos quadros de servidores e da manutenção ou não de determinados cursos de graduação, de alta dificuldade.

Para o atendimento da primeira direção, propôs-se a criação de um grupo de trabalho e a elaboração de um relatório de avaliação do cenário encontrado e a proposição de ações relacionadas a melhor ocupação das vagas, através de formas alternativas de ingresso nos cursos, assim como medidas para permanência e redução da evasão. Para a segunda direção, considerada de maior dificuldade em relação a primeira, a proposta foi de revisão dos projetos político pedagógicos dos cursos que necessitem de ajustes, como a revisão da oferta de vagas e dos turnos destinados as atividades regulares de ensino e a revisão das prioridades relacionadas aos investimentos em infraestrutura a partir das demandas que permitam o melhor aproveitamento dos espaços físicos de forma compartilhada a fim de evitar a ociosidade de determinados espaços físicos em alguns turnos. Por fim, a mais complexa das direções propostas, prevê a readequação dos quantitativos de professores e servidores técnicos em cada departamento ou centro de ensino e até mesmo, a revisão da pertinência ou não da manutenção de cursos de graduação.

Apesar da profundidade das discussões apresentadas pela dissertação a finalização de um trabalho de pesquisa acaba por provocar outros questionamentos que poderão ser respondidos por trabalhos futuros. Nesse sentido, surgem aqui algumas dessas possibilidades: trabalhos relacionados diretamente ao Reuni, e trabalhos relacionados a ocupação de vagas em curso de graduação. Em relação ao Reuni, sugere-se a possibilidade de estudos



comparativos sobre os impactos do Reuni, dez ou mais anos após sua finalização, entre duas ou mais IFES.

Sobre as dificuldades de ocupação de vagas nos cursos de graduação, propõe-se duas direções:

a) Análise dos fatores de atração e resistência ao ingresso nas universidades federais articulado com percepções e interesses sobre as modalidades de ensino presencial e à distância;

b) Compreensão de outros fatores responsáveis pela sobra de vagas nas IFES através da análise sobre as condições das políticas de permanência e das diferentes razões para o aumento da evasão nos cursos de graduação.

A última direção proposta, que trata da evasão, está articulada com discussões frequentes dentro da universidade. Uma matéria veiculada em setembro de 2023<sup>25</sup>, destacava o auto índice de estudantes que abandonam os cursos de graduação na UFSC. Em resposta a essa matéria<sup>26</sup>, a gestão da universidade afirmou que a evasão é umas das principais preocupações da instituição e que é possível identificar que sua frequência é maior em determinados cursos.

Entremeio aos aspectos estruturais e conjunturais que permeiam a educação superior brasileira, esta dissertação se coloca como um passo inicial para a compreensão das ações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades (Reuni), para as universidades públicas brasileiras, e em especial para a UFSC, objeto de estudo desse trabalho. Enquanto pesquisa, essa dissertação se colocou entre os limites da atual configuração da educação superior, e trouxe contribuições para assuntos relacionados a expansão do sistema público federal de ensino superior no Brasil. Entende-se aqui, assim como Roberto (2011, p. 303), que a “expansão do ensino não obstante sua oportunidade e pertinência, deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão”. O mesmo autor, complementa que é necessário também uma “utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais”. (ROBERTO, 2011, p. 303). Assim, conclui-se, que tais ações precisam ser mais do que iniciativas de governo e que precisam estar alinhadas as propostas dos gestores das

---

<sup>25</sup> Matéria disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/na-ufsc-60-dos-alunos-abandonam-o-curso>.

<sup>26</sup> Matéria disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/ufsc-explica-alto-percentual-de-alunos-que-abandonam-os-cursos>.

universidades federais com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando melhorar a qualidade da educação superior.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. **Ampliação e diversificação do acesso no Ensino Superior:** a formação do sistema de massa no setor privado (1995 – 2010). Campinas, 2013. 224f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/912118>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- ALBERTO, Thaienn Paes Leme. **Expansão universitária: primeiros anos de um novo século.** Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60461>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência:** Filosofia e Prática da Pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Ed. 70, 2011.
- BASTOS, Jacqueline Maria *et al.* **POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES: UMA AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO.** In. XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU 2021. Anais Eletrônicos. Evento Virtual. 24 e 25 nov. 2021. INPEAU/UFSC. ISBN: 978-85-68618-08-8. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230229>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Brasília, DF. Presidência da República, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Presidência da República, 1988 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_3/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF: 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 02 abr. 2022.
- BRASIL. **Decreto s/n**, de 20 de outubro de 2003. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Brasília, DF: 2003. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-publicacaooriginal-124832-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-publicacaooriginal-124832-pe.html). Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema de Avaliação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: 2004. Disponível

em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.627**, de 20 de maio de 2004. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Brasília, DF: 2004a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref\\_projlei3627.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: 2007. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 30 mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. Brasília, DF: 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 30 mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI 2008 - Relatório de Primeiro Ano**. Brasília, DF: 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 30 mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **História**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, DF: 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021: divulgação dos resultados**. Brasília, DF: 2022.

Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) Acesso em: 22 mar. 2023.

CARDOSO, FH. **Mãos à obra, Brasil:** proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p. ISBN 978-85-99662-66-3. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CARDOSO, FH. **Avança, Brasil:** proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. ISBN: 978-85-99662-68-7. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Caderno temático do Programa de Governo: uma escola do tamanho do Brasil**. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/16-umaescoladotamanhodobrasil.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2023.

COPATTI, Carina; ANDREIS, Adriana Maria. **Políticas públicas educacionais no Brasil pós-redemocratização: percursos à cidadania? Geopauta**, [s. l], v. 4, n. 1, p. 69-91, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6155/4752>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília, jul. 2007. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1287.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1287.pdf). Acesso em: 21. mar. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

DARIO, A. B.; NUNES, R. S. **Avaliação de cotistas e não cotistas: uma análise do desempenho acadêmico e da evasão em um curso de graduação de administração**. 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, A. M. **Política de avaliação da educação superior: controle e massificação.** Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez, v. 23, n. 80, p. 277-300, set. 2002.

GOMES, A.M.; MORAES, K.M. **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, jan.-mar. 2012.

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Governo\\_Fernando\\_Henrique\\_Cardoso&oldid=65157351](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Governo_Fernando_Henrique_Cardoso&oldid=65157351). Acesso em: 11 out. 2022.

JUVENTUDE LIBERTÁRIA DA RESISTÊNCIA POPULAR - JULI-RP. **ProUni.** São Paulo, [2008?]. Disponível em: <http://www.juli-rp.org/?page=6>. Acesso em: 08 mar. 2022.

LENUZZA, Carlos Cezar. **Avaliação do desempenho do sistema universidade aberta do brasil (UAB) na relação ingressantes/ formados: uma comparação com a modalidade presencial.** 2020. 73f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212504/001116570.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LUCCHESI, M.A.S. **La universidad en el contexto de la postglobalizacion: políticas públicas para la universidad brasileña en el umbral del siglo XXI.** Educere, Mérida, v. 9, n. 29, p. 199-206, Mayo/Jun. 2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MICHELOTTO, Regina Maria. **Políticas para a educação superior no Brasil, em fase de transição.** Educar, Curitiba, n. 22, p. 155-174, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bkbqmqmDY78FbDqWkmdQWks4f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2023.

NEVES, Clarissa E. B.; MARTINS, Carlos B. (2016), **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente.** In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira.** 1. ed. Brasília: IPEA; Pequim: Social Science Academic Press/ SSAP, v. 1. pp. 95-124. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160715\\_livro\\_jovens\\_universitarios\\_cap\\_03.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios_cap_03.pdf). Acesso em: 23 ago. 2023

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília; AMARAL, Nelson Cardoso. **Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico.** Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p.71-87, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a06n28.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PINHEIRO, Ellana Barros. **A Política Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará (UFPA):** a perspectiva de atuação da equipe multiprofissional no atendimento aos discentes. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131468> Acesso em: 02 abr. 2022.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Programa\\_Universidade\\_para\\_Todos&oldid=64949401](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Programa_Universidade_para_Todos&oldid=64949401)>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PERARDT, Susany; JACQUES, Rosane Cristina. **Análise da adesão da Universidade Federal de Santa Catarina ao Programa REUNI:** uma visão do processo decisório. In. XII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas - 2012. 14, 15 e 16 nov. 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97654>. Acesso em: 29 mar. 2023.

PLURIPARTIDARISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pluripartidarismo&oldid=62623737>>. Acesso em: 14 mar 2023.

PUCPR, EAD. **O processo de redemocratização do Brasil:** [História no Enem]. 2022. Disponível em: <https://ead.pucpr.br/blog/redemocratizacao-do-brasil#:~:text=Foi%20um%20per%C3%ADodo%20em%20que,avan%C3%A7o%20e%20recuo%20dos%20militares>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ROBERTO, Rubia Fonseca. **O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o caso reuni na universidade federal de viçosa.** Administração Pública e Gestão Social – APGS, Viçosa, Vol. 3, n. 3, pp. 300-323, jul./set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4056/2285>. Acesso em: 23 set. 2023.

ROSA, Chaiane de Medeiros, SANTOS, Fabiano Fortunato Teixeira dos. **Vagas ociosas na educação superior brasileira:** limites e contradições das políticas de expansão e democratização do acesso. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 503-521, maio/ago. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Aurélio Ferreira da; MARTINS, Tatiana Carence. **O REUNI no contexto de expansão das universidades federais de 2003 a 2012.** In. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. 2014. Anais Eletrônicos. Evento 3, 4 e 5 dez. 2014. INPEAU/UFSC. ISBN: 978-85-68618-00-4. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131935/2014-280.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, Claudemir Osmar da. **Programa REUNI:** ampliação do acesso ao ensino superior? 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132423>. Acesso em 26 jul. 2023.

SILVA, Rudiclai da Costa; NUNES, Rogério da Silva; MALLMANN, Ana Aparecida Gomes. **O REUNI na Universidade Federal do Rio Grande: uma avaliação da expansão dos cursos de graduação.** In. XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul – IGLU. 2011. Anais Eletrônicos. Evento 7 a 9 dez. 2011. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25982/2.22.pdf>. Acesso em 27.04.2020.

SOARES, Marcelo. BERNARDO, Nairim. **20 anos da LDB: como a lei mudou a Educação.** NOVA ESCOLA 19 de dez. 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4693/20-anos-ldb-darcy-ribeiro-avancos-desafios-linha-do-tempo>. Acesso em 18 mar. 2023.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. **Contexto histórico da educação brasileira.** *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 09 out. 2022.

TANCREDI, Silvia. **Lei de Cotas: projeto implantado em 2012 reserva vagas para estudantes da rede pública.** 2023. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/lei-das-cotas.htm>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UERJ. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Sistema de cotas.** Programa de Ação Afirmativa. 2018. Inclusão e Permanência. Disponível em: <https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

UFSC/CBS. **Reitor visita Curitiba e acompanha obras de implantação do Campus.** 2009. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2009/05/reitor-visita-curitiba-e-acompanha-obras-de-implantacao-do-campus/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UFSC/CUn. 2007. **Ata nº 08 da Sessão Ordinária do Conselho Universitário realizada no dia 11 de setembro de 2007.**

UFSC. CUn. 2007a. **Ata nº 10 da Sessão Ordinária do Conselho Universitário realizada no dia 27 de novembro de 2007.**

UFSC. **ANEXO I - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.** *Projeto Reuni/UFSC - 2007.* 2007. Disponível em: <https://reuni.paginas.ufsc.br/files/2012/01/Projeto.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UFSC. **Relatório de Gestão 2008.** 2009. Disponível em: <https://dpgi.seplan.ufsc.br/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UFSC. **Balço do Programa Reuni 2008-2009.** 2009a. Disponível em: <https://reuni.paginas.ufsc.br/documentos/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UFSC. **Relatório de Gestão 2010.** 2011. Disponível em: <https://dpgi.seplan.ufsc.br/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 23 jun. 2023.



UFSC. **Balço do Programa Reuni 2010-2011**. 2011a. Disponível em: <https://reuni.paginas.ufsc.br/documentos/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 - 2014**. 2010. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/pdi-2010-2014/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UFSC. **Relatório de Gestão 2012**. 2013. Disponível em: <https://dpgi.seplan.ufsc.br/relatorios-de-gestao/>. Acesso em 27 ago. 2023.

UFSC. **Relatório de Gestão 2013**. 2013a. Disponível em: <https://dpgi.seplan.ufsc.br/relatorios-de-gestao/>. Acesso em 23 ago. 2023.

UFSC. **Relatório de Gestão 2014**. 2014. Disponível em: <https://dpgi.seplan.ufsc.br/relatorios-de-gestao/>. Acesso em 27 jun. 2023.

UFSC. COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR (COPERVE). **Relatório Oficial do Vestibular UFSC/2022**. 2022. Disponível em: <https://vestibular2022.ufsc.br/files/2021/04/relatorioVestibular2022.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

UFSC. **Relatório de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: <https://dpgi-seplan.ufsc.br>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UFSC. **Pró-Reitoria de Graduação e Educação Básica - PROGRAD**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: <https://prograd.ufsc.br/missao-visao-valores/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFSC. **Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - PRODEGESP**. Florianópolis: UFSC, 2023a. Disponível em: <https://prodegesp.ufsc.br/regimento-da-prodegesp/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFSC. **Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN**. Florianópolis: UFSC, 2023b. Disponível em: <https://seplan.ufsc.br/a-seplan-4/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFSC. **Pró-Reitoria de Administração - PROAD**. Florianópolis: UFSC, 2023c. Disponível em: <https://proad.ufsc.br/apresentacao/competencias/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VICENTE, M. S., DIAS, S. de O. M., SANO, B. H. (2018). **Análise da ampliação do ensino superior no Brasil a partir do programa de reestruturação e expansão universitária: as novas universidades federais**. *Movimento-Revista De educação*, (9), 07-40. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i9.480>. Acesso em 05 abr. 2022.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995)**. Brasília: Liber Livro, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados

#### **Entrevistados:**

**Grupo 1** - Coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela Comissão Acadêmica da UFSC no contexto de organização, implantação, acompanhamento e avaliação das ações do Reuni na instituição e Pró-reitora de Ensino e Graduação (antiga PREG);

**Grupo 2** - Dois ex-reitores envolvidos no processo de adesão e implantação do Reuni na UFSC;

**Grupo 3** - Gestores dos quatro *campi* da UFSC (Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau) criados a partir do Reuni;

**Grupo 4** - Gestores vinculados aos seguintes setores administrativos da UFSC: Pró-reitoria de Graduação e Educação Básica (PROGRAD), Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP); Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e a Pró-reitoria de Administração (PROAD) da UFSC.

	Questões	G1	G2	G3	G4
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?	X	X	X	X
	- Quanto tempo exerceu o cargo? (de acordo com cada entrevistado?)	X		X	X
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?	X	X	X	X
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?	X	X	X	X

	Questões	G1	G2	G3	G4
<b>Adesão ao Reuni</b>	- Como se desenvolveu o processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao Reuni?	X	X		X
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?	X	X		X
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?	X	X		X
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?	X	X		X
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?	X	X		X
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?	X	X		X
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?	X	X		X
	- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?	X	X		X
	<b>Questões</b>	<b>G1</b>	<b>G2</b>	<b>G3</b>	<b>G4</b>
<b>Implantação do Reuni</b>	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que formam definidas como prioridade no <i>Projeto Reuni/UFSC</i> ? Por quê?	X	X		X
	- Como se deu a definição/escolha dos novos cursos de	X	X		X

	graduação?				
	- Como foi estruturada a equipe de implantação do Reuni?	X	X		X
	- Como foi estruturada a equipe de avaliação do Reuni?	X	X		X
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?	X	X		X

	Questões	G1	G2	G3	G4
Interiorização	- Como se deu a definição dos novos <i>campi</i> da UFSC?		X		
	- Quais os fatores determinantes para que a implantação do campus ocorresse no município X?			X	
	- De que forma os municípios contemplados receberam a UFSC?			X	
	- Qual foi a participação das comunidades locais no processo decisório sobre a escolha dos novos cursos de graduação?			X	X
	- De acordo com a proposta inicial do <i>Projeto Reuni/UFSC</i> , os cursos propostos para o campus X eram: XXX. Quais foram os fatores determinantes para as escolhas destes cursos e qual metodologia de trabalho utilizada?			X	X
	- Por que os cursos XXX não foram implantados?			X	X
	- Os cursos de graduação presencial implantados no campus obtiveram a aprovação da comunidade no entorno?			X	X
	- Em sua avaliação, quais os impactos da expansão da UFSC no campus X?			X	
	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?	X	X	X	X

	Questões	G1	G2	G3	G4
Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC	- Qual o impacto do Reuni no quadro técnico e docente da UFSC?	X	X		X
	- Qual o impacto do Reuni na infraestrutura da UFSC?	X	X		X
	- A ocupação de vagas nos novos cursos de graduação atingiu os objetivos esperados? Em caso negativo, quais são as principais razões?	X	X		X
	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?	X	X	X	X
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?	X	X	X	X

### APÊNDICE B – Entrevista Grupo 1

Coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela Comissão Acadêmica da UFSC no contexto de organização, implantação, acompanhamento e avaliação das ações do Reuni na instituição e Pró-reitora de Ensino e Graduação (antiga PREG).

	Questões
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	Questões
<b>Adesão ao Reuni</b>	- Como se desenvolveu o processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao REUNI?
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?
	- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?

	Questões
<b>Implantação do Reuni</b>	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que foram definidas como prioridade no <i>Projeto Reuni/UFSC</i> ? Por quê?
	- Como se deu a definição/escolha dos novos cursos de graduação?
	- Como foi estruturada a equipe de implantação do Reuni?
	- Como foi estruturada a equipe de avaliação do Reuni?
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?

	Questões
<b>Interiorização</b>	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?

	Questões
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual o impacto do Reuni no quadro técnico e docente da UFSC?
	- Qual o impacto do Reuni na infraestrutura da UFSC?
	- A ocupação de vagas nos novos cursos de graduação atingiu os objetivos esperados? Em caso negativo, quais são as principais razões?
	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

### APÊNDICE C – Entrevista Grupo 2

Dois ex-reitores envolvidos no processo de adesão e implantação do Reuni na UFSC.

	Questões	Reitor 2004-2008	Reitor 2008-2012
Perfil	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?	X	X
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?	X	X
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?	X	X

	Questões	Reitor 2004-2008	Reitor 2008-2012
Adesão ao Reuni	- Na sua percepção, como se desenvolveu o processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao Reuni?	X	X
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?	X	X
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?	X	X
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?	X	X
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?	X	X
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?	X	X
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?	X	
	- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?	X	

	Questões	Reitor 2004-2008	Reitor 2008-2012
Implantação do Reuni	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que foram definidas como prioridade no <i>Projeto Reuni/UFSC</i> ? Por quê?	X	X
	- Como se deu a definição/escolha dos novos cursos de graduação?	X	X
	- Como foi estruturada a equipe de implantação do Reuni?	X	X
	- Como foi estruturada a equipe de avaliação do Reuni?	X	X
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?	X	X

	Questões	Reitor 2004-2008	Reitor 2008-2012
Interiorização	- Como se deu a definição dos novos <i>campi</i> da UFSC?	X	X
	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?	X	X

	Questões	Reitor 2004-2008	Reitor 2008-2012
Avaliações dos impactos do	- Qual o impacto do Reuni no quadro técnico e docente da UFSC?	X	X

<b>Reuni na UFSC</b>	- Qual o impacto do Reuni na infraestrutura da UFSC?	<b>X</b>	<b>X</b>
	- A ocupação de vagas nos novos cursos de graduação atingiu os objetivos esperados? Em caso negativo, quais são as principais razões?	<b>X</b>	<b>X</b>
	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?	<b>X</b>	<b>X</b>
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?	<b>X</b>	<b>X</b>

**APÊNDICE D – Entrevista Grupo 3**  
Gestor do campus da UFSC em Araranguá.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de diretor geral do Campus Araranguá?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Quais os fatores determinantes para que a implantação do campus ocorresse no município Araranguá?
	- De que forma o município de Araranguá recebeu a UFSC?
	- Qual foi a participação da comunidade local no processo decisório sobre a escolha dos novos cursos de graduação?
	- De acordo com a proposta inicial do <i>Projeto Reuni/UFSC</i> , os cursos propostos para o campus de Araranguá eram: Administração (noturno), Relações Internacionais e Ecoturismo (diurno). Quais foram os fatores determinantes para as escolhas destes cursos e qual metodologia de trabalho utilizada?
	- Por que os cursos de Administração, Relações Internacionais e Ecoturismo não foram implantados? E quais as justificativas para a implantação dos cursos de Engenharia da Computação, Engenharia de Energia, Fisioterapia, Medicina, Tecnologias da Informação e Comunicação?
	- Os cursos de graduação presencial implantados no campus obtiveram a aprovação da comunidade no entorno?
	- Em sua avaliação, quais os impactos da expansão da UFSC no campus Araranguá?
	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?

	<b>Questões</b>
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

**APÊNDICE E – Entrevista Grupo 3**  
Gestor do campus da UFSC em Curitibanos.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de diretor geral do campus de Curitibanos?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Quais os fatores determinantes para que a implantação do campus ocorresse no município de Curitibanos?
	- De que forma o município de Curitibanos recebeu a UFSC?
	- Qual foi a participação da comunidade local no processo decisório sobre a escolha dos novos cursos de graduação?
	- De acordo com a proposta inicial do <i>Projeto Reuni/UFSC</i> , os cursos propostos para o campus de Curitibanos eram: Ciências Rurais e Ciência e Tecnologia de Alimentos (diurno). Quais foram os fatores determinantes para as escolhas destes cursos e qual metodologia de trabalho utilizada?
	- Por que o curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos não foi implantado?
	- Os cursos de graduação presencial implantados no campus obtiveram a aprovação da comunidade no entorno?
	- Em sua avaliação, quais os impactos da expansão da UFSC no campus de Curitibanos?
	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?

	<b>Questões</b>
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?



**APÊNDICE F – Entrevista Grupo 3**  
Gestor do campus da UFSC em Blumenau.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de diretor acadêmico?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?
	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Quais os fatores determinantes para que a implantação do campus ocorresse no município de Blumenau?
	- De que forma o município de Blumenau recebeu a UFSC?
	- Qual foi a participação da comunidade local no processo decisório sobre a escolha dos novos cursos de graduação?
	- Todos os cursos previstos para o Campus de Blumenau foram implantados?
	- Os cursos de graduação presencial implantados no campus obtiveram a aprovação da comunidade no entorno?
	- Em sua avaliação, quais os impactos da expansão da UFSC no campus Blumenau?
	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?
	<b>Questões</b>
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

**APÊNDICE G – Entrevista Grupo 3**  
Gestor do campus da UFSC em Joinville.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de diretor acadêmico?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Quais os fatores determinantes para que a implantação do campus ocorresse no município de Joinville?
	- De que forma o município de Joinville recebeu a UFSC?
	- Qual foi a participação das comunidades locais no processo decisório sobre a escolha dos novos cursos de graduação?
	- De acordo com a proposta inicial do <i>Projeto Reuni/UFSC</i> , os cursos propostos para o campus Joinville eram: Sistemas de Informações (noturno), Engenharia Naval, Engenharia Química e Engenharia de Controle e Automação (diurno). Quais foram os fatores determinantes para as escolhas destes cursos e qual metodologia de trabalho utilizada?
	- Por que os cursos Sistemas de Informações (noturno), Engenharia Naval, Engenharia Química e Engenharia de Controle e Automação (diurno) não foram implantados?
	- Os cursos de graduação presencial implantados no campus obtiveram a aprovação da comunidade no entorno?
	- Em sua avaliação, quais os impactos da expansão da UFSC no campus Joinville?
	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?

	<b>Questões</b>
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

**APÊNDICE H – Entrevista Grupo 4**  
Gestor da Pró-reitoria de Graduação e Educação Básica (PROGRAD) da UFSC.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de Pró-reitor de Graduação?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	<b>Questões</b>
<b>Adesão ao Reuni</b>	- Qual a participação da PROGRAD (PREG), durante a sua gestão, no processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao Reuni?
	- Qual a sua participação, como pró-reitor, na elaboração do projeto Reuni da UFSC?
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?
- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?	

	<b>Questões</b>
<b>Implantação do Reuni</b>	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que foram definidas como prioridade no <i>Projeto Reuni/UFSC</i> ? Por quê?
	- Como se deu a definição/escolha dos novos cursos de graduação?
	- Como foi estruturada a equipe de implantação e avaliação do Reuni?
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?

	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	<b>Questões</b>
	- Qual o impacto do Reuni no quadro técnico e docente da UFSC?
	- A ocupação de vagas nos novos cursos de graduação atingiu os objetivos esperados? Em caso negativo, quais são as principais razões?
	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

### APÊNDICE I – Entrevista Grupo 4

Gestor da Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) da UFSC.

	Questões
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo na PRDHS (atual PRODEGESP)?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	Questões
<b>Adesão ao Reuni</b>	- Qual a sua participação e da PRDHS (atual PRODEGESP) no processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao REUNI?
	- Qual a sua participação e da PRDHS (atual PRODEGESP) na elaboração do projeto Reuni da UFSC?
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?
- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?	

	Questões
<b>Implantação do Reuni</b>	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que foram definidas como prioridade no <i>Projeto Reuni/UFSC</i> ? Por quê?
	- Como se deu a definição/escolha dos novos cursos de graduação?
	- Como foi estruturada a equipe de implantação e avaliação do Reuni?
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?

	Questões
<b>Interiorização</b>	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?

	Questões
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual o impacto do Reuni no quadro técnico e docente da UFSC?
	- A ocupação de vagas nos novos cursos de graduação atingiu os objetivos esperados? Em caso negativo, quais são as principais razões?
	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

**APÊNDICE J – Entrevista Grupo 4**  
Gestor da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) da UFSC.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de Secretário de Planejamento?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?
	<b>Questões</b>
<b>Adesão ao Reuni</b>	- Qual a sua participação e da SEPLAN no processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao REUNI?
	- Qual a sua participação e da SEPLAN na elaboração do projeto Reuni da UFSC?
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?
- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?	
	<b>Questões</b>
<b>Implantação do Reuni</b>	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que foram definidas como prioridade no <i>Projeto Reuni/UFSC</i> ? Por quê?
	- Como se deu a definição/escolha dos novos cursos de graduação?
	- Como foi estruturada a equipe de implantação e avaliação do Reuni?
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?
	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?
	<b>Questões</b>
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual o impacto do Reuni no quadro técnico e docente da UFSC?
	- Qual o impacto do Reuni na infraestrutura da UFSC?
	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?
	- Você gostaria de destacar outros aspectos que considera importante e relevante para melhor entendermos o Reuni?

**APÊNDICE K – Entrevista Grupo 4**  
Gestor Pró-reitoria de Administração (PROAD) da UFSC.

	<b>Questões</b>
<b>Perfil</b>	- Qual seu tempo de atuação na UFSC?
	- Quanto tempo exerceu o cargo de Pró-reitor de Orçamento, Administração e Finanças, atual PROAD?
	- Quais funções desempenhou anteriormente e posteriormente ao cargo?
	- Qual sua formação técnico-acadêmica?

	<b>Questões</b>
<b>Adesão ao Reuni</b>	- Qual a sua participação e da PROAD no processo de análise e decisão sobre a adesão da UFSC ao REUNI?
	- Qual a sua participação e da PROAD na elaboração do projeto Reuni da UFSC?
	- Quais os principais motivadores para adesão ao Reuni?
	- Quais as principais dificuldades para essa adesão?
	- Como o Reuni foi recebido pela comunidade acadêmica da UFSC (gestores, professores, TAEs, estudantes, sindicatos e outros)?
	- Houve resistência? Se sim, por parte de quem? E por quê?
	- Como a gestão administrou ou respondeu as resistências?
	- Qual foi o impacto da adesão ao Reuni para a sua gestão na PROAD?
	- Como se deu o processo de elaboração do Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC?
	- Houve amplo envolvimento da comunidade acadêmica nesse processo?

	<b>Questões</b>
<b>Implantação do Reuni</b>	- Quais as áreas ou cursos e dimensões (infraestrutura física, quadro de pessoal técnico e docente) que formam definidas como prioridade no Projeto Reuni da UFSC? Por quê?
	- Quais foram os principais impactos financeiros e orçamentários da adesão ao Reuni?
	- Como foi estruturada a equipe de implantação e avaliação do Reuni?
	- O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFSC apresentou alguma proposta (dimensão) não contemplada nas Diretrizes Gerais do Reuni?

	<b>Questões</b>
<b>Interiorização</b>	- Considerando possíveis avanços e limites, qual a sua análise sobre os resultados atingidos com a interiorização da UFSC?

	<b>Questões</b>
<b>Avaliações dos impactos do Reuni na UFSC</b>	- Qual a sua avaliação sobre o impacto geral do Reuni na UFSC?

## APÊNDICE L – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO REUNI”**.

O objetivo deste estudo é “avaliar o resultado do processo de expansão do acesso ao ensino superior na UFSC, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades (Reuni), e propor alternativas e ações para reduzir a ociosidade de vagas”.

Os responsáveis por este trabalho são: Jacqueline Maria Bastos, aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária - PPGAU da Universidade Federal de Santa Catarina, a qual poderá ser contatada pelo endereço: Campus Universitário Trindade, Bloco G do Centro Socioeconômico (CSE), CEP 88040-900 Florianópolis/SC e por meio dos telefones: (48) 99963-1223 ou 3721-6525 (PPGAU/UFSC) ou e-mail: [jacbastos@hotmail.com](mailto:jacbastos@hotmail.com). Seu orientador Professor Doutor Rogério da Silva Nunes, professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, poderá ser contatado pelo endereço: Sala 001, Bloco D, do Centro de Ciências da Educação (CED) Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, CEP: 88040-900 Florianópolis/SC e por meio do telefone: (48) 99172-2882 ou 3721-4630 9CED/UFSC) ou e-mail: [rognunes@msn.com](mailto:rognunes@msn.com).

Estes dados coletados serão analisados posteriormente de forma a garantir o sigilo absoluto sobre a identidade dos participantes, atendendo a legislação brasileira regulamentados pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e leis complementares, das quais o pesquisador e seu orientador estão cientes e comprometem-se a seguir rigorosamente. O projeto de pesquisa, seus objetivos e metodologia, bem como este termo de consentimento livre e esclarecido, foram avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC), que pode ser contatado pessoalmente na Rua Desembargador Vitor Lima 222, Prédio Reitoria II, 7º andar, sala 701, Florianópolis, SC, pelo telefone (48) 3721-6094 e pelo e-mail [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br). Este termo será assinado em duas vias, uma via ficará com você para eventuais consultas e a segunda via será arquivada pelo pesquisador.

Os resultados deste projeto, cujos objetivos são estritamente acadêmicos e científicos, poderão ser divulgados através do trabalho de conclusão de mestrado, artigos científicos e comunicações em congressos, sempre envolvendo o anonimato dos participantes.

Sua participação consistirá em responder às perguntas do roteiro de entrevista, anexo a este termo de consentimento, respeitando todos os preceitos estabelecidos nas resoluções citadas anteriormente, visando manter a sua privacidade e a confidencialidade das informações prestadas em todas as fases da pesquisa.

Para participar deste projeto, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ressalta-se que não é previsto nenhum risco ou desconforto. Cabe esclarecer que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de constrangimento. Durante as entrevistas, você pode se sentir desconfortável ou ficar constrangido de responder alguma questão. Por isso, durante a elaboração do roteiro de entrevista, todos os cuidados foram tomados para minimizar essas situações. A entrevista, com sua autorização, poderá ser gravada para facilitar a análise das informações, contudo somente o pesquisador e seu orientador terão acesso às mesmas.

Existe também o risco de quebra de sigilo involuntária e não intencional caso porventura houver furto ou extravio de computador ou dispositivos com arquivos

armazenados. Por isso, o pesquisador e o orientador comprometem-se a tomar todas as precauções para evitar ou minimizar quaisquer riscos.

Como esta pesquisa será realizada dentro do ambiente educacional, caso venha sofrer algum acidente ou mal-estar durante sua realização, você será encaminhado aos setores ou órgãos de assistência da universidade aos quais normalmente seria encaminhado em caso de acidente ou mal-estar durante qualquer outra atividade educacional. Caso você tenha alguma despesa adicional ou venha a sentir-se lesado fisicamente ou moralmente por algo comprovadamente relacionado à sua participação no projeto, poderá, nos termos e procedimentos da lei, solicitar o ressarcimento dos valores gastos e/ou indenização pelos danos sofridos.

Caso você perceba a necessidade de descontinuar a sua participação no projeto, informamos que esta solicitação poderá ser feita a qualquer momento através do contato anteriormente disponibilizado. Você será esclarecido(a) sobre o projeto em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se.

Pretende-se que este trabalho tenha como benefícios para sistematizar as informações e os resultados, e assim, propor possíveis redirecionamentos para a instituição. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos sobre o projeto, e assim, solicito a sua autorização para o uso de suas respostas para trabalho de conclusão de mestrado, artigos científicos e comunicações em congressos.

Você está recebendo uma cópia deste termo onde constam e-mail e telefone do pesquisador, do orientador e do programa de pós-graduação.

Florianópolis, 30/05/2023.



**Declaração do(a) gestor(a) participante**

Eu, \_\_\_\_\_  
declaro estar suficientemente informado (a) a respeito do trabalho **“A EXPANSÃO DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A  
IMPLANTAÇÃO DO REUNI”** e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Gestor(a) da UFSC convidado(a)

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora Jacqueline Maria Bastos

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.